



DIÁRIO da Assembleia da República

VII LEGISLATURA

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA (1995-1996)

REUNIÃO PLENÁRIA DE 27 DE MARÇO DE 1996

Presidente: Ex.^{mo} Sr. António de Almeida Santos

Secretários: Ex.^{mae} Srs. Artur Rodrigues Pereira dos Penedos
Duarte Rogério Matos Ventura Pacheco
João Cerveira Corregedor da Fonseca
Rosa Maria da Silva Bastos da Horta Albernaz

SUMÁRIO

O Sr. Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas e 35 minutos.

Antes da ordem do dia - Deu-se conta da entrada na Mesa de diversos diplomas, de requerimentos e da resposta a alguns outros.

O Sr. Deputado Bernardino Soares (PCP) alertou a Câmara para situações relativas ao funcionamento do Hospital Amadora-Sintra. Respondeu, depois, a pedidos de esclarecimento dos Srs. Deputados João Rui de Almeida (PS) e Maria José Nogueira Pinto (CDS-PP).

A Sr.^a Deputada Maria da Luz Rosinha (PS) referiu-se às condições de vida em que vivem muitos dos habitantes da Área Metropolitana de Lisboa e respondeu a pedidos de esclarecimento dos Srs. Deputados Maria José Nogueira Pinto (CDS-PP) e Fernando Pedro Moutinho (PSD).

O Sr. Pedro Vinha da Costa (PSD) criticou a actuação do Partido Socialista nos órgãos autárquicos do município do Porto, tendo respondido a pedidos de esclarecimento dos Srs. Deputados Pedro Baptista e José Saraiva - que defendeu ainda a honra da sua bancada - (PS).

Procedeu-se a um debate de urgência, requerido pelo CDS-PP, sobre a posição de Portugal na revisão do Tratado da União Europeia, tendo usado da palavra, a diverso título, além

do Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros (Jaime Gama), os Srs. Deputados Paulo Portas (CDS-PP), Acácio Barreiros e Francisco de Assis (PS), Luís Sá (PCP), Carlos Zorrinho (PS), Francisco Torres (PSD), Jorge Ferreira (CDS-PP), Joel Hasse Ferreira (PS), Manuel Monteiro (CDS-PP), Isabel Castro (Os Verdes), Jodo Amaral (PCP) e Lalande Gonçalves (PSD).

Ordem do dia - Procedeu-se à discussão conjunta, na generalidade, da proposta de lei n.º 19/VII - Define as bases da política florestal nacional e dos projectos de lei nos 78/VII - Lei de bases do desenvolvimento florestal (PCP) e 91/VII - Lei do desenvolvimento florestal (PSD), que baixaram à Comissão de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas, para reapreciação antes da votação na generalidade. Após os Srs. Deputados Carlos Neto (CDS-PP) e Francisco Camilo (PS) terem feito a síntese dos respectivos relatórios da Comissão de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas, usaram da palavra, a diverso título, além daqueles oradores e do Sr. Ministro da Agricultura, Desenvolvimento Rural e das Pescas (Gomes da Silva), os Srs. Deputados Roleira Marinho (PSD), Heloísa Apolónia (Os Verdes), Miguel Ginestal (PS), Lino de Carvalho (PCP), Gavino Paixão (PS), Carlos Duarte (PSD), Joel Hasse Ferreira e António Martinho (PS) e Álvaro Amaro (PSD).

O Sr. Presidente encerrou a sessão eram 21 horas e 20 minutos.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, temos quórum, pelo que declaro aberta a sessão.

Eram 15 horas e 35 minutos.

Estavam presentes os seguintes Srs. Deputados:

Partido Socialista (PS):

Acácio Manuel de Frias Barreiros.
Adérito Joaquim Ferro Pires.
Agostinho Marques Moleiro.
Aires Manuel Jacinto de Carvalho.
Alberto de Sousa Martins.
Albino Gonçalves da Costa.
António Alves Marques Júnior.
António Alves Martinho.
António Bento da Silva Galamba.
António de Almeida Santos.
António Fernandes da Silva Braga.
António Fernando Marques Ribeiro Reis.
António José Gavino Paixão.
António José Guimarães Fernandes Dias.
Arnaldo Augusto Homem Rebelo.
Artur Clemente Gomes de Sousa Lopes.
Artur Miguel Claro da Fonseca Mora Coelho.
Artur Rodrigues Pereira dos Penedos.
Carlos Alberto Cardoso Rodrigues Beja.
Carlos Alberto Dias dos Santos.
Carlos Justino Luís Cordeiro.
Carlos Manuel Amândio.
Carlos Manuel Luís.
Cláudio Ramos Monteiro.
Domingos Fernandes Cordeiro.
Eduardo Ribeiro Pereira.
Elisa Maria Ramos Damiao.
Eurico José Palheiros de Carvalho Figueiredo.
Fernando Alberto Pereira Marques.
Fernando Antão de Oliveira Ramos.
Fernando Garcia dos Santos.
Fernando Manuel de Jesus.
Fernando Pereira Serrasqueiro.
Francisco Fernando Osório Gomes.
Francisco José Pereira de Assis Miranda.
Francisco José Pinto Camilo.
Henrique José de Sousa Neto.
João Carlos da Costa Ferreira da Silva.
João Rui Gaspar de Almeida.
João Soares Palmeiro Novo.
Joaquim Sebastião Sarmento da Fonseca Almeida.
Joel Eduardo Neves Hasse Ferreira.
Joel Maria da Silva Ferro.
Jorge Lacão Costa.
Jorge Manuel Damas Martins Rato.
Jorge Manuel Fernandes Valente.
Jorge Manuel Gouveia Strecht Ribeiro.
José Adelmo Gouveia Bordalo Junqueiro.
José Afonso Teixeira de Magalhães Lobão.
José Alberto Cardoso Marques.
José António Ribeiro Mendes.
José Carlos da Cruz Lavrador.
José Carlos das Dores Zorrinho.
José Carlos Lourenço Tavares Pereira.
José da Conceição Saraiva.
José de Matos Leitão.
José Ernesto Figueira dos Reis.
José Fernando Rabaça Barradas e Silva.

José Manuel Marques da Silva Lemos.
José Manuel Niza Antunes Mendes.
José Manuel Rosa do Egípto.
José Pinto Simões.
Jovita de Fátima Romano Ladeira Matias.
Júlio Manuel de Castro Lopes Faria.
Laurentino José Monteiro Castro Dias.
Luís Afonso Cerqueira Natividade Candal.
Luís Filipe Nascimento Madeira.
Luís Pedro de Carvalho Martins.
Manuel Afonso da Silva Strecht Monteiro.
Manuel Alegre de Melo Duarte.
Manuel António dos Santos.
Manuel Francisco dos Santos Valente.
Manuel Jorge Pedrosa Forte de Goes.
Manuel Martinho Pinheiro dos Santos Gonçalves.
Manuel Porfírio Vargas.
Maria Amélia Macedo Antunes.
Maria Celeste Lopes da Silva Correia.
Maria da Luz Gameiro Beja Ferreira Rosinha.
Maria do Carmo de Jesus Amaro Sequeira.
Maria do Rosário Lopes Amaro da Costa da Luz Carneiro.
Maria Fernanda dos Santos Martins Catarino Costa.
Maria Helena do Rego da Costa Salema Roseta.
Maria Isabel Ferreira Coelho de Sena Lino.
Maria Jesuína Carrilho Bernardo.
Mário Manuel Videira Lopes.
Martim Afonso Pacheco Gracias.
Miguel Bernardo Ginestal Machado Monteiro Albuquerque.
Natalina Nunes Esteves Pires Tavares de Moura.
Nelson Madeira Baltazar.
Nuno Manuel Pereira Baltazar Mendes.
Osvaldo Alberto Rosário Sarmento e Castro.
Paula Cristina Ferreira Guimarães Duarte.
Paulo Jorge dos Santos Neves.
Pedro Luís da Rocha Baptista.
Raimundo Pedro Narciso.
Raúl d' Assunção Pimenta Rego.
Rosa Maria da Silva Bastos da Horta Albernaz.
Rui do Nascimento Rabaça Vieira.
Rui Manuel dos Santos Namorado.
Rui Manuel Palácio Carreteiro.
Sérgio Humberto Rocha de Ávila.
Victor Brito de Moura.

Partido Social Democrata (PSD):

Adalberto Paulo da Fonseca Mendo.
Álvaro dos Santos Amaro.
Álvaro José Brilhante Laborinho Lúcio.
Álvaro Roque de Pinho Bissaia Barreto.
Amândio Santa Cruz Domingues Basto Oliveira.
Antônio da Silva Antunes.
António Costa Rodrigues.
António de Carvalho Martins.
António Germano Fernandes de Sá e Abreu.
António Joaquim Correia Vairinhos.
António Jorge de Figueiredo Lopes.
António Moreira Barbosa de Melo.
António Paulo Martins Pereira Coelho.
António Roleira Marinho.
António Soares Gomes.
Arménio dos Santos.
Artur Ryder Torres Pereira.
Bernardino Manuel de Vasconcelos.
Carlos Alberto Pinto.

Carlos Manuel de Sousa Encarnação.
Carlos Manuel Duarte de Oliveira.
Carlos Manuel Marta Gonçalves.
Carlos Miguel Maximiano de Almeida Coelho.
Duarte Rogério Matos Ventura Pacheco.
Eduardo Eugénio Castro de Azevedo Soares.
Fernando José Antunes Gomes Pereira.
Fernando Manuel Alves Cardoso Ferreira.
Fernando Pedro Peniche de Sousa Moutinho.
Fernando Santos Pereira.
Filomena Maria Beirão Mortágua Salgado Freitas Bordalo.
Francisco Antunes da Silva.
Francisco José Fernandes Martins.
Francisco Xavier Pablo da Silva Torres.
Guilherme Henrique Valente Rodrigues da Silva.
Hermínio José Sobral Loureiro Gonçalves.
Hugo José Teixeira Velosa.
João Álvaro Poças Santos.
João do Lago de Vasconcelos Mota.
João Eduardo Guimarães Moura de Sá.
Joaquim Fernando Nogueira.
Joaquim Manuel Cabrita Neto.
Joaquim Martins Ferreira do Amaral.
Jorge Paulo de Seabra Roque da Cunha.
José Álvaro Machado Pacheco Pereira.
José Augusto Santos da Silva Marques.
José Bernardo Veloso Falcão e Cunha.
José de Almeida Cesário.
José Guilherme Reis Leite.
José Luís Campos Vieira de Castro.
José Manuel Costa Pereira.
José Manuel Durão Barroso.
José Manuel Nunes Liberato.
José Mário de Lemos Damião.
José Mendes Bota.
Lucília Maria Samoreno Ferra.
Luís Filipe Menezes Lopes.
Luís Manuel Gonçalves Marques Mendes.
Manuel Acácio Martins Roque.
Manuel Alves de Oliveira.
Manuel Castro de Almeida.
Manuel Filipe Correia de Jesus.
Manuel Maria Moreira.
Maria do Céu Baptista Ramos.
Maria Fernanda Cardoso Correia da Mota Pinto.
Maria Luísa Lourenço Ferreira.
Maria Manuela Aguiar Dias Moreira.
Maria Manuela Dias Ferreira Leite.
Mário da Silva Coutinho Albuquerque.
Miguel Bento Martins da Costa de Macedo e Silva.
Miguel Fernando Cassola de Miranda Relvas.
Pedro Augusto Cunha Pinto.
Pedro Domingos de Souza e Holstein Campilho.
Pedro José da Vinha Rodrigues Costa.
Pedro Manuel Cruz Roseta.
Roland Lima Lalande Gonçalves.
Rui Fernando da Silva Rio.
Sérgio André da Costa Vieira.

Partido do Centro Democrático Social — Partido Popular (CDS-PP):

António Afonso de Pinto Galvão Lucas.
Carlos Alberto Maia Neto.
Gonçalo Filipe Ribas Ribeiro da Costa.
Ismael António dos Santos Gomes Pimentel.

Jorge Alexandre Silva Ferreira.
Manuel Fernando da Silva Monteiro.
Manuel Maria Mendonça da Silva Carvalho.
Maria José Pinto da Cunha Avilez Nogueira Pinto.
Maria Manuela Guedes Outeiro Pereira Moniz.
Nuno Jorge Lopes Correia da Silva.
Nuno Kruz Abecasis.
Paulo Sacadura Cabral Portas.
Silvio Rui Neves Correia Gonçalves Cervan.

Partido Comunista Português (PCP):

António Filipe Gaião Rodrigues.
António João Rodeia Machado.
Bernardino José Torrão Soares.
João António Gonçalves do Amaral.
João Cerveira Corregedor da Fonseca.
José Fernando Araújo Calçada.
Lino António Marques de Carvalho.
Luís Manuel da Silva Viana de Sá.
Maria Luísa Raimundo Mesquita.
Maria Odete dos Santos.
Octávio Augusto Teixeira.

Partido Ecologista Os Verdes (PEV):

Heloísa Augusta Baião de Brito Apolónia.
Isabel Maria de Almeida e Castro.

ANTES DA ORDEM DO DIA.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, o Sr. Secretário vai dar conta dos diplomas, dos requerimentos e das respostas a requerimentos que deram entrada na Mesa.

O Sr. Secretário (Artur Penedos): — Sr. Presidente e Srs. Deputados, deram entrada na Mesa, e foram admitidos, as seguintes iniciativas legislativas: projectos de lei n.º 124/VII — Criação da freguesia de Vale de Água no concelho de Santiago do Cacém (PCP), que baixou à 4.ª Comissão; 125/VII — Valor das indemnizações a pagar aos sinistrados de trabalho, em consequência da remissão de pensões (PCP), que baixou à 8.ª Comissão; 126/VII — Procede à revisão dos regime jurídico dos acidentes de trabalho e doenças profissionais (PCP), que baixou também à 8.ª Comissão; 127/VII — Lei-quadro das empresas públicas municipais, intermunicipais e regionais (PCP), que baixou à 4.ª e 5.ª Comissões; 128/VII — Atribui à iniciativa dos cidadãos o poder de propor a realização de consultas locais (PCP), que baixou à 1.ª e 4.ª Comissões; 129/VII — Regulamentação da concessão do subsídio de risco, penosidade e insalubridade (PCP), que baixou à 1.ª e 8.ª Comissões; 130/VII — Extensão aos maiores municípios da possibilidade de disporem de directores de serviço para coadjuvarem os eleitos na gestão municipal (PCP), que baixou à 4.ª Comissão; 131/VII — Adota um quadro de medidas de apoio à instalação de novas freguesias (PCP), que baixou à 4.ª Comissão; ratificações n.º 17/VII (PSD) e 18/VII (PCP), sobre o Decreto-Lei n.º 24/96, de 20 de Março, que institui um novo enquadramento legal das participações de entes comunitários no capital de sociedades reprivatizadas, em processo de reprivatização ou a reprivatizar; projecto de resolução n.º 17/VII — Alteração do Regimento da Assembleia da República (CDS-PP), que baixou à 1.ª Comissão; Audição Parlamentar n.º 3/VII — Sobre a «doença das vacas loucas» (PCP), que baixou à 10.ª Comissão; e o projecto de deliberação n.º 9/VII — Consti-

tuição de uma comissão eventual para a revisão da Constituição (Presidente da AR).

Na reunião plenária de 20 Março foram apresentados à Mesa os seguintes requerimentos: ao Governo, formulado pelo Sr. Deputado Aires de Carvalho; ao Ministério da Economia, formulado pelo Sr. Deputado Afonso Candal; ao Ministério da Cultura, formulado pelo Sr. Deputado Fernando Pereira Marques; ao Ministério da Educação, formulado pelo Sr. Deputado António José Dias; a diversos Ministérios e à Secretaria de Estado das Obras Públicas, formulados pelo Sr. Deputado Fernando Pedro Moutinho; ao Ministério do Ambiente, formulado pelo Sr. Deputado Carlos Pinto; ao Ministério do Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território, formulado pelo Sr. Deputado Álvaro Amaro; ao Ministério da Justiça, formulado pela Sr.^a Deputada Odete Santos; ao Governo, ao Ministério do Ambiente e à Câmara Municipal de Lisboa, formulados pela Sr.^a Deputada Isabel Castro.

Na reunião plenária de 21 de Março foram apresentados à Mesa os seguintes requerimentos: ao Sr. Primeiro-Ministro e a diversos Ministérios, formulados pelo Sr. Deputado Luís Sá; aos Ministérios da Saúde e da Educação, formulados pelo Sr. Deputado Bernardino Soares; ao Ministério da Educação, formulado pelo Sr. Deputado José Calçada; aos Ministérios da Educação e da Economia, formulados pelo Sr. Deputado Sílvio Rui Cervan; ao Governo, aos Ministérios da Economia e da Justiça, às Secretarias de Estado dos Transportes e Comunicações e das Obras Públicas e à Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, formulados pelo Sr. Deputado Fernando Pedro Moutinho; ao Ministério do Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território, formulado pelo Sr. Deputado Acácio Roque; a diversos Ministérios, formulados pelo Sr. Deputado António Rodrigues; ao Sr. Primeiro-Ministro, formulado pelo Sr. Deputado Azevedo Soares; ao Ministério do Ambiente, formulados pelos Srs. Deputados Manuel Alves de Oliveira e Heloísa Apolónia.

Entretanto, o Governo respondeu aos requerimentos apresentados pelos seguintes Srs. Deputados: no dia 21 de Março, Manuel Alves de Oliveira, na sessão de 24 de Novembro; Fernando Pedro Moutinho, nas sessões de 20 de Dezembro e 24 de Janeiro; Roleira Marinho e António Martinho, na sessão de 4 de Janeiro; António Reis, na sessão de 17 de Janeiro e no dia 6 de Fevereiro; Isabel Castro, Cruz Oliveira e Carlos Marta, na sessão de 24 de Janeiro e no dia 15 de Fevereiro; António Filipe, na sessão de 1 de Fevereiro; José Calçada e Jorge Ferreira, na sessão de 2 de Fevereiro; Rosa Albernaz, na sessão de 16 de Fevereiro; Barbosa de Oliveira, António Rodrigues e António Galvão Lucas, no dia 23 de Fevereiro.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, para tratar de assuntos de interesse relevante, estão inscritos os Srs. Deputados Bernardino Soares, Maria de Luz Rosinha e Pedro da Vinha Costa.

Tem a palavra o Sr. Deputado Bernardino Soares.

O Sr. Bernardino Soares (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: O Hospital Prof. Dr. Fernando Fonseca, vulgarmente conhecido como o Hospital Amadora-Sintra, foi reivindicado durante mais de uma dezena de anos pelas populações e representantes destes dois concelhos.

Tal reivindicação assentava na necessidade de melhorar a prestação de cuidados de saúde daquelas populações, evitando as deslocações para a capital, com a consequen-

te sobrecarga dos hospitais civis de Lisboa, e, desde logo, apostando numa racionalidade da rede hospitalar.

O hospital custou ao erário público 20 milhões de contos, tendo sido a gestão entregue a uma entidade privada que recebe anualmente uma compensação de 7,8 milhões de contos, o que corresponde a uma verba diária de 21 000 contos.

Formalmente a funcionar desde Outubro de 1995, na prática, o Hospital Amadora-Sintra não dá resposta às necessidades de cerca de meio milhão de pessoas que habitam na sua área de cobertura.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, queira desculpar, mas não há condições na Sala para se ouvir a sua intervenção. Solicto à Câmara o máximo de silêncio.

Queira continuar, Sr. Deputado.

O Orador: — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Os habitantes dos concelhos de Amadora e de Sintra continuam, na sua esmagadora maioria, a deslocar-se para Lisboa a fim de receberem tratamento hospitalar, com óbvios prejuízos materiais e humanos, incluindo perda de vidas. Para a entidade gestora do Hospital Amadora-Sintra, o lucro é o objectivo a atingir. E estando o hospital praticamente parado, os gastos são menores e os lucros obviamente maiores.

Na prática, existem graves carencias ao nível do pessoal hospitalar, já que apenas um número reduzido de médicos e enfermeiros está a trabalhar no hospital. Na verdade, não é fácil encontrar pessoal clínico que aceite as condições oferecidas, que assentam numa perspectiva da redução dos gastos com o pessoal e maximização do lucro.

Por outro lado, ouvem-se queixas, de que a própria Ordem dos Médicos já fez eco, de um clima, no mínimo, constrangedor e pouco propício à denúncia das situações existentes por parte de quem lá trabalha.

Estamos perante uma situação muito grave a todos os níveis, com destaque para o facto de, apesar do investimento feito, os serviços não estarem na sua maioria a funcionar. Está prevista para o próximo dia 1 de Abril a abertura do serviço de urgências, contudo, parece não existirem condições para tal, o que vem agravar toda a situação existente.

O PCP considera que é necessário tomar medidas para fazer face a esta situação gravemente atentatória dos direitos das populações de Amadora e de Sintra.

Neste sentido, o PCP tomará todas as medidas que considere necessárias para a denúncia e resolução deste processo. O PCP solicitará de imediato a presença da Sr.^a Ministra da Saúde para prestar informações sobre todo este processo, as medidas tomadas e a tomar pelo Governo com vista à resolução deste problema e também no sentido da defesa do investimento do erário público, sobretudo, as medidas de defesa do direito de acesso à saúde das populações de Amadora e de Sintra.

Aplausos do PCP.

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. João Rui de Almeida.

O Sr. João Rui de Almeida (PS): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Bernardino Soares, ouvi com atenção a sua intervenção, e devo dizer que o Grupo Parlamentar do PS, na área da saúde, acompanha com toda a atenção a evolução da situação no Hospital Amadora-Sintra.

É uma experiência iniciada há pouco tempo, cujo contrato foi feito pelo governo anterior. Assim, considerando que essa experiência está ainda no início, é prematura qualquer avaliação neste momento.

Como o Sr. Deputado há pouco referiu, o serviço de urgências vai abrir no dia 1 de Abril, até agora, decorrem apenas as chamadas urgências referenciadas, portanto, o hospital vai entrar num período em que é necessário dar resposta à questão das urgências.

Penso que, se quisermos avaliar estas coisas com alguma profundidade, talvez seja ainda prematuro fazer uma avaliação sobre o que está a acontecer. No entanto, pela nossa parte, estamos a acompanhar com toda a atenção a evolução desta experiência e, portanto, talvez, nesta altura, ainda não haja dados suficientes para poder fazer uma avaliação.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado Bernardino Soares, havendo ainda outro orador inscrito para pedir esclarecimentos, V. Ex.^a deseja responder já ou no fim?

O Sr. Bernardino Soares (PCP): — No fim, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Tem, então, a palavra a Sr.^a Deputada Maria José Nogueira Pinto.

A Sr.^a Maria José Nogueira Pinto (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Bernardino Soares, tendo ouvido a sua intervenção com toda a atenção, fiquei na dúvida — e gostaria de ser esclarecida — se a sua discordância é em relação à possibilidade de entregar a gestão de um hospital público a uma entidade privada, portanto, uma discordância de princípio e de fundo, ou se o Sr. Deputado está preocupado com uma situação de incumprimento contratual no caso concreto do Hospital Amadora-Sintra?

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Bernardino Soares.

O Sr. Bernardino Soares (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Consideramos que, apesar de o prazo previsto para a abertura da urgência ser apenas no dia 1 de Abril, o facto é que o hospital entrou em funcionamento em Outubro do ano passado e é reconhecido que, até hoje, não estão criadas as condições para que faça face às necessidades de saúde dos concelhos que abrange e se cumpram os prazos previstos no contrato.

De facto, tem havido diversas reivindicações por parte das populações, aliás, organizadas em comissão de utentes, protestando contra a falta de resposta em relação às solicitações feitas a este hospital, com consequente envio para os hospitais de Lisboa, gorando aquele que é um dos objectivos fundamentais de um hospital deste tipo, designadamente, o de aliviar a pressão sobre os hospitais centrais, permitindo uma melhor prestação dos cuidados de saúde.

A isto se alia o facto de que há — e todos temos conhecimento disso, aliás, a Ordem dos Médicos, como disse na minha intervenção, tem-se feito eco desta situação — diversos problemas com a contratação de médicos, de enfermeiros e de outro pessoal hospitalar, precisamente porque não são dadas garantias a todas estas pessoas, de forma a permitir o mínimo de garantia de que os seus salários e as suas posições na carreira serão salvaguardadas.

Por tudo isto, consideramos que é uma situação grave e que, de facto, a gestão privada de um hospital como este não tem trazido qualquer benefício para as populações. Do que se conclui que não há qualquer vantagem, como até aqui

tem sido tão propagandeado, em gerir de forma privada um hospital que poderia ter, talvez com menos gastos, um muito melhor desempenho, sendo público.

Aplausos do PCP.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra a Sr.^a Deputada Maria da Luz Rosinha

Sr.^a Maria da Luz Rosinha (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Ao intervir pela primeira vez neste Parlamento, permitam-me duas saudações especiais, a primeira para o Sr. Presidente, dizendo-lhe da honra que é pertencer a um órgão dirigido por V. Ex.^a

O Sr. Presidente: — Muito obrigado, Sr.^a Deputada.

A Oradora: — ... e a segunda para todos os Deputados que, como eu, se encontram a desempenhar estas funções pela primeira vez, desejando-lhes que se possam sentir enriquecidos pela experiência e responsáveis pelas esperanças de que são depositários.

Aplausos do PS.

«Vida boa era a de Lisboa», dizia uma das canções de maior sucesso da música portuguesa das últimas décadas, evocando esperanças do nosso povo dos tempos áureos das Descobertas.

Nesse tempo, a cidade de Lisboa era o pólo difusor de todas as inovações e a fonte de todas as energias modernizadoras irradiantes para o mundo. Era, assim, uma espécie de entreposto químérico para os milhares de pobres que aqui vinham à procura da glória de além-mar, apesar de massivamente não encontrarem mais que o definhamento em terras de miséria.

Ao longo de gerações, novos contingentes demandaram a capital, já não à procura da vida boa, mas, ao menos, de uma oportunidade de vida. A antiga capital do Império transformou-se em área metropolitana. Talvez não seja já a única fonte de inovação e mudança no nosso país, mas continua, certamente, a ser o lugar onde mais contrastam a opulência e os benefícios do progresso com a pobreza e a carência daqueles a quem esse progresso marginalizou.

É esse, talvez, o traço mais marcante e simultaneamente mais intolerável do perfil social e económico da Área Metropolitana de Lisboa dos nossos dias. Tanto mais intolerável, aliás, quanto mais o direito a uma vida digna para todas as pessoas for um valor a perseguir.

Infelizmente, nos últimos anos, tem-se assistido a um aumento do número daqueles que não possuem os meios necessários para viver uma vida minimamente decente, face aos padrões aceitáveis na nossa sociedade. Pior do que isso, em vez da promoção das condições de existência dos mais desfavorecidos, dez anos de gestão cavaquista são responsáveis pela intensificação das situações de exclusão social e pela precarização das condições de vida de categorias cada vez mais vastas de «sub-cidadãos», que lutam quotidianamente para sobreviver em condições absolutamente indignas de um país que se quer justo e de uma região que deveria ser motor de desenvolvimento.

Meio milhão de pessoas vivem abaixo dos limiares de pobreza nos concelhos que constituem a Área Metropolitana de Lisboa. Isto quer dizer que cerca de vinte em cada cem pessoas nesta área integram famílias cujos recursos são tão escassos que se encontram excluídas de modos de vida minimamente aceitáveis no Portugal dos nossos dias.

Muitas destas famílias e destas pessoas integram categorias particularmente vulneráveis e desprotegidas. Assim, só na cidade de Lisboa existem mais de 5000 pessoas «sem-abrigo» e, portanto, sem meios de subsistência próprios nem capacidade para os criarem, sem domicílio certo e em processo de ruptura com os principais espaços de referência social como a família, o trabalho ou a comunidade. Limitam-se a ser o objecto da caridade, cada vez mais oficial e institucionalizada, que lhes permite ir acordando vivos nos dias que, por comparação com o que é normal, são sempre menos por causa da erosão que sofrem nas condições infra-humanares em que sobrevivem.

Ninguém sabe ao certo quantos toxicodependentes existem na área metropolitana. Mas sabe-se que apenas três dos mais importantes centros de acolhimento na região, o Centro das Taipas, o Centro de Estudos e Profilaxia da Drogaria de Lisboa e o CAT de Setúbal, recebem anualmente mais de 25 000 consultas de acompanhamento e 2000 novos casos. Sabe-se também que estes números têm vindo a crescer assustadoramente e são apenas a ponta de um iceberg, indicando uma situação de extrema gravidade, mesmo sem entrar na questão prioritária do narcotráfico, para a vida dos próprios toxicodependentes, das suas famílias e da comunidade.

Só na região de Lisboa são perto de 500 as crianças que vivem na rua ou são apoiadas pelas instituições em regime ambulatório. Outras 1000 estão internadas em estabelecimentos tutelares. São julgados, por ano, perto de 3000 mil menores no nosso país. Estes são alguns números que revelam a gravidade da situação de crianças desprovidas de meio familiar, vítimas de maus tratos, vivendo na rua ou noutras situações de grave risco.

Cerca de 70% das crianças que passam pelas instituições tutelares de menores são das áreas metropolitanas e apenas 33% conclui o 4.º ano de escolaridade. Ou seja, em vez da escola, os sectores estatais com que mais contactam são a justiça e a administração interna.

A muitas destas crianças, se não forem tomadas medidas capazes de atacar as causas dos problemas, o destino que as espera é o de integrar outra categoria das mais penalizadas pela exclusão social, a dos reclusos e, depois, a dos ex-reclusos.

Nesta breve enumeração de alguns dos grupos sociais mais vulneráveis à pobreza nas áreas metropolitanas, não podia deixar de salientar a posição dos imigrantes africanos, tão úteis quando se trata de obter mão-de-obra barata na construção civil e outros sectores de trabalho intensivo, mas tão penalizados sempre que se trata de distribuir benefícios e direitos.

Na área metropolitana de Lisboa existem cerca de 130 núcleos onde residem mais de 50 000 pessoas pertencentes às chamadas minorias étnicas, mal alojadas, com empregos precários, mal remunerados e sempre em risco de desemprego, segregados na comunidade e por vezes marginalizados, vítimas de insucesso escolar, muitas vezes em situação clandestina, enfim, vivendo muito abaixo dos limites da dignidade.

Na base de muitas das situações mais dramáticas de pobreza, incluindo as já referidas, está o fenômeno do desemprego, particularmente nos casos em que a perda de um posto de trabalho corresponde também à ausência de uma qualificação e, assim, a desemprego de longa duração.

Na verdade, não acceder a uma actividade económica remunerada gratificante ou apenas poder contar com as falsas e degradadas oportunidades da economia paralela,

não significa apenas ficar penalizado no rendimento mas também perder laços sociais e uma identidade positiva.

Vozes do PS: — Muito bem!

A Oradora: — Nos últimos anos, a propaganda perdeu a face, tendo o desemprego subido para níveis desusados, mesmo sem contar com os milhares de desempregados desencorajados que não chegam a ser apanhados pelas estatísticas por terem transformado as impossibilidades objectivas de acceder a um emprego em auto-exclusão da procura de trabalho.

Na região de Lisboa não apenas não se modernizaram as velhas estruturas produtivas de zonas em crise como novas «penínsulas de Setúbal» surgiram, como é exemplo o concelho de Vila Franca de Xira, onde nos últimos dez anos o saldo dos postos de trabalho de criados e destruídos foi negativo em mais de 20%.

Desempregados de longa duração, minorias étnicas, reclusos e ex-reclusos, jovens em risco, toxicodependentes e pessoas sem abrigo são apenas os casos mais graves de pobreza que, no nosso país, atinge ainda uma parte muito significativa da população com emprego, de tal modo são baixos os níveis das remunerações do trabalho, e atinge particularmente sectores muito importantes como idosos e pensionistas.

A pobreza e exclusão social entraram já na agenda política, certamente por influência dos técnicos e sensibilidade dos políticos que se têm dedicado ao seu estudo das instituições de solidariedade social que se ocupam desses problemas. Mas é necessário que todos os responsáveis, a começar pelos Srs. Deputados, estejam totalmente conscientes da importância do fenômeno.

Por isso, gostaria de chamar a atenção para a urgência com que deve ser encarada a situação em que vivem os nossos concidadãos que, na realidade, não gozam, no nosso país, dos direitos de cidadania.

Vozes do PS: — Muito bem!

A Oradora: — Para além dos seus direitos pessoais, é a própria coesão social que está em causa. Não queremos ser um país do Terceiro Mundo e não podemos continuar a aceitar que no nosso meio floresça o «quarto mundo» da pobreza.

Na Área Metropolitana de Lisboa, dada a concentração dos problemas e a ampliação que o contexto urbano provoca, os riscos de coesão social são maiores, pois o campo da pobreza é terreno fértil para propostas totalitárias, culturas intolerantes e comportamentos marginais, que tornam perigoso o usufruto dos espaços públicos e mais fraco o sistema social e político.

Não podemos, para além disso, dar-nos ao luxo de desperdiçar as energias e os contributos sociais, políticos e também económicos, de quase das pessoas que vivem na nossa região.

Eis a razão, Sr.ºs e Srs. Deputados, por que os meios dispendidos nas políticas sociais e de solidariedade não representam um custo. Custo maior, (moral, político, social e económico) constitui a exclusão social. Eles são um investimento.

O dever de combater a pobreza e a exclusão social, que nos incumbe a todos, implica a responsabilidade de estimular e incentivar o Governo, as autarquias da área metropolitana, as instituições de solidariedade e as próprias famílias desfavorecidas na promoção de políticas de emprego,

de uma política de cidade integradora e de uma nova política de solidariedade.

Uma política de emprego significa, entre outras coisas, não sacrificar todos os recursos às necessidades da concentração do capital, aproveitar as oportunidades que surgem em novos sectores e domínios de actividade e estimular o investimento. Significa ainda criar um sistema de orientação, formação e acompanhamento da integração profissional das pessoas em situação de exclusão social.

Uma política de cidade implica resolver os problemas da habitação com a participação das famílias pobres, destruir barreiras sociais e arquitectónicas, combinar e articular o planeamento e a intervenção urbanística com a promoção das capacidades e das condições de vida das pessoas, implica ainda a criação dos equipamentos sociais e culturais não apenas nas «zonas nobres» e apetecíveis das cidades e vilas da área metropolitana mas onde eles fazem mais falta.

Uma política de solidariedade quer dizer maior participação da sociedade nas políticas sociais, o contrário da demissão do Estado que alguns defendem e quer dizer tornar as políticas mais eficazes e mais abrangentes, de forma a cumprirem plenamente o seu papel na coesão do sistema social e político.

Isso passa pelo cumprimento da esperança, inaugurada em Outubro, de que a escola mudará e se tornará um local de promoção social e não de insucesso. Passa ainda pelo retorno à ideia de cuidados de saúde prestados com qualidade a todos os cidadãos, pela elevação dos níveis das prestações dos regimes de segurança e protecção social, incluindo as pensões, implicando esse objectivo a mobilização de todos os factores associados aos três pilares de um sistema com garantias de futuro, pela expansão dos equipamentos para as crianças, jovens e idosos, e passa, urgentemente, pela implementação cuidadosa e justa do rendimento mínimo, pela melhoria do funcionamento da justiça, nomeadamente da que incide nas relações de trabalho, entre tantas outras medidas urgentes.

Temo, porém, que tudo isto seja insuficiente. Há que enfrentar os problemas específicos e multidimensionais da pobreza e da exclusão social na Área Metropolitana de Lisboa e as políticas e serviços de âmbito geral não serão suficientes para abordar com sucesso as especificidades que aqui se encontram.

Permitam-me, por isso, que deixe ficar o desafio para se encontrar, a breve prazo, o desenho de um futuro secretariado metropolitano de combate à exclusão social, que assuma a responsabilidade de coordenar e articular a actuação das diferentes políticas sectoriais e instituições no terreno, para além de lançar as actividades, programas e medidas de política específicos que as particulares condições aconselham, um secretariado que, congregando a boa-vontade de todos, permita concentrar esforços nos nossos maiores deveres, os que respeitam aos direitos das pessoas.

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos, a palavra à Sr.^a Deputada Maria José Nogueira Pinto.

A Sr.^a Maria José Nogueira Pinto (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr.^a Deputada Maria da Luz Rosinha, ouvi com muita atenção a sua exposição, que penso ser da maior importância. Sou Deputada pelo círculo de Lisboa e não só reconheço esses problemas como os conheço, sabendo, portanto, que aquilo que descreveu, infelizmente, não fica longe da realidade.

Considerando a questão urbana e suburbana neste círculo, o somatório da pobreza tradicional com as novas formas de que ela se tem revestido e olhando para as GOP na área da solidariedade social, o que gostaria de lhe perguntar era se V. Ex.^a não considera que erigir como opção fundamental o rendimento mínimo garantido é uma bomba com retardador no quadro que acabou de descrever. Pelo contrário, não seria fundamental vermos, o mais rapidamente possível, um conjunto de medidas pluridisciplinares que conseguissem a integração dos vários aspectos sociais em causa?

A instituição do rendimento mínimo garantido não vai ter um efeito ilusório no sentido que, de alguma forma, vamos institucionalizar a pobreza como se a não pudéssemos combater?

Recordo que um dos aspectos mais importantes do nosso tempo é saberemos que a pobreza vai continuar, mas que, de alguma forma, hoje, temos meios de a combater que no passado não tínhamos.

Assim, pergunto se esta não é uma perpetuação da pobreza, no sentido que não há mais armas, não há mais combate a travar contra ela, em prejuízo de outras medidas, que reconheço serem mais complexas e mais demoradas, obrigando a uma integração de serviços, ministérios e políticas, mas que todos sabemos que serão as únicas eficazes.

O Sr. Presidente: — Sr.^a Deputada Maria da Luz Rosinha, havendo mais um Deputado inscrito para pedir esclarecimentos, V. Ex.^a pretende responder já ou no final?

A Sr.^a Maria da Luz Rosinha (PS): — No final, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Pedro Moutinho.

O Sr. Fernando Pedro Moutinho (PSD): — Sr. Presidente, Sr.^a Deputada Maria da Luz Rosinha, em relação às questões que aqui foram levantadas, genericamente, somos capazes de estar todos de acordo com a radiografia feita. Porém, poderemos não estar de acordo com as soluções a encontrar para combater estes problemas sociais, que não existem apenas na área Metropolitana de Lisboa mas em todo o País, embora com menos gravidade, não deixando, todavia, de ser problemas que todos sentimos como nacionais.

A Sr.^a Deputada falou nas questões da pobreza, da marginalidade e num conjunto infundável de outras situações de natureza social, mas, de facto, em termos das políticas que o PS preconiza para as resolver ainda fiquei mais preocupado depois da sua intervenção.

Durante o debate do Orçamento do Estado e sobretudo agora, na sua exposição, tem de reconhecer que a mensagem de esperança que seria necessária relativamente a estes problemas não foi trazida aqui pelo seu partido. Sinceramente, fazer apenas uma radiografia sem apontar caminhos e soluções é muito curto e até agora, a nível do Ministério da Solidariedade e Segurança Social, ainda muito pouco foi apresentado para minorar muitas destas situações,...

O Sr. Osvaldo Castro (PS): — Não é verdade!

O Orador: —... que eram também objecto de um grande combate do Governo socialista, do Engenheiro Guterres, mas, de facto, ainda estamos muito longe de poder ver quais são as diferenças de política que o

Governo PS preconiza em relação àquilo que estava a ser executado pelo PSD.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. Carlos Coelho (PSD): — São só plágios!

O Sr. Osvaldo Castro (PS): — Estiveram 16 anos no poder e não fizeram nada!

O Orador: — Em relação à habitação social, ao programa de erradicação de barracas, pergunto-se reconhece ou não que este programa tem de ser acelerado. O Governo do PS quer flexibilizar um conjunto de políticas relativamente à habitação social e estamos à espera que elas sejam divulgadas porque, em cada dia que passa, estes problemas continuam a agravar-se e vocês foram eleitos usando as palavras «social», «pessoa» e «dignidade humana», procurando, dessa forma, criticar o governo PSD. Onde estão essas políticas, pergunto à Sr.^a Deputada e à bancada do PS em geral?

O Sr. Presidente: — A palavra à Sr.^a Deputada Maria da Luz Rosinha, para responder.

A Sr.^a Maria da Luz Rosinha (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Começo por agradecer as questões que me apresentaram e passarei a responder, em primeiro lugar, à Sr.^a Deputada Maria José Nogueira Pinto, em quem reconheço a mesma preocupação que assiste ao PS quanto a este problema, que tão grave é.

Não podemos, de maneira nenhuma, deixar de lhe dar atenção e daí a minha proposta final de que venham a convergir boas-vontades para que as soluções preconizadas pelo Governo venham a ser postas em prática, pois rejeitamos em absoluto que a pobreza seja um dado que temos de aceitar como uma desgraça sem retorno. Ela é uma realidade que temos de travar e fazer retroceder. Para isso, contamos consigo, com o seu empenhamento e a sua responsabilidade na função de Deputada.

Algumas medidas já se encontram contempladas, a do rendimento mínimo vai em breve ser discutida entre nós e, depois, posta em prática. Não se destina a resolver os problemas da pobreza mas, sim, a dar uma pequena ajuda e alento, aquele mínimo de dignidade a que todas as famílias em situação de absoluta carência têm direito.

No que se refere às questões postas pelo Sr. Deputado Fernando Pedro Moutinho, com quem tenho uma afinidade particular, a afinidade geográfica, quero agradecer as questões levantadas, mas, na verdade, o diagnóstico ou a radiografia que fiz foi de algo que já vem do passado, que é muito da responsabilidade da bancada que o senhor representa.

Vozes do PS: — Muito bem!

A Oradora: — A pobreza não surge de súbito; nesse espaço só surge a pobreza envergonhada, em que as famílias têm uma absoluta dificuldade em transmitir para o exterior as carências que lhes surgiram. Sr. Deputado, 10 anos foi muito tempo, a vossa vocação não é social, mas ainda estão a tempo de encarreirar nas nossas fileiras e predispor-se ao combate da exclusão e da pobreza que, ao invés de terem travado, ajudaram a fomentar.

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, a palavra ao Sr. Deputado Pedro da Vinha Costa.

O Sr. Pedro da Vinha Costa (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: O que hoje me traz aqui a esta tribuna é o exercício simultâneo de uma obrigação e de um direito.

Na verdade, Sr. Presidente e Srs. Deputados, trata-se da obrigação de denunciar uma situação e diversos comportamentos que seguramente envergonham a democracia e todos quantos por ela se batem.

Trata-se do cumprimento da obrigação que qualquer cidadão tem e que no caso de um cidadão que tem acesso a esta tribuna é, por isso, redobrada, de denunciar todos os atropelos à ordem democrática, sob pena de, se o não fizer, ser conivente com tais atitudes.

Mas trata-se também, Sr. Presidente e Srs. Deputados, do exercício de um direito que, apesar das mudanças ocorridas no País, julgo continuar a ser reconhecido por todos e muito particularmente pelo Partido Socialista. Refiro-me ao direito à indignação contra aqueles que, de uma forma prepotente, em flagrante desrespeito pelas regras mínimas de funcionamento democrático das instituições, pretendem resolver conflitos internos, porventura pessoais, subjugando órgãos da Administração Pública ao interesse pessoal ou partidário.

Na verdade, Sr. Presidente e Srs. Deputados, alguém duvidará que é obrigação de todos e de cada um de nós denunciar os recentes comportamentos do Partido Socialista a propósito dos órgãos autárquicos do município do Porto?

Quem pode estar calado quando, há vários meses, se assiste a uma guerra de acusações quanto à legalidade de actos de alguns dos responsáveis da Câmara Municipal do Porto, principalmente quando no centro de tais acusações estão o «número dois» do PS na Câmara do Porto e o Gabinete do Presidente da Câmara?

Que vergonha para a cidade é assistir às acusações que o Arquitecto Gomes Fernandes vai proferindo, publicamente, contra assessores do Presidente da Câmara, perante o incompreensível silêncio do Dr. Fernando Gomes!

Que vergonha para a cidade do Porto é assistir à inacreditável corrida entre o Dr. Fernando Gomes e o Arquitecto Gomes Fernandes, em que cada um afirma ser o primeiro autor do pedido de inquérito aos actos praticados pela Câmara Municipal do Porto que se traduzem na aprovação de prédios com volumetrias que o PDM parece não permitir!

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — E perante tudo isto, quer dizer, perante o rol de acusações aos assessores do Presidente da Câmara, perante a afirmação pública, por parte do «número dois» do PS na Câmara, que o segundo mandato do Dr. Fernando Gomes está a ser muito fraco, que foram tomadas decisões que implicaram o gasto de muitas centenas de milhar de contos e condicionaram o desenvolvimento futuro da cidade, apesar de tais decisões serem tecnicamente erradas, tendo como única motivação o *show off* eleitoral, mas principalmente perante graves acusações quanto à legalidade e responsabilidade por aprovação de projectos que parecem violar o PDM, perante toda esta vergonha, o PS, em vez de, como era sua obrigação, vir esclarecer a opinião pública, sem margem para dúvidas, vem afinal dizer ao Arquitecto Gomes Fernandes que se demita para não prejudicar o PS.

Aplausos do PSD.

Quer dizer, perante os gravíssimos factos que acabei de referir, o PS, obrigado a optar entre os interesses da cidade do Porto e dos portuenses e o interesse do próprio Partido Socialista, preocupa-se, antes de mais e só, consigo próprio!

E, entretanto, a Direcção do PS conseguiu os seus intentos: o Arquitecto Gomes Fernandes, «número dois» do PS na Câmara do Porto, suspendeu o seu cargo de vereador. Espera-se que este seja o único objectivo do PS a ser atingido. É que muito mau seria se, com a suspensão do Vereador Gomes Fernandes, se abafasse o tão propalado inquérito, ficando a cidade sem saber se houve ou não ilegalidades e quem as cometeu.

O Sr. Carlos Coelho (PSD). — Muito bem!

O Sr. Osvaldo Castro (PS). — Isto é ingerência!

O Orador: — E, no meio de tudo isto, ainda assistimos à vergonhosa intromissão de um dirigente do PS no funcionamento da Assembleia Municipal do Porto.

É inconcebível que o Presidente da Comissão Política Concelhia do Porto do PS tenha tido a sem vergonha de escrever uma carta ao Presidente da Assembleia Municipal do Porto exigindo a alteração do dia semanal das reuniões da Assembleia Municipal por — pasme-se! — pretender evitar a continuidade de três representantes do PS naquele órgão autárquico.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Não me pronuncio, Sr. Presidente e Srs. Deputados, sobre quem deve representar ou não o PS na Assembleia Municipal do Porto. Seria inadmissível que o fizesse, tão inadmissível como o PS querer alterar o modo de funcionamento da Assembleia Municipal do Porto por ser incapaz de, dentro de portas, resolver as divergências políticas ou as questiúnculas pessoais que movem os seus dirigentes.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Mas a vergonha não pára aqui! O líder concelhio do Porto do PS anuncia publicamente que o PS vai proceder a uma alteração do regimento da Assembleia Municipal do Porto, porque quer evitar que as reuniões durem três horas! Na verdade, Sr. Presidente e Srs. Deputados, há membros daquela Assembleia Municipal eleitos pelo PS que, sistematicamente, protestam pela duração das sessões, mas começam a fazê-lo logo que elas se iniciam e, dois anos volvidos sobre a posse da Assembleia, ainda nada tiveram para dizer. É óbvio que, para esses senhores, as reuniões da Assembleia Municipal deveriam começar com a expressão de apoio à acção do Dr. Fernando Gomes e acabar com um hino unânime de louvor ao mesmo. O que é verdade é que o regimento da Assembleia Municipal do Porto foi aprovado por unanimidade, portanto, com o voto favorável do PS. Mas, entretanto, o PS anunciou que pretendia rever aquele regimento. Fizeram-se reuniões com todas as forças políticas representadas na Assembleia e o PS comprometeu-se a apresentar, no prazo de 15 dias, as suas propostas de alteração. Já lá vão quase dois anos e, até hoje, não se viu uma única proposta do PS. Mas agora vê-se esta vergonhosa missiva do líder

concelhio do PS, perante o inadmissível silêncio do Presidente da Assembleia Municipal do Porto e a inacreditável afirmação de exercício de autoridade por parte do Presidente da Câmara Municipal do Porto.

Sr. Presidente e Srs. Deputados, a *mui nobre*, sempre leal e invicta cidade do Porto merece ser tratada com dignidade, com respeito e com seriedade, coisas que têm faltado no comportamento do PS. Daí, a minha denúncia. Por isso, a minha indignação.

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — Antes de dar a palavra aos Srs. Deputados que se inscreveram para pedir esclarecimentos, queria dar notícia ao Plenário de que, esta manhã, tivemos um grupo de 40 alunos da Escola Secundária Laura Ayres, da Quarteira, a visitar o Parlamento.

Neste momento, temos entre nós 423 alunos a assistir a esta Sessão, sendo os mesmos 40 alunos da Escola Secundária Laura Ayres, 50 alunos da Escola Secundária de Vieira do Minho, 18 alunos da Escola Profissional Bento de Jesus Caraça, de Setúbal, 60 alunos da Escola Secundária de Sever do Vouga, 55 alunos da Escola Secundária Ferreira de Castro, de Oliveira de Azeméis, 27 alunos da Escola Secundária Dr. Ginestal Machado, de Santarém, 35 alunos da Escola Secundária de Pombal, um grupo de 25 alunos da Escola Técnica de Seguros, de Évora, 50 alunos da Universidade Moderna, de Lisboa, 52 alunos do Externato D. Dinis, do Porto, e um grupo de 11 alunos da Escola Secundária Rainha D. Amélia, de Lisboa. Entre os jovens, encontra-se um jovem, que pintou o cabelo de branco e que é um ex-Vice-Presidente desta Assembleia, Ferraz de Abreu. Saudemo-los a todos.

Aplausos gerais de pé.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Pedro Baptista, para um pedido de esclarecimentos.

O Sr. Pedro Baptista (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado Pedro da Vinha Costa, creio que V. Ex.^a está com dificuldades no seu sentido homeostático. Está com dificuldades na coordenação do seu equilíbrio interior! E, por isso, V. Ex.^a convenceu-se de que estava na Assembleia da Freguesia da Sé, secção da feira da Vandoma!

Risos do PS.

Quando, na realidade, V. Ex.^a está na Assembleia da República que, sendo nacional, sendo de todo o País, é sediada em Lisboa! Sr. Deputado, V. Ex.^a, que tão desavergonhadamente falou das vergonhas do Porto, deixe-me que lhe diga que o que é uma vergonha é vir para aqui, para Lisboa, tentar denegrir a imagem daquele que é hoje o protagonista do progresso e do peso nacional do Porto. O que me parece ser uma vergonha é vir para aqui, para Lisboa, denegrir aquele que, no Porto, luta por uma cidade moderna e tenta combater, e combate, o ostracismo e o desprezo, para não dizer o cerco, em que o seu partido, o PSD, manteve o Porto nestes últimos dez anos!

Aplausos do PS.

Deixe que lhe diga ainda, Sr. Deputado, com autorização do Sr. Presidente da Assembleia, que ainda mais vergonhoso é V. Ex.^a vir para aqui dizer o que, no Porto, não era capaz de dizer, a não ser sob o risco de se cobrir

completamente de ridículo, o que, aliás, não era a primeira vez que lhe acontecia!

Protestos do PSD.

O Porto é outro desde que tem Fernando Gomes na Câmara, como líder do PS e como líder do município. Readquiriu a alma que estava acabrunhada.

Vozes do PSD: — Vocês confundem tudo! Misturam a liderança do partido com a autarquia!

O Orador: — É verdade. *Ipsò facto*, no Porto, o líder da cidade é também o líder do PS em virtude de VV. Ex.as, do PSD, se terem de tal forma cindido com a cidade e de o PS se ter de tal forma unido à cidade que o líder da cidade se identifica com o líder do PS!

Aplausos do PS.

É por isso que, Srs. Deputados do PSD, depois do primeiro mandato do Dr. Fernando Gomes à frente da Câmara, com uma maioria relativa, ele obteve uma esmagadora maioria absoluta. Ao contrário de VV. Ex.as, do PSD, o povo do Porto sabe perfeitamente discernir o que é a favor do seu progresso ou o que é a favor da servidão, pois o PSD é característico dos portuenses descendentes dos franceses, para não dizer dos miguelistas...

Protestos do PSD.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, faça o favor de terminar.

O Orador: — Sr. Presidente, peço desculpa, mas estou a ser provocado!...

Por isso, o PS, com o Dr. Fernando Gomes, assume a tradição liberal da cidade e assume aquele coração, que está ali em cima representado, que é o coração de D. Pedro IV!

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Pedro da Vinha Costa.

O Sr. Pedro da Vinha Costa (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Pedro Baptista, começo por lhe dizer que, tendo em conta que V. Ex.^a é um dos três Deputados municipais do Porto que o presidente da concelhia do PS do Porto pretende ver excluídos da Assembleia Municipal, eu, depois de o ouvir aqui falar, sou obrigado a dizer que percebo o presidente da concelhia do PS do Porto...

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Apesar de, obviamente, não concordar com os métodos por ele seguidos.

Aplausos do PSD.

Quero dizer-lhe também que, se eu estivesse a pensar que estava na Assembleia de Freguesia da Sé, bastar-me-ia, ao ter chegado àquela tribuna, olhar para V. Ex.^a para perceber que não podia estar. E sabe porquê, Sr. Deputado? É que, numa assembleia de freguesia, os eleitores conhecem as pessoas em quem votam e V. Ex.^a, depois de dizer a quantidade de asneiras que disse aqui e que tem dito no passado, jamais seria eleito. V. Ex.^a está aqui porque conseguiu entrar a coberto do anonimato.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado José Saraiva.

O Sr. José Saraiva (PS): — Sr. Presidente, não esperava que a intervenção do Sr. Deputado Pedro da Vinha Costa trouxesse para aqui pequenas questões «caseiras», porque, embora todos os assuntos tenham a nobreza que lhes queiramos dar, certamente que não foi essa a razão que motivou a intervenção que fez em nome do seu partido.

Considero que a sua intervenção se resume a um exorcismo dos seus fantasmas a que, normalmente nós, socialistas, estamos habituados já há seis anos no Porto e, certamente, vamos continuar a ver, porque o PSD não foi capaz de entender que, em 1989, perdeu a autarquia principal do norte do País, não aceitou nem se resignou com uma derrota clamorosa nas últimas eleições autárquicas, e não entende, porque é incompetente e é incapaz de entender, a viragem que se operou na cidade do Porto, na recuperação do orgulho que nós, portuenses, temos — penso que V. Ex.^a é portuense — , pelo que não contrabandearmos as nossas origens em função de interesses mesquinhos.

O que V. Ex.^a nos trouxe aqui, pese embora o muito respeito que tenho pelas intervenções de V. Ex.^a noutras locais, não me parece digno desta Câmara. Parece-me, sinceramente, que V. Ex.^a quis fazer aqui chicana com o meu partido. É verdade que o meu partido tem uma grande responsabilidade no Porto, na Área Metropolitana do Porto, no distrito do Porto.

Tem também, de há muito tempo, conseguido ultrapassar velhas questões internas, superá-las na discussão normal que há em todos os partidos, que saltam à luz do dia e não temos disso qualquer vergonha. Mas é vergonhoso, isso sim, que V. Ex.^a venha aqui substituir-se à inspecção que está a ser feita à Câmara Municipal do Porto. É uma vergonha que V. Ex.^a traga para aqui pequenas questões «domésticas» do PS, quando certamente V. Ex.^a condenaria, a mim ou a qualquer um dos meus camaradas, se eventualmente hoje aproveitássemos o tempo de que dispomos para questionar acerca do Dr. Santana Lopes, ou do Dr. Marcelo, ou outras dúvidas que o PSD tem, existenciais ou outras, nesta fase de pré-congresso. De facto, não faz sentido.

V. Ex.^a hoje não deu uma amostra do que é um portuense. Nós, aqui, temos de trabalhar noutro sentido. Convoco-o, Sr. Deputado, em nome da cidade e daqueles que representamos, V. Ex.^a e eu próprio, para que trabalhemos em função dos interesses da cidade, dos 18 mil desempregados que af existem, das dificuldades de habitação que temos, do desprezo a que estivemos votados durante anos e anos, da ineficácia de uma administração autárquica de que V. Ex.^a se constituiu apoiante durante anos e anos.

V. Ex.^a trouxe-nos aqui uma pequena querela interna do meu partido, mas deixe isso connosco! Resolvemo-las no passado, resolvemo-las agora e resolver-las-emos sempre que as tivermos, com frontalidade, com coragem, com dignidade, entre nós, porque não fazemos aquilo que é frequente no seu partido. Não pense que semeia entre nós divisões, porque estamos divididos, mas, simultaneamente, unidos. É isso que faz a nossa riqueza. Foi isso que fez a nossa riqueza ao longo de dez anos de oposição. Foi isso que fez a nossa riqueza para conquistarmos o poder em Portugal. É isso que vos há-de, talvez, desgraçadamente, perder de vista.

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Pedro da Vinha Costa.

O Sr. Pedro da Vinha Costa (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Deputado José Saraiva, queria dizer-lhe que, se por outra coisa não fosse, valeu a pena ter feito aqui a intervenção que fiz porque, em resposta, V. Ex.^a convoca-me, ou intimava-me, ou notifica-me a trabalhar em conjunto com V. Ex.^a em defesa dos interesses da cidade! Que bom que era se assim fosse, se VV. Ex.^{as} deixassem as vossas «tricas» internas dentro de portas...

O Sr. António Braga (PS): — Que deslegância!

O Orador: — ... e trabalhassem em conjunto com todos os outros pelos interesses da cidade. O problema, Sr. Deputado José Saraiva...

Protestos do PS.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, façam o favor de ouvir com atenção!

O Orador: — Muito obrigado, Sr. Presidente. Eu nem sequer posso responder às «bocas», porque não as entendo — saem num tom de voz que, de facto, é ininteligível deste lado!

Risos do PSD.

O Sr. Presidente: — Neste domínio, Sr. Deputado, infelizmente as culpas são recíprocas! É por isso que é difícil resolver este problema!

O Orador: — Peço desculpa, Sr. Presidente, mas, no mínimo, a minha voz é grossa!

Sr. Deputado José Saraiva, queria dizer-lhe que aquilo a que V. Ex.^a chama pequenas questões «domésticas», são-no, excepto quando os vizinhos começam a levar com os tachos e as panelas que os senhores atiram uns aos outros! E o problema é que o PSD quer mexer no funcionamento de órgãos autárquicos, única e exclusivamente, porque, entre outros, V. Ex.^a não se entende com o seu presidente de conciliação! Esse é que é o problema, Sr. Deputado.

Deixe-me dizer-lhe ainda que não sei se V. Ex.^a é mais ou menos portuense do que eu. Não o sou por nascimento, mas por escolha, o que demonstra, pelo menos, ser um acto racional e não o ser fruto de um acaso. E deixe-me que lhe diga mais: para mim, ser portuense, ser nortenho, significa ser frontal na denúncia das coisas com as quais não concordamos; para mim, todos os assuntos que são importantes para o Porto, são importantes para o País. Pelos vistos, para V. Ex.^a e para a sua bancada, assim não é.

Finalmente, deixe-me que lhe diga, porque V. Ex.^a sabe-o bem — melhor do que a maior parte dos seus camaradas —, que o PSD, na Assembleia Municipal do Porto, foi obrigado a remeter-se ao silêncio durante seis meses, como forma de protesto pela prepotência com que VV. Ex.^{as} se comportaram nos órgãos autárquicos.

O Sr. António Braga (PS): — Coitadinhos!...

O Orador: — Sr. Deputado José Saraiva, deixe-me que lhe diga, com a amizade e consideração que sabe que tem por si, que, muitas vezes, o ouvi a si, no silêncio e

anonimato dos corredores, a criticar o comportamento dos seus camaradas de bancada, já que não era capaz de os criticar perante o microfone.

Por isso, Sr. Deputado José Saraiva, por amor de Deus, assuma em público o mesmo comportamento que assume em privado.

Aplausos do PSD.

O Sr. José Saraiva (PS): — Sr. Presidente, peço a palavra para exercer o direito de defesa da honra e consideração.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. José Saraiva (PS): — Sr. Presidente, a falta de ética do Sr. Deputado Pedro da Vinha Costa é ilustrativa do seu carácter e deixa irremediavelmente por terra tudo aquilo que acabou de dizer.

Temos de saber comportarmo-nos uns com os outros. Pese embora o bom relacionamento que tenho mantido ao longo destes últimos seis anos com o Sr. Deputado, não estava à espera que usasse uma mentira, uma falácia, um argumento não provado. V. Ex.^a acusa e não prova!

Nunca fui contra o PSD. Honro-me de ser socialista e que os meus camaradas humildes estejam no topo da hierarquia do meu partido. O Sr. Deputado ousou acusar-me, sem disso fazer prova, portanto, mentindo a esta Câmara, de uma atitude que não tive. V. Ex.^a sabe que tenho imensos defeitos, mas que sou um homem honrado, que já passei por muitos sítios, por muitos locais no exercício da minha profissão sem nunca ter sido acusado de faltar ao dever de ética, de honra e lealdade. O Sr. Deputado não foi leal e, por isso, faço aqui o meu protesto.

A sua intervenção merece o repúdio da minha bancada.

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente: — Para dar explicações, tem a palavra o Sr. Deputado Pedro da Vinha Costa.

O Sr. Pedro da Vinha Costa (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Deputado, quero dizer-lhe que entre a ética e a verdade tenho dificuldade em optar. Optarei sempre pela verdade, porque dessa forma estarei a ter um comportamento ético. Se tiver preocupações de ética é porque, porventura, posso estar a faltar à verdade, que é aquilo que V. Ex.^a agora acaba de fazer.

Sr. Deputado, não quero, de forma alguma, julgá-lo e fazer aqui qualquer acusação. Não o quero julgar e, de resto, isso seria completamente irrelevante — desde logo, a sua bancada até o podia amnistiar...

Risos do PSD.

Não é essa questão que está aqui em causa.

Não admito a si nem a ninguém que ponha em causa as motivações, as razões que me levam a, em meu nome pessoal e em nome da minha bancada, denunciar, nesta Assembleia da República, um comportamento incorrecto, que, de resto, V. Ex.^a é a primeira pessoa a classificar como tal. Não lhe admito que ponha em causa as minhas motivações quando as suas, fora desta Sala, são aparentemente as mesmas.

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, vamos dar início ao debate de urgência, requerido pelo Grupo Parlamentar

do Partido Popular, sobre a posição de Portugal na revisão do Tratado da União Europeia.

Para fazer a intervenção de abertura do debate, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Portas.

O Sr. Paulo Portas (CDS-PP): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Permitam-me que comcece por saudar o facto de o Sr. Ministro Jaime Gama estar hoje aqui presente na bancada do Governo, porque nos dias que correm é difícil saber se um ministro ou uma alta personalidade do PS já se demitiu, já foi demitida, se o querem demitir ou se o próprio quer sair. V. Ex.^a sobreviveu, o que é bom!

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

O Orador: — V. Ex.^a sobreviveu, o que é bom, porque assim podemos discutir um documento fundamental que marca a viragem na política europeia do Governo num sentido que, infelizmente, é o da federalização. Diga-se, aliás, de passagem que o documento é do Governo e não do Estado, como o poderia ser, ou da representação nacional, como deveria ser.

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

O Orador: — Os senhores não consultaram a oposição antes de publicar o documento e nem sequer permitiram que o mesmo fosse emendado a tempo.

Esta é a vossa posição e a de mais ninguém; este é o vosso documento, que traduz uma curiosa noção do diálogo em matéria europeia. Os senhores dialogam muito com Bruxelas e pouco com a Nação!

Lendo atentamente o documento, creio que os senhores devem ter exercido o diálogo numa sessão de espiritismo com o anterior governo. Boa parte da política que propõem tem direito de autor no anterior governo e no anterior Ministro dos Negócios Estrangeiros.

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

O Orador: — Vamos aos erros que, segundo o Partido Popular, constam da posição do Governo português em relação à revisão do Tratado de Maastricht.

Antes de mais, em nosso entender, o Governo falhou na marcação da agenda política da Conferência Intergovernamental. A Europa vive hoje com um nó górdio da construção europeia chamado União Económica e Monetária, chamado moeda única. Dos 13 países que se comprometeram com a moeda única só um cumpre os critérios de convergência. Existe uma situação de verdadeira depressão económica em todos os países da União, incluindo na Alemanha, à excepção, curiosamente, da Grã-Bretanha.

A fractura social causada pela exclusão, pelo desemprego alastrou e podemos hoje observar como a União Económica e Monetária, o seu prazo, os seus critérios de convergência foram uma fraude intelectual. Os seus principais autores, a começar por Jacques Delors e Giscard d'Estaing, dizem que, afinal, a moeda única não se pode fazer na data prevista e que os critérios de convergência podem ser efectivamente recessivos. Tardia descoberta, Srs. Deputados!

O Sr. Manuel Monteiro (CDS-PP): — Muito bem!

O Orador: — Desde que começou a União Económica e Monetária Portugal tem mais 180 000 desempregados, o

investimento e o consumo privados estão parados e a poupança privada está em queda. Os senhores, reprimorando as alegrias do anterior governo, abrem campanha cada vez que os números da inflação caem sem perguntarem se ela cai por boas ou más razões, sem questionarem se ela não está a cair assombrosamente apenas e só porque a economia real está parada. Os senhores contribuíram para isso!

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

O Orador: — O problema é que, quando uns dias depois saem os números do desemprego, os senhores fazem como antigamente, no anterior governo: usam uns «pacotinhos de aspirina» para supostamente resolver o problema. Esta política da moeda única da União Económica e Monetária já causou, desde o dia 1 de Janeiro deste ano, 55 000 desempregados, portanto 1300 desempregados por dia, Sr. Ministro Jaime Gama, e o senhor chega à Conferência Intergovernamental entende, pensa e decide que a União Económica e Monetária não deve ser revista, que a moeda única não pode ser tocada. É preocupante que os senhores continuem a entender que a moeda única é um dogma de fé.

Podiam ter invocado o artigo n^o 11 do Tratado, que claramente aponta, no geral e no concreto, para a possibilidade de rever agora a União Económica e Monetária. Não o fizeram! A opção é vossa, mas fiquem sabendo que da nossa parte rever Maastricht sem rever a moeda única é como falar da Idade Média ignorando a peste.

Entendem que não está em causa a política comercial comum, que ela não deve ser revista, que não se deve reflectir sobre ela, que não deve ser tocada, mas, ao mesmo tempo, queixam-se todos os dias do fundamentalismo liberalizante da Comissão Europeia, dos acordos com a Índia, com o Paquistão e com Marrocos. Chegam à hora da Conferência Intergovernamental e nem uma letra, nem uma linha sobre a política comercial da União Europeia. Na retórica estão preocupados, mas na prática continuam a abrir escancaradamente as fronteiras. Perante uma situação em que o Ocidente está a pagar a factura do Oriente, que está a causar uma fractura social gigantesca na Europa, que afecta, sobretudo, os mais desfavorecidos e os mais jovens, os senhores tinham um instrumento à disposição chamado «preferência comunitária» que podia e devia ser usado na Conferência Intergovernamental.

Aplausos do CDS-PP.

Depois, Sr. Ministro Jaime Gama, não nos venha dizer que, não querendo rever a moeda única nem querendo rever a política comercial, quer umas normas programáticas sobre o emprego. Com uma mão destrói o emprego e com a voz quer umas normas no Tratado a seu favor. Mais vale atacar as causas do que dar «aspirinas» aos efeitos, Sr. Ministro!

O vosso modelo de União Europeia é envergonhadamente federalista, desde logo quando, numa das mais curiosas proclamações do vosso documento, rejeita a ideia da livre escolha de políticas na União Europeia e os chamados *opting out* e aceita a ideia de que a União Europeia há-de ser um colete de forças em que as políticas são obrigatórias para todos. Essa rejeição é cega sobre o presente e surda sobre o futuro.

É cega sobre o presente, porque já hoje a União Económica e Monetária não compromete todos os Estados, sendo, no entanto, todos da União Europeia. Temos um

outro exemplo disso no acordo de Schengen, que abrange certos países comunitários mas não outros.

É surda sobre o futuro, porque rejeita a livre escolha de políticas. Amanhã, o Estado português pode precisar da liberdade nacional para não integrar uma determinada política num certo momento, o senhor e o seu Governo negaram-lhe esse direito e é isso que nós não podemos aceitar.

Por outro lado, o vosso federalismo envergonhado vem da aceitação do princípio da extensão das votações por maioria. Ao aceitar votações por maioria o Governo elimina o direito de voto. Quero dizer ao Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros que, em nosso entender, 1000 votos não valem um direito de voto. Os senhores deitam fora o voto e ficam com os votos de consolação!

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

O Orador: — Como se não bastasse propõem mais políticas comuns, mais exportação de soberania, confundindo, aliás, bens que são nacionais com bens que podem ser entendidos como comuns. Ou seja, V. Ex.^a quer mais Europa, mais depressa, com mais poder centralizado. Esse é o caminho óbvio da federação europeia.

Por outro lado, V. Ex.^a aceita um directório de facto, embora proclame o contrário na política externa e de segurança. Aceita o fim da unanimidade num ponto absolutamente nevrálgico da soberania de qualquer Estado. A política externa e de segurança é o ponto nevrálgico da soberania de um Estado e é af que V. Ex.^a aceita o fim da unanimidade e começa a aceitar as votações por maioria. Aceita-o com uma tabela de votações que serão decididas por maioria, o que significa que este Governo entende que Portugal pode comprometer-se na ordem externa contra a sua vontade. Através desta figura pitoresca, que é a abstenção positiva, um Estado perde o direito de voto, mas mantém a face para efeitos internos. Esta figura, Srs. Deputados, tem, aliás, um autor político na história contemporânea de Portugal, o Dr. Salazar, quando quis plebiscitar a Constituição, usando a abstenção positiva que, nessa altura, também contava a favor.

Os senhores aceitam também a personificação jurídica da União Europeia, o que significa que a prazo ela substituirá os Estados, quer na negociação externa, quer na representação internacional, e a ideia do Ministro dos Negócios Estrangeiros da Europa, que ou vai ser um caixeiro viajante sem poderes, e a União Europeia terá a sua imagem vexada, ou ter um poder efectivo e, nesse caso, V. Ex.^a deixará de ser o Ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal na União Europeia e passará a ser o Embaixador da União Europeia em Lisboa. Em nome da sua própria sobrevivência política, não conte connosco para aceitar essa ideia!

Finalmente, os senhores aceitam também a diluição das «troikas» comunitárias que acompanham a PESC e propõem, numa frase elíptica, um sistema de acompanhamento pelos países experientes ou qualificados. Peço-lhe apenas que se lembrem da história e quem é que é qualificado e experiente na Europa para fazer a paz e promover a guerra. Vejam no que se estão a meter!

Portugal aceitou, através do vosso documento e do vosso Governo, um directório na política externa e de segurança. Assim, Portugal deixa de vetar e também deixa de contar.

Aplausos do CDS-PP.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, tem de terminar, pois tem ainda de responder a dois pedidos de esclarecimento, não tem tempo e não pode continuar a gastar tempo que não tem.

O Orador: — Sr. Presidente, terminei de seguida.

Terminarei, dizendo que o quarto erro do vosso documento é que conseguem, em matéria de défice democrático, transformá-lo numa verdadeira dúvida democrática.

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

O Orador: — Em vez de darem poder ao Conselho e aos Parlamentos nacionais, que é quem tem mandato e legitimidade democrática, VV. Ex.^{as} dão mais poderes à Comissão Europeia e querem reforçar os poderes do Parlamento Europeu. Os burocratas da Comissão Europeia e alguns utopistas do Parlamento Europeu agradecem, mas as democracias nacionais saem efectivamente menorizadas do vosso documento.

Permitam-me, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados, perguntar: conseguiu este Governo escrever um documento que é uma boa posição negocial? Não. Este documento cede quase tudo e pede muito pouco. Podemos ter alguma esperança? Não creio.

Tivemos em tempos a política do bom aluno, com pésimos resultados; tivemos durante uns meses a política do mau aluno, com péssimos resultados; logo, o problema não está em ser bom ou mau aluno na União Europeia, está no Livro Único que o Sr. Delors escreveu, o PSD leu e os senhores acabam de tresler.

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — A palavra, para um pedido de esclarecimento, ao Sr. Deputado Acácio Barreiros.

O Sr. Acácio Barreiros (PS): — Sr. Presidente e Srs. Deputados, o Sr. Deputado Paulo Portas veio trazer-nos de novo a sua visão catastrofista da situação na Europa. O Sr. Deputado tem um problema que não consegue resolver: é um Deputado europeu, nasceu num país europeu que se orgulha da sua história, mas que sabe que ela está indissoluvelmente ligada à história da Europa. Somos um país que desconfia dos nacionalismos, da filosofia de fronteiras, como o senhor lhe chama, porque sabe que esses nacionalismos arrastaram a Europa, por duas vezes neste século, para o abismo de duas guerras; um país que sabe que o atraso que tem se deve em grande parte, não à adesão europeia mas a 50 anos de costas viradas para a Europa; um país que sabe e confia que tem um futuro indissoluvelmente ligado ao futuro da Europa.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Numa Europa que defende uma moeda única para concorrer contra a moeda única que hoje existe — o dólar —, o Sr. Deputado acha que devemos ficar de fora??

O Sr. Deputado defende mais defesa e segurança europeia, defesa autónoma num clima de solidariedade e acha que devemos ficar de fora??

A Europa defende a comunitarização de políticas para o combate à droga, ao banditismo, à fraude, ao crime internacional, mas o Sr. Deputado acha que isso se faz com as fronteiras!

A Europa defende melhor livre circulação de pessoas, de mercadorias, de capitais e ideias, mas no fundo a sua proposta, permita-me que lhe diga, são mais duas companhias da Guarda Fiscal em Vilar Formoso!

O Sr. Deputado, no fundo, tem medo, tem pavor da mudança, sonha com um «Portugalzinho pequenininho» que passe ao lado das grandes transformações da Europa.

Protestos do CDS-PP.

Nós acreditamos que Portugal tem uma palavra a dizer na Europa e o documento do Governo, claramente, é uma posição firme de Portugal, que não vai só negociar, como o senhor pensa, numa visão sindicalista estreita.

Vamos a Turim porque temos ideias sobre a Europa e achamos que também nós portugueses podemos dar um contributo para uma Europa mais livre e de paz, uma Europa que se projecte no mundo pelos seus valores de tolerância, de tranquilidade, de democracia e de paz.

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente: — A palavra ao Sr. Deputado Francisco de Assis.

O Sr. Francisco de Assis (PS): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Paulo Portas, tem V. Ex.^a o hábito de se exprimir através de *slogans*, o que tem por vezes o efeito de obscurecer a profundidade das ideias. Contudo, quer na carta que ontem enviou ao Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros, quer na intervenção que agora acabou de fazer, V.Ex.^a assumiu-se claramente como um novo porta-voz do partido e do movimento anti-europeus em Portugal que tem, de resto, uma longa e pouco honrosa genealogia na nossa história e vai tendo ressurgências e manifestações concretas em diversas épocas da mesma.

V.Ex.^a, ao enunciar uma recusa de participação de Portugal no modelo concreto da Europa que se encontra consubstanciado no Tratado sobre a União Europeia e que irá agora ser objecto de devido aprofundamento na Cimeira Intergovernamental, traduz e esse é o meu receio, uma rejeição mais global e mais profunda, a da opção europeia de Portugal enquanto assunção de uma vocação histórico-cultural e plena afirmação de uma opção prioritária no domínio político.

O Sr. Joel Hasse Ferreira (PS): — Muito bem!

O Orador: — VV. Ex.^{as} inscrevem-se, assim, numa tradição anti-europeia, de raiz anti-iluminista e anti-cosmopolita e até nalguns aspectos anti-liberal que sempre recorreu à exaltação de um nacionalismo tendencialmente autárquico de natureza proteccionista, isolacionista e que nos conduz à periferização e à subalternização.

V. Ex.^a surge agora como o arauto de um populismo conservador, nacionalista e demagógico que tenderá sempre a atribuir à União Europeia a responsabilidade pelos nossos insucessos internos e que se constitui, assim, numa espécie de utopia negativa que é verdadeiramente desresponsabilizante do nosso esforço de afirmação no mundo.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — V. Ex.^a inscreve-se, por isso, numa tradição que vivamente rejeitamos e estamos dispostos a contrariar.

Contudo, quero reconhecer que é preferível travar o debate com um «eurocético» inteligente do que com um «eurooptimista» imbecil.

Risos do PS.

E, não desesperando das qualidades da sua inteligência, Sr. Deputado Paulo Portas, não desespero também de acreditar que a sua inteligência o há-de reconciliar com esta ideia de Europa para que, não desistindo desta ambição europeia, não tenha no futuro de desistir da nossa ambição nacional comum, que, naturalmente, compartilhamos consigo.

Permita-me, Sr. Deputado, que termine citando-lhe Shakespeare que escreveu: «a grandeza também consiste em partilhar uma grande querela.». Esta é, seguramente, uma grande querela e é para nós uma honra travá-la e partilhá-la consigo.

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente: — Inscreveu-se, entretanto, o Sr. Deputado Luís Sá a quem dou a palavra.

O Sr. Luís Sá (PS): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Paulo Portas, creio que nesta matéria de revisão do Tratado da União Europeia há um risco efectivo e que é de encontrarmos em Portugal um bloco central em perspectiva, um novo bloco central não completamente assumido, que entende que o Tratado de Maastricht é intocável ainda que o céu caia e a terra trema, ainda que existam 20 milhões de desempregados e 50 milhões de excluídos na Europa que afirma como objectivo principal o desenvolvimento e a prosperidade.

O Sr. João Amaral (PCP): — Muito bem!

O Orador: — Sr. Deputado Paulo Portas, a questão é extremamente simples, para nós a União Económica e Monetária deve fazer parte da revisão do Tratado da União Europeia.

Os critérios de convergência que estão em grande medida na base dos desempregados e dos excluídos devem fazer parte do Tratado da União Europeia, pois não faz sentido que o Primeiro-Ministro afirme que em Bruxelas há um «filho preferido», a moeda única, quando há um «enteado» que é o desemprego, não retirando, depois, todas as consequências desse facto.

Entretanto, por que é que o Partido Popular, que tem este discurso populista pela voz de V.Ex.^a, não se liberta do discurso neoliberal que depois predomina numa série de outros actos? Isto é, porque razão é que há um discurso contra os critérios de convergência nominal e, depois, o Partido Popular viabiliza um Orçamento do Estado cuja finalidade principal é a de cumprir esses mesmos critérios?

Segunda questão, porque razão é que V.Ex.^a se afirma contra um dos mais importantes critérios de convergência nominal, exactamente a questão das despesas públicas, mas no vosso projecto de revisão constitucional querem condicionar todo e qualquer governo a uma determinada política de contenção das despesas públicas que, naturalmente, seria um favor a qualquer governo que optasse por cumprir de forma fundamentalista os critérios de convergência nominal.

O Sr. João Amaral (PCP): — Exactamente!

O Orador: — Ora, isto significa, Sr. Deputado Paulo Portas, que há aspectos da sua intervenção com que estamos de acordo, mas no comportamento global do PP há uma clara incoerência que não podemos deixar de apontar.

Aliás, da mesma forma, não podemos deixar de apontar que há, neste plano, uma outra clivagem, que é extremamente importante e que tem que ser apontada. Assim, não basta dizer que se é contra a política de comércio externo da Comunidade Europeia, que se é a favor do combate ao *dumping* ambiental e social internacional, pois importa também saber se, à escala interna e à da Comunidade Europeia, o PP é a favor da integração da política social como política comunitária, retirando-a da situação que actualmente tem de anexo ao Tratado da União Europeia, dando-lhe plena dignidade nesse plano. Designadamente, seria particularmente importante para a Comunidade Europeia ter autoridade no plano da comunidade internacional para combater o *dumping* ambiental e social no comércio internacional. Nesta matéria convém pôr as ideias em palavras, mas também convém ter coerência para não se ficar desreditado.

O Sr. Presidente: — A Mesa concede ao Sr. Deputado Paulo Portas quatro minutos para responder aos três pedidos de esclarecimento.

O Sr. Paulo Portas (CDS-PP): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Ao Sr. Deputado Acácio quero apenas dizer que não tenho uma visão catastrofista da realidade, esta é que às vezes é catastrófica.

Aplausos do CDS-PP.

Quando há 1300 desempregados por dia a mais com esta política, pergunto-lhe: como é que consegue sorrir, estar contente ou ter uma visão optimista?! Eu não tenho.

Chamou-me Deputado europeu, mas quero rectificá-lo: sou Deputado português, eleito por portugueses, para a Assembleia da República de Portugal.

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

O Orador: — Em segundo lugar, sou um Deputado que fala português como mais centenas de milhões de pessoas neste mundo.

Em terceiro lugar, sou um Deputado europeu, que está na Europa há oito séculos e meio e que não precisou da União Europeia para ter bilhete de identidade europeu.

Aplausos do CDS-PP.

Queria ainda dizer que não defendo — e aqui entro na minha resposta ao Sr. Deputado Francisco de Assis, a quem agradeço naturalmente as referências que, do ponto de vista intelectual, me fez — um Portugal autárquico, um Portugal isolado ou um Portugal «orgulhosamente só». Longe disso, Sr. Deputado! Tenho 33 anos e não tenho nada a ver com o anterior regime.

Quero um Portugal com igualdade jurídica na União Europeia. Quero um Portugal com direito de voto na União Europeia. Quero um Portugal com o direito a produzir, como os outros têm direito a produzir, na União Europeia. Quero um Portugal com o tempo necessário para recuperar o seu atraso, porque nos atrasámos enquanto os outros se desenvolviam.

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

O Orador: — Quero um Portugal soberano, porque há uma coisa em que, de facto, sou, se quiser, nacionalista democrático, se quiser, conservador: é que entendo que a soberania não está nem nas suas mãos nem nas minhas! Recebemo-la dos antepassados e temos de a transmitir àqueles que nos sucedem!

Aplausos do CDS-PP.

Quanto ao Sr. Deputado Luís Sá, em matéria de coerência, não deixaria de lhe perguntar — porque não consigo perceber — se o PCP é internacionalista, como sempre supus, ou se é, subitamente, nacionalista.

Também em matéria de coerência, não consigo perceber se VV. Ex.^{as} querem manter-se dentro da União Europeia ou se querem sair! Nós queremos ficar! Mas de outra maneira! De uma maneira muito diferente desta, mas queremos ficar! VV. Ex.^{as}, pelo menos até há uns anos, queriam sair e nunca percebi a alteração de política!

Protestos do PCP.

Em todo o caso, quero só dizer-lhe que há uma diferença fundamental entre nós:...

A Sr.^a Odete Santos (PCP): — Há várias!...

O Orador: — ...VV. Ex.^{as} acreditam que a economia real do País se faz pelo lado da economia pública, das empresas públicas e do sector público, e nós, ao contrário, quando em Portugal em cada 100 contos de riqueza criada 51 ficam nas mãos do Estado, achamos que já chega, que já basta e que é preciso devolver à iniciativa privada a capacidade de investir, de criar riqueza e de produzir. É pelo lado privado da economia que Portugal avança! Pelo lado público da economia, Portugal não avança, Sr. Deputado! É isso que nos distingue fundamentalmente e é por isso que somos coerentes!

Aplausos do CDS-PP.

Relativamente às outras questões que enunciou, permita-me dizer-lhe, Sr. Deputado, que defendo como modelo fundamental para a União Europeia, ao contrário do Governo e do PSD, não um «colete de forças», em que as mesmas políticas são obrigatórias para todos, mas uma Europa com livre escolha de políticas, onde há as obrigatórias e as facultativas, a que os Estados podem aderir na medida das suas possibilidades e no tempo que entendam necessário. Por isto mesmo, questões como a política social pertencem à livre escolha de políticas do Governo que tem mandato democrático. Se um governo quiser estar na política social, é da sua livre escolha, mas, se não quiser, é também da sua livre escolha. Não estamos obrigados pela União Europeia, nem por Bruxelas a lá ficar. São os portugueses que o decidem quando votam. Essa é que é uma Europa democrática e nós não queremos uma Europa imposta pelos tecnocratas e pelos burocratas de Bruxelas!

Aplausos do CDS-PP.

O Sr. João Amaral (PCP): — Parecia uma conferência no Clube dos Empresários!

O Sr. Luís Sá (PCP): — Sr. Presidente, peço a palavra para a defesa da honra da minha bancada.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. Luís Sá (PCP): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Paulo Portas, surpreende-me que tendo sido V. Ex.^a director de um jornal não tenha esclarecida no seu espírito, pelo menos aparentemente, a questão da posição do PCP acerca da saída ou não saída da Comunidade Europeia. É uma questão que o PCP resolveu no Congresso de 1988, dizendo que estava a favor da manutenção da Comunidade Europeia, com uma condição extraordinariamente importante: é que, da mesma forma que somos a favor da existência de um Estado em Portugal e não somos a favor de toda e qualquer política de Estado, por mais disparatada que seja, também podemos ser a favor da integração europeia e não ser a favor de toda e qualquer integração europeia, por mais prejuízos que cause aos povos europeus e à identidade e soberania do povo português.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — É este um ponto fundamental. Pode estar-se na Comunidade Europeia, de cabeça erguida, de cabeça levantada, defendendo os interesses nacionais.

Em segundo lugar, Sr. Deputado Paulo Portas, defendemos uma economia que tenha empresas públicas e empresas privadas, mas há uma questão que é extraordinariamente importante: V. Ex.^a sabe eventualmente que, quando o Orçamento que viabilizou conjuntamente com a sua bancada prevê que este ano sejam privatizadas empresas no valor de 380 milhões de contos, isso significa que, para o ano, não vai haver mais de uma centena e meia de milhões de contos de impostos, que eram pagos por estas empresas e que não vão ser pagos pelas empresas privadas.

O Sr. Jorge Ferreira (CDS-PP): — Essas empresas nunca deviam ter sido nacionalizadas!

O Orador: — E V. Ex.^a sabe, eventualmente também, que quando os ingleses ganharam o concurso de abastecimento de água de Lisboa, no séc. XIX, o Governo de Sua Majestade D. Maria II optou por criar uma empresa pública para garantir que o sector público ficasse nas mãos do país.

O Sr. Paulo Portas (CDS-PP): — Também está monárquico?!

O Orador: — Portanto, isto significa que não basta ser patriota. É preciso também que compreendamos que, embora algumas matérias fundamentais haja lugar para empresas privadas, para manter o controlo nacional de algumas questões importantes, em sectores nevrálgicos, também há e deve haver lugar para empresas públicas.

Gostaria ainda de esclarecer V. Ex.^a, de uma vez por todas, que a melhor forma de ser internacionalista é, simultaneamente, ser patriota. Estas questões não são incompatíveis, a não ser para quem prefere juízos maniqueístas, que nós, de todo em todo, não partilhamos.

Aplausos do PCP.

O Sr. Presidente: — Para dar explicações, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Portas.

O Sr. Paulo Portas (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Luís Sá, queria apenas dizer-lhe, com muita sinceridade, que, quando entra na ortodoxia, perde o talento.

Aplausos do CDS-PP.

O Sr. João Amaral (PCP): — Pelos vistos, conseguiu calá-lo!

O Sr. Paulo Portas (CDS-PP): — E a si também!

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Zorrinho.

O Sr. Carlos Zorrinho (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros: O Partido Socialista apoia inequivocadamente a posição negocial do Governo português para a Conferência Intergovernamental de 1996. Fazêmo-lo em nome de convicções fortes e de há muito reafirmadas. Entendemos a Conferência Intergovernamental como um processo que agora se inicia e que deve ter como principal objectivo reconquistar os cidadãos da Europa e de cada um dos seus Estados membros para o ideal europeu.

Recusamos intransigentemente a imagem de que Portugal possa desempenhar o papel de aluno, bom ou mau, na construção europeia. Devemos ser parceiros, defendendo activamente os interesses de Portugal, no quadro de uma União Europeia, cuja coesão e democraticidade ajudamos activamente a aprofundar.

Em 1 de Outubro de 1995, 80% dos portugueses escolheram sufragar a vocação europeia de Portugal. Os que o fizeram, escolhendo o Partido Socialista, não serão defraudados nessa sua manifestação de vontade.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Mas, tal como entendemos a construção europeia como um processo permanente, consideramos que deve ser dada, em permanência, voz aos cidadãos e aos agentes económicos e sociais, como parceiros activos na formação da vontade nacional.

Propomo-nos, por isso, suscitar, caso decorram do processo negocial inovações substanciais, a realização dum referendo sobre a opção ou opções que se revelem decisivas para a revisão do Tratado de Maastricht.

Da mesma forma, propomo-nos suscitar a realização anual, no quadro da Assembleia da República, dum «fórum europeu», em que os vários intervenientes nacionais no processo de construção europeia possam debater estratégias e concertar posições para uma melhor defesa dos interesses portugueses no contexto da União e para uma mais forte participação de Portugal no seu aprofundamento.

Uma Europa que mobilize activamente os seus cidadãos tem de ser uma Europa que dê respostas aos seus principais problemas económicos e sociais e, designadamente, ao flagelo central da transição do milénio, o desemprego.

Apoiamos, por isso, não só a inclusão dum capítulo sobre emprego no Tratado da União, como exortamos o Governo português para que a «manutenção dum nível elevado de emprego» seja considerada em pé de igualdade com o défice orçamental e a dívida pública, como critério e princípio director da convergência para a moeda única.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Opomo-nos a qualquer inovação que, em nome da eficácia, facilite a emergência de «núcleos duros» na condução unilateral das políticas europeias, com exclusão de outros Estados membros.

A diversidade histórica, cultural e linguística, dos povos da Europa é uma das suas principais riquezas. Em sua defesa, todos os Estados devem poder participar com equidade na construção europeia, não em decorrência duma concessão magnânima dos Estados mais fortes, mas do

reconhecimento de que só assim se maximiza o potencial político e económico da União.

Convictos de que a Europa exprime o quadro de civilização e cultura em que se afirmará a posição de Portugal no mundo, declaramos a nossa intenção de combater ideologicamente o anti-europeísmo ultranacionalista e retrógrado, em nome da solidariedade europeia, da cidadania, da democracia e da paz.

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente: — Não havendo pedidos de esclarecimento, para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Torres.

O Sr. Francisco Torres (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Foi pena o Governo não ter apresentado mais cedo as suas posições em matéria de revisão do Tratado da União Europeia. Demorou alguns meses a fazê-lo e pouco acrescenta às posições conhecidas do anterior governo — vide a entrevista do ex-Primeiro-Ministro a um jornal.

Antes que o Governo tivesse tomado a iniciativa de apresentar o documento agora publicado, o CDS-PP requereu um debate de urgência sobre a matéria. Sabemos bem qual é a urgência do PP, mas já lá vamos.

O documento do Governo é vago em matéria de revisão do Tratado da União Europeia e relativiza as posições do anterior governo, no que lhe parece que venha a ser o consenso possível resultante da Conferência Intergovernamental. Não é de facto — façamos justiça — levar a mala vazia à Conferência Intergovernamental e trazê-la cheia de ideias dos outros, Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros, mas não é muito mais.

O documento do Governo ignora os trabalhos e o consenso da Assembleia da República, expressos na Resolução n.º 21/95, sobre o acompanhamento parlamentar da revisão do Tratado da União Europeia na Conferência Intergovernamental de 1996. É pena! É pena para o Grupo Parlamentar do PSD, mas também para todos os outros grupos parlamentares, inclusive, o Grupo Parlamentar do PS. É pena, porque, logo de início, depois de ter apregoado uma mudança significativa de atitude, depois de ter garantido que trabalharia em estreita colaboração com a Assembleia da República em matéria de integração europeia, nomeadamente no que respeita à revisão dos tratados, o Governo adopta um estilo tecnocrático, como se de uma direcção-geral se tratasse. Os princípios orientadores da revisão do Tratado, aprovados nesta Assembleia em 1995, não são sequer mencionados.

Vejo ali o Sr. Deputado Joel Hasse Ferreira triste com esse facto, porque colaborou afincadamente nesses mesmos princípios.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Aliás, sobre o papel dos parlamentos nacionais pouco se diz, «concebendo-se a extensão do modelo COSAC» — conferência dos parlamentos, o que são, como se sabe, coisas muito distintas na prática parlamentar — «a outros domínios». Podemos dizer que esta é uma versão pouco sintética e estática e mesmo não actualizada da Resolução n.º 21/95.

O PSD pensa que é necessário concretizar os princípios orientadores da revisão do Tratado aqui aprovados e avançar para um reequilíbrio institucional da União, come-

çando pelo reforço do papel dos parlamentos nacionais. Era por aqui que o Governo deveria ter começado e não aproveitou a deixa, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados, preferindo criticar a actuação do governo anterior! Temos uma lei de acompanhamento da participação de Portugal no processo de construção europeia, estamos numa nova legislatura onde o PSD é oposição, temos um Governo de maioria relativa do PS, que prometeu muito em matéria de diálogo com o Parlamento e é isso que está em causa.

O Sr. Pedro Roseta (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Entende o PSD que devemos aprofundar a integração para fazer face aos desafios deste final de século, alargando a União no espírito de solidariedade e coesão social entre os cidadãos e as nações europeias. A revisão do Tratado da União deverá permitir aproximar as instituições dos cidadãos europeus, tornando estas mais transparentes, mais democráticas e mais eficientes. É esse o grande desafio de uma União *sui generis*, sem um modelo pré-determinado, que passa naturalmente pelo reforço do papel dos parlamentos nacionais e do Parlamento Europeu. São os problemas dos cidadãos e não o nacionalismo serôdio que estão no centro das preocupações do PSD.

A transparência das instituições e a democraticidade da União só podem reforçar a posição portuguesa no mundo. Por isso, o PSD aceita uma flexibilização do processo de construção europeia, de acordo com os princípios estruturantes aprovados por esta Assembleia.

Não haverá lugar para uma Europa de núcleos fechados ou divisões geográficas, mas poderá haver lugar para diferentes velocidades ou «partenariados» abertos, de acordo com as possibilidades e a vontade dos vários Estados, no respeito por objectivos comuns e pelo acervo comunitário e, naturalmente, pelo bem-estar de todos. Qualquer país tem direitos e deveres, não é possível que um país entre numa situação de desvalorizações competitivas ou adopte políticas de *dumping* social, beneficiando, ao mesmo tempo, do acesso ao mercado interno, da estabilidade monetária da União e da coesão económica e social. Terá, necessariamente, de se simplificar o processo de decisão, alargando-se, porventura, a regra da maioria qualificada, mas mantendo-se a unanimidade para as questões que constituem o cerne da verdadeira soberania nas nações.

Não vamos agora lançar concursos ou estudos para empatar o debate político, pois cada um poderá e deverá estudar estas matérias e todos os estudos são bem vindos. Vamos, isso sim, debater com seriedade política todas estas questões. Estamos disponíveis e preparados para dar o nosso contributo, na especialidade, sobre todas estas matérias.

É isso que o CDS-PP e o PCP se recusam a perceber.

O Sr. Pedro Roseta (PSD): — Muito bem!

O Orador: — A propósito do que quer que seja, atacam a Europa, sem dizer o que verdadeiramente querem: apenas desestabilizar as instituições e a vida política nacional! Sabem que, sem Europa, sem esta Europa, porque não há outra, nem nunca é apresentada qualquer outra alternativa, não haverá coesão económica e social, não haverá criação de emprego, não haverá segurança social, não haverá afirmação de Portugal no mundo, não haverá crescimento económico, não haverá paz e não haverá nada do que reclamam de forma inconsequente. Fazem-se as afirmações mais contraditórias, sem necessidade de qualquer

justificação, deturpam-se conceitos, repetem-se chavões sem qualquer significado, em suma, faz-se um exercício de demagogia primária que já está a cansar os portugueses.

Não terá sabido o PSD, preocupado com o processo de transição e com a recessão que assolava a Europa e Portugal, dar resposta clara a esta demagogia. Não terão ainda querido o PS e o actual Governo deixar de aproveitar tal «ruído» para esconder eventuais fraquezas da governação. É tempo de desmascararmos as inconsistências, a demagogia e a ignorância que caracterizam os discursos anti-europeus vazios, que não levam a nada, a não ser a divisões artificiais da sociedade portuguesa e ao empurrar do debate político.

É tempo de não perdermos mais tempo com propostas que não são construtivas, que não visam a defesa dos nossos interesses, mas apenas a demagogia fácil, a política da irresponsabilidade de quem não tem credibilidade para algum dia governar.

Ataca-se a Comissão, a Organização Mundial do Comércio e todos os países do resto do mundo e, para isso, já é pedida protecção da União Europeia e da Comissão que, depois, são criticadas, algumas vezes com a participação do próprio Governo no jogo dos chamados «murros na mesa», que o ex-Ministro Daniel Bessa reconheceria na sua última intervenção na Comissão de Assuntos Europeus, na passada sexta-feira, não servirem para nada. Ataca-se a estabilidade monetária e a partilha de soberania da futura moeda única, reivindicando-se a soberania absoluta de um escudo inconvertível, sujeito à especulação financeira, como qualquer moeda do Terceiro Mundo. Ataca-se a concorrência desleal, o chamado *dumping* social e ambiental dos países de fora da Europa, para, com o mesmo à vontade, se atacar o modelo social e económico da União Europeia.

Afinal que modelo de desenvolvimento, que modelo de sociedade, querem os senhores? O dos «tigres da Ásia»? O do extinto COMECON? O da emigração em massa? Digam aos portugueses que prescindem dos fundos estruturais, de vender e comprar no mercado interno, do apoio da União Europeia à nossa diplomacia externa. Expliquem que querem salários mais baixos para concorrer fora da Europa, que querem fechar as fronteiras, que querem sair da União Europeia!

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Defende-se uma alteração das nossas prioridades em matéria de política externa. A lusofonia em oposição à integração europeia? Não pensaram os senhores que ninguém no mundo lusófono estaria interessado num Portugal nacionalista, proteccionista, isolado e, necessariamente, subdesenvolvido. Não vêm os senhores que essa arrogância isolacionista é apenas própria de partidos e movimentos radicais e é naturalmente partilhada por partidos xenófobos? Não percebem os senhores que a nossa vocação universal, a lusofonia, não é compatível com essa atitude? Não entendem os senhores que só nos podemos afirmar como nação e como língua universal numa Europa coesa, democrática e solidária?

Basta de demagogia nas questões europeias. Não é assim que defendemos os interesses dos portugueses. É tempo de avançar e dar resposta aos problemas dos cidadãos.

Aplausos do PSD.

O Sr. Jorge Ferreira (CDS-PP): — Sr. Presidente, peço a palavra para a defesa da honra da minha bancada.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. Jorge Ferreira (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Francisco Torres, em primeiro lugar, quero congratular-me com o facto de ficarmos hoje a saber pela sua boca que o PSD continua igual a si próprio e, neste caso, igual ao PS, ao Governo do PS e ao ex-governo do PSD: federalistas, «euro-optimistas», «maastrichtianos», contra o referendo, etc.

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

O Orador: — O Sr. Deputado pode defender as ideias que quiser — está no seu direito —, mas isso não lhe dá o direito de mentir. Quando V. Ex.^a diz que o PP critica sem apresentar alternativas, das duas uma: ou faz autocensura e não lê os documentos do PP — se calhar, é por isso que continua a defender o que defende, porque, se os ler, provavelmente convence-se que temos razão e muda de opinião, mas mudará também de partido; ou, então, V. Ex.^a não pode sistematicamente fazer de conta que a realidade é aquilo que V. Ex.^a desejaría, mas não o que é

De facto, nós temos, em vários domínios, em vários locais e em vários documentos, propostas alternativas a propósito da revisão do Tratado de Maastricht, que, inclusivamente, foram apresentadas pelos Deputados do CDS-PP no Parlamento Europeu. É isso que lhe dói, Sr. Deputado! V. Ex.^a gostaria de facto que não fossem possíveis alternativas a este Tratado, mas elas são possíveis. V. Ex.^a discorda delas e ainda bem, por que é mais uma maneira de percebermos que estamos no caminho certo.

Agora, repito, isso não lhe dá o direito de continuar a mentir, dizendo que elas não existem. Peço-lhe, em nome da elevação do debate político, que, por uma vez, considere os dados da realidade como são e os debate com verdade.

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Para dar explicações, tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Torres.

O Sr. Francisco Torres (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Jorge Ferreira, julgo que esta sua intervenção terá talvez sido feita para compensar a intervenção do Sr. Deputado Paulo Portas. É que se esperava algo de novo, como ele costuma aqui vir anunciar quando faz propostas deste género, quando há um pedido de debate de urgência. De facto, não houve nada de novo!

O Sr. Paulo Portas (CDS-PP): — Se o Governo continua a política anterior, como é que queria que houvesse alguma coisa de novo!

O Orador: — Ficámos espantados com este pedido de debate de urgência em que o Sr. Deputado Paulo Portas vem falar da União Económica e Monetária, talvez o tema da sua especialidade... Eu não o abordei na minha intervenção! Julgo que o problema do debate sobre a Conferência Intergovernamental e a revisão dos tratados não incide particularmente sobre o Primeiro Pilar, a União Económica e Monetária, que ainda não começou, pois só começará em 1999.

O Sr. Paulo Portas (CDS-PP): — Vai ver o Bundesbank!

O Orador: — Não esteja preocupado, Sr. Deputado, antes disso já tinha começado e gerado o desemprego, mas não sei do que é que estava a falar.

Agora, é preciso, de facto, alguma informação mais e alguma reflexão sobre estas questões e, quando o Sr. Deputado vem dizer que somos federalistas e continuamos na tradição, digo-lhe que não necessariamente. Somos é responsáveis e sabemos que não há alternativa a esta Europa. Não há alternativa, Sr. Deputado! Eu sei que os senhores dizem que não querem sair da Europa — o PCP também o diz —, mas, no fundo, querem é sair desta União Europeia. Não sei se querem uma união com Marrocos ou com outro país qualquer, mas julgo que esses países não os quereriam lá.

Sr. Deputado, é tempo de acabarmos com a demagogia nas questões europeias. Já estamos fartos, cansados! Desde 1992 que os senhores só batem nessa tecla. Temos de mudar de assunto, de virar a página. Os senhores já se estabeleceram como um partido antieuropéu, já o sabemos. Concorreram em eleições exactamente com esse programa e o povo português já deu o seu veredito: é claramente pró-europeu, acredita no projecto europeu, em todas as eleições.

O Sr. Paulo Portas (CDS-PP): — Façam o referendo!

O Orador: — Não é preciso, Sr. Deputado.

O Sr. Paulo Portas (CDS-PP): — Ah!

O Orador: — No futuro, podemos fazer referendos, se houver grandes alterações:

Como estava a dizer, ratificámos um Tratado nesta Assembleia com uma maioria clara, inequívoca, expressa pelo povo português.

Portanto, não podemos estar aqui a «massacrar» o debate sobre estas questões com «ruídos» permanentes, com debates de urgência que, afinal, são sobre coisas que não vão ser discutidas na Conferência Intergovernamental sobre a UEM.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. Paulo Portas (CDS-PP): — Não se incomode, Sr. Deputado!

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Joel Hasse Ferreira, que vai dispor de dois minutos concedidos pela Mesa.

O Sr. Joel Hasse Ferreira (PS): — Sr. Presidente, muito obrigado pela sua generosidade.

Sr. Deputado Francisco Torres, em primeiro lugar, queria dar-lhe o meu apoio pelo conjunto de críticas que fez ao PP. Espero que, depois do Congresso do seu partido, tenhamos a honra de continuar a ver uma pessoa tão responsável na primeira fila da sua bancada!

Risos do CDS-PP.

Em segundo lugar, queria dizer-lhe que pelas posições do Grupo Parlamentar do PS responde o Grupo Parlamentar do PS. Vou até oferecer-lhe, no fim ou ainda durante a sessão, o «documento de Lisboa», aprovado ontem pelo Grupo Parlamentar do PS, pelos eurodeputados socialistas portugueses do Parlamento Europeu e pelos grupos do PS nos Açores e na Madeira, para V. Ex.^a reflectir, dar o seu contributo e utilizar em futuros debates e livros.

A questão central que gostava de colocar-lhe é a de saber se não pensa que o que defendemos na legislatura

passada, por unanimidade ou por maioria esmagadora, por grande maioria, digamos assim, na anterior Comissão de Assuntos Europeus e depois em Plenário, nomeadamente, quanto à defesa da língua, tal como a concebemos no quadro da União Europeia, por um lado, e, por outro, quanto ao que chamámos geometria variável positiva e que pode designar-se por rejeição dos núcleos duros na União Europeia — seguidas, aliás, pelos antigos presidentes do Grupo Parlamentar do PS, que hoje temos a honra de ter, um, como Presidente da Assembleia e, outro, como Ministro dos Negócios Estrangeiros — é, sob outra linguagem, recuperado e tratado até de uma maneira mais alargada no documento que o Governo nos apresenta. Essa é uma questão.

Além disso, o Sr. Deputado recorda-se ou pode ajudar-me a lembrar que tipo de debate o governo que apoiou aqui promoveu e que tipo de documento o governo que apoiou aqui apresentou para preparar a assinatura do Tratado da União Europeia, conhecido por Tratado de Maastricht?!

Vozes do PS: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Torres, que vai dispor, igualmente, de dois minutos concedidos pela Mesa.

O Sr. Francisco Torres (PSD): — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Deputado Joel Hasse Ferreira, em primeiro lugar, agradeço os desejos de felicidades para a minha carreira dentro do partido. Julgo que o meu partido está bem,...

O Sr. Jorge Ferreira (CDS-PP): — Vê-se!

O Orador: — ... que sairá renovado na próxima semana e que se apresentará aqui, como sempre, como foi dito pelo PP, na sua tradição democrática, nos seus valores programáticos para combater o partido de V. Ex.^a.

O Sr. João Amaral (PCP): — Então, se está bem, não se mexe. Deixem estar assim!

O Sr. Joel Hasse Ferreira (PS): — Com certeza!

O Orador: — Está bem, sim. Não se preocupem. Vai ser apenas um debate interno. Não estejam preocupados com isso, Srs. Deputados.

Quanto ao debate, Sr. Deputado Joel Hasse Ferreira, preferíramos um proposto pelo Governo, da autoria do Governo e não este, de urgência, proposto pelo CDS-PP, que não tem a ver com a revisão do Tratado da União. O CDS-PP insiste sempre na mesma tecla, ou seja, que não podemos estar nesta Europa, temos que sair. Eles querem uma União com um outro bloco qualquer de países fora da Europa..., não sei em que parte do mundo!...

Risos do PS.

O Sr. Joel Hasse Ferreira (PS): — Dá-me licença que o interrompa?

O Orador: — Diga, Sr. Deputado.

O Sr. Joel Hasse Ferreira (PS): — O Sr. Deputado concorda ou não comigo que a urgência do PP não era política mas mediática?

O Orador: — Já nos habituámos às «urgências» do PP e sabemos bem que este tipo de debates, sobretudo sobre a Europa, são mediáticos.

Sr. Deputado, agora ia consultar o livro publicado pela Comissão de Assuntos Europeus, com os contributos de V. Ex.^a, e disseram-me que tinha desaparecido, porque foi levado para a sua bancada. Eu sei que tem muito orgulho nessas contribuições que foram aprovadas por consenso por este Parlamento, mas com certeza partilha comigo a pena de o Governo não ter lido esse livro, não o ter citado no seu documento, porque era uma forma de mostrar que estava já a colaborar com o Parlamento nacional no debate destas questões. Que melhor maneira de dar um papel acrescido aos parlamentos nacionais do que incluí-los, desde o inicio, na discussão destas matérias, quais assembleias constituintes, na revisão dos tratados? É disso que temos pena!

Agora, como disse na intervenção, Sr. Deputado Joel Hasse Ferreira, não chame para aqui a anterior legislatura, já estamos numa nova há seis meses. O que está aqui em causa não é o PSD do passado, mas o PS do presente, com promessas concretas sobre o diálogo com o Parlamento e com uma nova lei de acompanhamento do processo de integração europeia. E chamo a atenção para o facto de a actual lei, como sabe, ter sido aprovada na última legislatura e ter gerado grande consenso nesta Câmara. Ora bem, seria de esperar mais! Com certeza que a língua está referida no documento, com certeza que muitos destes pontos estão referidos no documento do Governo, mas não estão de forma sistematizada e não referem, de facto, a discussão parlamentar que, a meu ver, é essencial em qualquer discussão sobre a revisão de tratados internacionais, muito mais sobre a revisão do Tratado da União.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. João Amaral (PCP): — O seu discurso é do tipo *public relations* de Bruxelas

O Sr. Presidente: — O Sr. Deputado Manuel Monteiro inscreveu-se para defesa da consideração da bancada; em todo o caso, antes de dar-lhe a palavra, agradecia que começasse por anunciar por que intervenção se considera ofendido, porque como houve uma interrupção no meio de uma resposta a um pedido de esclarecimento...

O Sr. Manuel Monteiro (CDS-PP): — Pela intervenção do Deputado do Partido Socialista.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. Manuel Monteiro (CDS-PP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Tenho estado a assistir a este debate e queria expressar a V. Ex.^a que, curiosamente, o Sr. Primeiro-Ministro convidou hoje os líderes dos partidos para um almoço e fê-lo dois dias antes da Cimeira de Turim. Eu, que participei com toda a dignidade nesse almoço, eu, que fui o único líder partidário que se deslocou a esse almoço, ao contrário do PSD e do PCP, estou francamente convencido de que não fui participar num acontecimento mediático. Estou francamente convencido de que fui participar num evento de dignidade e de responsabilidade....

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

O Orador: — pelo que não posso aceitar ao Partido Socialista que considere as nossas iniciativas apenas com sentido de natureza mediática.

Gostaria de dizer ao Partido Socialista que o respeito que devemos aos outros começa também no exacto sentido e na exacta medida em que os outros nos respeitem a nós.

O Sr. Paulo Portas (CDS-PP): — Muito bem!

O Orador: — Sr. Presidente, com todo o respeito pela sua presidência, permita-me que diga o seguinte: sou Deputado há muito pouco tempo, mas não comprehendo como é que esta Assembleia da República esteve 50 minutos a discutir o problema da conciliação do Porto do Partido Socialista e gasta meia dúzia de minutos, apenas com a benevolência da Mesa, para discutir uma das questões mais importantes da Europa e do País.

Aplausos do CDS-PP.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, também com todo o respeito, recordo-lhe que a Mesa está vinculada às regras regimentais.

Se me permite, lembro, ainda, que o seu partido acabou de apresentar um projecto de revisão do Regimento e, por acaso, não propôs a alteração da norma que acabámos de aplicar.

O Sr. Jorge Ferreira (CDS-PP): — Estão lá outras coisas!

O Sr. Presidente: — Para dar explicações, querendo, tem a palavra o Sr. Deputado Joel Hasse Ferreira.

O Sr. Joel Hasse Ferreira (PS): — Com todo o gosto, Sr. Presidente, e ainda bem que o Sr. Deputado Manuel Monteiro fez esta intervenção, porque vai permitir-me clarificar alguma coisa.

Obviamente que não estamos contra os debates de urgência. A minha referência de há pouco foi porque estávamos à espera que o Sr. Deputado Paulo Portas, na intervenção inicial, trouxesse algum contributo político diferenciado e, afinal, aquilo que fez foi reafirmar as propostas do PP.

Devo acrescentar que o Grupo Parlamentar do PS tem sempre defendido uma certa regularidade e um maior acompanhamento das questões sobre a União Europeia. Batemo-nos por isso em anteriores legislaturas e continuamos a bater-nos nesta, porque pensamos que se tratam de questões importantes. Vai realizar-se a primeira Conferência Intergovernamental e, certamente, outras se seguirão. Estamos disponíveis para todos esses debates.

Por outro lado, a referência mediática tinha apenas a ver com o facto de nos parecer que não houve um contributo político novo, houve, sim, um reafirmar de posições e julgamos que é bom que todo o processo de acompanhamento da construção da União Europeia seja participado por todos os partidos.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Luís Sá.

O Sr. Luís Sá (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Creio que é inequívoco o facto de não ser esta a primeira vez que a Assembleia da República debate as conferências intergovernamentais, mas também poderemos todos concordar que seria vantajoso que o tivesse podido debater mais cedo e com mais tempo.

Contudo, parece-me que mais importante do que analisar o passado, é olhar para o futuro e, neste aspecto,

concluir — e apelava a que conluísssemos todos! — que, a nível comunitário, podemos estar perante conferências intergovernamentais mas que, a nível interno, temos de estar perante uma questão que deve dizer respeito a todo o Estado, a toda a opinião pública e, em primeiro lugar, à Assembleia da República, enquanto representante do povo português. Nesta matéria, temos de encontrar, no actual Regimento ou com reconsideração de alguns aspectos, todos os mecanismos no sentido de garantir que não mais se volte a verificar, como aconteceu com o Tratado da União Europeia ou com o Tratado de Maastricht, a ideia confidencial da Europa, uma Europa das elites em que as questões são negociadas entre essas mesmas elites, entre os governos e a burocracia comunitária e em que os povos e os parlamentos só conhecem as questões depois de estar praticamente tudo consumado e, ainda por cima, no caso de Portugal, sem terem o direito de se pronunciar sobre essa matéria num referendo e após o debate democrático que devia anteceder esse referendo.

A segunda questão, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados, é a de que não aceitamos a concepção aqui e noutras ocasiões manifestada de que há uma espécie de acervo comunitário, a tradução infeliz do *acquis communautaire*, que constituiria uma espécie de «limites materiais de revisão» verdadeiramente gigantescos em que tudo aquilo que se afirma como conseguido e que não poderia ser tocado por mais inconveniente que se revelasse e em que, pelo contrário, estivéssemos perante uma espécie de um caminho de um comboio com sucessivas paragens, para usar a imagem de Duverger, na direção de um Estado federal em que nunca se pudesse reexaminar aquilo que já está aprovado.

Nesta matéria, não somos os únicos que colocamos em cima da mesa o problema da moeda única, das metas, dos prazos da União Económica e Monetária.

Bem pelo contrário, como afirmei, cada vez mais por toda a Europa governos, e não apenas governos, colocam esta questão como devendo ser examinada. Naturalmente que aqueles que, eventualmente, possam entender que estas questões são intocáveis não entendem, de certeza, os 18 ou 20 milhões de desempregados, os 50 milhões de excluídos, todos aqueles que se vêem ameaçados por metas e prazos, que podem não ser formalmente revistos mas que vão acabar por sê-lo na prática, porque de um absurdo se trata contra os direitos dos trabalhadores e dos povos.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — Nesta matéria, importa dizer que a fronteira não é entre partidários da Europa e antieuropeístas. A fronteira é entre os adeptos de uma Europa federal, que não se confessam frequentemente como adeptos dessa Europa federal para melhor conseguirem os seus objectivos e, pelo contrário, aqueles que são adeptos de uma Europa de estreita cooperação entre Estados livres e iguais, com idêntica dignidade. É a fronteira entre os que põem o euro e o fundamentalismo neo-liberal em primeiro lugar e, pelo contrário, aqueles que põem no primeiro plano o emprego, o desenvolvimento, a coesão económica e social, os direitos dos trabalhadores e dos povos.

Nesta matéria, importa dizer, de uma vez por todas, que quer o Acto Único quer o Tratado da União Europeia representam um compromisso político desigual, um compromisso político em que o mercado interno e a moeda única foram postos em primeiro plano, tal como neste momento está a ser posta em primeiro plano a política neo-liberal de

comércio externo e de antecipação dos prazos previstos no acordo do GATT.

Em matéria de mercado interno e de moeda única, tudo aparece claramente definido, calendarizado, programado, com listas exaustivas de medidas.

Pelo contrário, quando falamos de progresso económico e social equilibrado e sustentável, de desenvolvimento harmonioso e equilibrado, de elevado nível de qualidade de vida, de igualização no progresso e das condições de vida e de trabalho, de coesão económica e social, de uma política de ambiente, nada encontramos de concreto e de claramente definido, não encontramos medidas calendarizadas e devidamente previstas. O que acabei de referir, Sr. Presidente e Srs. Deputados, não são objectivos que constam do programa eleitoral do PCP mas, sim, do Tratado da União Europeia, como objectivos fundamentais da Comunidade, que, na realidade, ficaram na gaveta.

Foi por esta razão que propusemos um projecto de resolução à Assembleia para que se realizasse um estudo a fim de se averiguar, em concreto, o que foi feito para prosseguir estes objectivos que constam do Tratado. Todos sabemos o que foi feito quanto à moeda única e ao mercado interno. Seria bom que nos perguntassem o que foi feito em relação a esta matéria. Seria bom que as bancadas do PSD e do PS nos dissessem o que, em concreto, está garantido em matéria de progresso das condições de vida e de trabalho, por parte da Comunidade Europeia, de forma devidamente calendarizada.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, queira terminar.

O Orador: — Termino já, Sr. Presidente.

A este respeito importa dizer também que o défice democrático, de que tanto se fala, não é apenas nem principalmente o défice relativo ao Parlamento Europeu. Está em causa também, e sobretudo, o problema da participação dos parlamentos nacionais no processo de decisão política e o da participação dos cidadãos. Nesta matéria, é importante que o Governo preste contas no imediato e que o povo português possa pronunciar-se através de referendo.

Aplausos do PCP.

O Sr. Presidente: — O Sr. Deputado Francisco Torres inscreveu-se para fazer um pedido de esclarecimentos. Como sabe, não tem tempo, mas como concedi quatro minutos ao Sr. Deputado Paulo Portas e o Sr. Deputado tem ainda um crédito de dois minutos, faça o favor de formular o seu pedido de esclarecimento.

O Sr. Francisco Torres (PSD): — Obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Deputado Luís Sá tem um conhecimento razoável, se calhar bastante completo, dos Tratados da União. Sabe que o que está em causa na Conferência Intergovernamental é a revisão, sobretudo, dos 2.º e 3.º Pilares. Sabe que eu até partilho da opinião de que a questão monetária deveria ser debatida nesta reunião, mas não o é por motivos de ordem prática. É óbvio que as instituições monetárias terão de ser debatidas, para colmatar o défice democrático existente quanto ao seu controlo.

No entanto, sabe também que esta revisão do Tratado não visa um aprofundamento contra os cidadãos mas, sim, aproximar a Europa e as instituições já existentes dos próprios cidadãos. Sabe que é necessário controlar algumas instituições, flexibilizar a tomada de decisões em instâncias europeias, como no Conselho, e dar mais voz aos parla-

mentos, aos nacionais, em primeiro lugar, e ao Parlamento Europeu, em segundo. E sabe também que esse debate se vai fazer durante a Conferência Intergovernamental.

Se assim é, por que razão vem propor, como aliás o PP já propôs em outras ocasiões, a realização de estudos e concursos? A Assembleia da República não é propriamente uma universidade. Se as pessoas querem fazer estudos, podem fazê-los. Eu faço-os, o Sr. Deputado também, muita gente pode fazê-los e podemos levá-los em conta. Estamos aqui não para empatar, mas para avançar com o debate político.

Portanto, estas propostas de parar as coisas, para encorarmos agora um estudo a não se sabe quem, sobre o impacto disto ou daquilo, que nem sequer está em apreciação, parece-me que só podem atrasar o debate político. Ora, isso não é útil a esta Assembleia nem ao povo português.

O Sr. Paulo Portas (CDS-PP): — Vá dizer isso aos desempregados!

O Sr. Presidente: — Com base no mesmo raciocínio de há pouco, concedo dois minutos ao Sr. Deputado Luís Sá, para responder.

O Sr. Luís Sá (PCP): — Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Deputado Francisco Torres, começo por lhe agradecer a questão que me colocou. Creio que, provavelmente, em toda a Europa, só o Sr. Deputado Francisco Torres sabe o resultado das conferências intergovernamentais,...

Risos do PS, do PCP e do CDS-PP.

... uma vez que já disse o que vai resultar delas. Se o Sr. Deputado puder transmitir a todos os europeus esse resultado, é escusado o Sr. Primeiro-Ministro e o Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros viajarem amanhã para Turim e é escusado debatermos esta matéria e acompanharmos as negociações ao longo do tempo.

O Sr. Francisco Torres (PSD): — Fiz-lhe uma pergunta séria!

O Orador: — Em minha opinião, não é assim. Pelo contrário, qualquer Governo pode colocar em agenda as conferências intergovernamentais ou aquilo que entender, porque à partida a agenda é — e ainda bem! — suficientemente flexível e todos podemos e devemos pronunciar-nos sobre esta matéria.

Sr. Deputado, há algo que, para mim, é evidente. O Sr. Deputado refere que o que está em causa nesta revisão é a aproximação da Comunidade Europeia aos cidadãos, do poder aos cidadãos. Pois, digo-lhe, Sr. Deputado: pode ser isso ou pode também ser o contrário. Por exemplo, se houver transparência em matéria de política externa e de segurança comum, de assuntos internos e judiciários, de poderes para a Comunidade Europeia, para a burocracia comunitária, mas se tratarmos as questões da política externa e da política de defesa do País, das polícias, dos assuntos internos ou da política judiciária da mesma forma que tratamos o arroz, o tomate ou as pescas, então, estas matérias ficam mais longe, não ficam, certamente, mais perto.

Neste plano, Sr. Deputado, creio que o problema que se coloca é o de não se saber à partida qual é o resultado das negociações. Eu diria: ainda bem, porque isso significa que podemos intervir no sentido de condicionar esta

matéria. E tanto podemos intervir nós como o povo português ou as suas organizações representativas. Quero declarar que, pela nossa parte, não damos o resultado das CIG-96 por atingido e não abdicamos de intervir com todas as nossas forças neste plano.

Aplausos do PCP.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.^a Deputada Isabel Castro.

A Sr.^a Isabel Castro (Os Verdes): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.^{as} e Srs. Deputados: O debate sobre a Conferência Intergovernamental que hoje estamos a fazer é, ele próprio, um debate que reflecte a pouca mudança em termos da forma como a questão da construção europeia tem sido equacionada entre nós. Isto porque, por um lado, a iniciativa do debate não partiu do Governo, como era suposto dever ter sido, e, por outro, se esse é um factor que demonstra que, em termos do processo de construção europeia, ainda há uma grande aprendizagem a fazer, para que o Parlamento acompanhe questões que cada vez mais condicionam não só o presente mas sobretudo o futuro, é também um aspecto que não está ausente no próprio documento apresentado.

O que dizemos hoje, ao iniciar-se quase a Conferência Intergovernamental, é que quando temos um processo de construção europeia que não se baseou no adquirido e no património, durante gerações, na Europa, de direitos dos cidadãos; quando o processo de construção europeia não é feito e rejeita aquilo que é culturalmente o que de mais positivo marca a Europa; quando estamos a falar de um processo de construção europeia que não foi capaz de atenuar as assimetrias entre povos e regiões, a desigualdade, a exclusão, a pobreza, o desemprego; quando estamos a falar de um processo de construção europeia com a qual os cidadãos se não identificam, não só porque dele não participam mas também porque dele não beneficiam efectivamente em termos da resolução dos seus problemas; quando estamos a falar de um processo de construção europeia que, em Portugal, tem sido sinónimo e justificação para destruir a nossa agricultura e aumentar a dependência agro-alimentar; quando estamos a falar de um processo de construção europeia que, para Portugal, serviu de sinónimo e de justificação para uma lei de asilo, uma lei de estrangeiros e a não regularização de cidadãos com os quais deveríamos manter uma relação privilegiada de aproximação; quando estamos a falar de um processo de construção europeia que, para nós, Portugal, significou a padronização, em nome da qual se destrói a nossa agricultura, a nossa realidade social e económica; quando falamos de um processo de construção que tem anulado a nossa diversidade, em vez de dela fazer vantagem, numa perspectiva de cooperação, de diversidade e de equilíbrio, estamos perante um processo que não aceitamos, com fatalismo, que tenha de ser o único modo de entender a relação harmoniosa no espaço europeu.

Neste momento, é tempo de discutir frontalmente este processo, de identificá-lo nas suas origens, no que tem de negativo, e de encontrar um rumo diferente.

É por isso que nos parece que a Conferência Intergovernamental, mais do que fechar-se neste Hemiciclo desertificado, deveria «saltar» para a opinião pública e, mais do que a procura institucional que o Governo está a tentar fazer junto dos vários parceiros, deveria ser um tema de discussão, envolvendo todos os cidadãos,

porque todos os cidadãos serão bem ou mal marcados pelo que se vai passar.

Assim, neste momento, ao iniciar-se a Conferência Intergovernamental, para além de pensarmos que o documento que Portugal apresenta não traduz o que deveria ser a nossa posição de contestação de meios e formas de construir a União — e não se trata apenas de questões que tenham a ver com a arquitectura institucional, que, cada vez mais, nos seus contornos, com clareza, o Tratado definiu —, quando se recusa fazer uma análise efectiva daquilo que os 10 anos de adesão significaram, para bem ou para mal, pensamos que Portugal se coloca numa posição que não é a que melhor favorece a discussão da construção europeia e uma modificação no rumo da Europa, no rumo do nosso papel e na forma de participar nessa Europa. De igual modo, pensamos que esta é, hoje e aqui, uma oportunidade, de certa maneira, perdida, mas desejamos que se rectifique ao longo dos meses em que a Conferência vai decorrer.

Para concluir, gostaria de dizer que para nós, Os Verdes, é importante, independentemente de alterar os valores e valias que têm pautado o processo de construção europeia, que a informação se democratize e, perante isso, que os cidadãos, antes de este Parlamento ratificar quaisquer alterações ao Tratado, sobre ele possam pronunciar-se.

Aplausos do PCP.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, chegámos ao fim deste debate de urgência e vamos entrar na ordem do dia...

O Sr. Paulo Portas (CDS-PP): — Sr. Presidente, o Governo ainda não interveio!

O Sr. Presidente: — Tem toda a razão. Esqueci-me do Governo! É imperdoável!

Risos do PS.

O Sr. Paulo Portas (CDS-PP): — Sr. Presidente, peço a palavra para interpelar a Mesa.

O Sr. Presidente: — Faça favor.

O Sr. Paulo Portas (CDS-PP): — Sr. Presidente, em virtude do esquema horário adoptado, que é infeliz, do ponto de vista da importância do tema, nenhum partido — e não apenas nós, em particular — representado nesta Câmara terá possibilidade sequer de comentar a posição do Governo. Portanto, solicito, se os outros partidos estiverem de acordo, que pelo menos seja concedido o tempo mínimo para que o possamos fazer.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, agradeço-lhe que chegue pessoalmente a um consenso com os outros grupos parlamentares a esse respeito.

O Sr. Jorge Lacão (PS): — Sr. Presidente, peço a palavra para interpelar a Mesa.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra.

O Sr. Jorge Lacão (PS): — Sr. Presidente, compreendemos o sentido da interpelação que acaba de ser feita pelo Sr. Deputado Paulo Portas e, pela nossa parte, se houver o assentimento dos outros grupos parlamentares, estamos disponíveis para que se encontre um tempo regimental

«superabundante» que permita a interpelação do Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros.

O Sr. Presidente: — Então façam o favor de se entenderem.

Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros: peço-lhe desculpa por me ter esquecido de si, mas é algo que raras vezes acontece. Tem a palavra para uma intervenção.

O Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros (Jaime Gama): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: No Conselho Europeu extraordinário de Turim, os Chefes de Estado e de Governo da União Europeia darão início aos trabalhos da Conferência Intergovernamental encarregada da revisão do Tratado da União Europeia.

Iremos reafirmar, com argumentos consistentes, as razões da nossa opção europeia e mostrar como encaramos a evolução futura da União, salvaguardando os ideais que perfilha e os interesses de Portugal.

Com esses objectivos, o Governo procurou auscultar as formações políticas e a sociedade civil no seu conjunto. Hoje mesmo, o Sr. Primeiro-Ministro recebeu os parceiros sociais, que, aliás, já produziram comentários públicos sobre o Conselho, e os dirigentes dos principais partidos da oposição. Por outro lado, foi cumprido um extenso programa de consultas bilaterais prévias com os Estados membros da União Europeia.

Uma etapa importante desta actividade preparatória foi marcada pela apresentação pública, no dia 8 de Março, do documento intitulado «Portugal e a Conferência Intergovernamental para a Revisão do Tratado da União Europeia», a que o Governo assegurou uma ampla divulgação, nomeadamente junto dos grupos parlamentares. Tive então oportunidade de referir que se tratava do enunciado das principais propostas do Governo e que o documento representava um ponto de partida e não de chegada.

Devo sublinhar que nem todos os Estados membros publicaram estudos de dimensão e natureza semelhantes. Por isso, poucos parlamentos nacionais terão tido possibilidade de se envolver tão directamente na preparação da revisão do Tratado de Maastricht e, portanto, no intenso debate sobre o destino da própria União Europeia.

Em Portugal, estamos a progredir, pois, nem antes da negociação do Tratado de Maastricht nem antes da entrada em funções do grupo de reflexão para preparar a sua revisão, o anterior Executivo apresentou ao Parlamento e nele debateu qualquer documento balizador da sua posição negocial.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — O processo de consulta interna não se esgotará, naturalmente, na realização desta sessão parlamentar, assim como a Conferência Intergovernamental não se cingirá ao Conselho Europeu de Turim. Muito pelo contrário, o Governo manterá a porta aberta ao diálogo, ao longo de todo o processo, que se deverá prolongar até 1997. Esperamos, inclusivamente, pelos documentos de estratégia e pelas sugestões concretas que os partidos aqui representados queiram apresentar. Manteremos um diálogo constante com a Comissão Parlamentar de Assuntos Europeus, facto, aliás, facilitado pela circunstância de o meu representante pessoal na Conferência ser o Secretário de Estado dos Assuntos Europeus e, nessa qualidade, ser também um agente parlamentar.

A este respeito, e não sendo meu hábito criticar ou elogiar a comunicação social, gostaria de felicitar aqui a for-

ma como a imprensa portuguesa tem procurado acompanhar a Conferência Intergovernamental, numa acção informativa e pedagógica que muito contribuirá, decerto, para a aproximação da opinião pública portuguesa às questões europeias.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Portugal participará, de modo activo e com serenidade e coerência, num processo negocial da maior importância e complexidade. Em jogo está, acima de tudo, a definição da União Europeia que teremos no século XXI: uma união de Estados soberanos, mais próxima dos cidadãos, uma união alargada a novos membros, que procuram — como nós próprios o fizemos — um polo de liberdade, de estabilidade, de segurança e de desenvolvimento, uma união com eficácia reforçada na actuação internacional.

Importa, por isso, que a expressão «mais Europa» se aplique às situações e aos problemas reais da União. «Mais Europa» para o que surge como verdadeiramente essencial. A Conferência terá de enquadrar a reforma das instituições e das políticas europeias pela lógica dos cidadãos e das suas necessidades efectivas e não, como por vezes tem sucedido, pela lógica de concepções abstractas, nem sempre perceptíveis ou geradoras de consequências pouco realistas, como a uniformização horária, que acabámos de abolir.

O que se torna necessário, e mesmo imperativo, é responder a anseios palpáveis da opinião pública:

Desenvolvendo e modernizando as economias nacionais, apostando na educação e formação dos recursos humanos, a fim de preservar a competitividade europeia nos exigentes mercados globais, e consagrando as preocupações sociais que nos movem, através da inclusão no Tratado do protocolo social e, como desejarmos, da aprovação de uma carta de cidadania europeia;

Aprofundando a reflexão em torno da criação de emprego, através dos esforços conjugados dos Estados membros da União, tal como o Governo tem vindo a sustentar desde o Conselho Europeu de Madrid, e sem que isso afecte o prosseguimento das políticas de coesão;

Reforçando os mecanismos europeus de combate às várias formas de crime organizado e de tráfico de droga, desenvolvendo o chamado III Pilar e contribuindo dessa forma para a erradicação de fontes de insegurança e de flagelos sociais;

Evitando a diminuição dos poderes dos pequenos e médios Estados membros, em prejuízo dos princípios de igualdade soberana e de democracia que devem reger o funcionamento da União — neste contexto, recusaremos liminarmente quaisquer formas de condomínio ou de diretório, pugnaremos pela manutenção do direito que assiste a cada Estado de nomear pelo menos um comissário e de aceder à presidência numa base rotativa e em igualdade de condições de exercício;

Salvaguardando a nossa língua — na União Europeia poderemos sempre falar português e, com isso, a Europa será seguramente mais escutada em África, na América Latina e na Ásia;

Potenciando a actuação externa da União, melhorando e dando plena utilização aos instrumentos da Política Externa e de Segurança Comum (PESC), sem, contudo, comunitarizar, artificial e precipitadamente, um exercício eminentemente intergovernamental — queremos que à União Europeia caiba uma capacidade de projecção mundial convidante com o seu real peso político e económico, mas,

também neste domínio, sem uma diminuição de poderes soberanos fundamentais;

Concretizando a identidade europeia de defesa e segurança, através da gradual e progressiva ligação, convergência e, a prazo, integração, de uma mais operacional União da Europa Ocidental (UEO) na União Europeia, enquanto braço armado da PESC — não se trata, obviamente, de criar um «exército europeu», a aditar aos exércitos nacionais, às forças da UEO e à estrutura militar da OTAN, ou de matizar a essência intergovernamental dos assuntos de segurança e defesa; pretendemos ainda que, complementarmente, a UEO se converta num efectivo pilar europeu da OTAN, no vasto contexto de uma Aliança Atlântica adaptada a novos desafios.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Importa estar ciente de que a Conferência Intergovernamental não será uma negociação estanque e compartimentada. Muito pelo contrário, o processo negocial que ora começa estará, *de jure e de facto*, ligado a outras vertentes da construção europeia, em alguns casos mesmo após o ano 2000.

Com efeito, a Conferência deverá preceder o início das negociações conducentes ao alargamento da OTAN e a revisão do tratado que institui a UEO. No plano comunitário, o processo de ratificações nacionais do resultado da Conferência coincidirá com a análise das consequências (entre outras, financeiras) do alargamento da União e com a abertura das negociações nesse sentido; em paralelo, avançaremos para a União Económica e Monetária (UEM) e para a revisão da Política Agrícola Comum, do orçamento da União e dos fundos estruturais e de coesão.

Esta multiplicidade de frentes negociais, de que a CIG é apenas um caso, implica determinação e coerência, requer uma visão clara das prioridades nacionais e do modelo de Europa que se pretende edificar e amplos consensos internos.

Por isso mesmo, Portugal deve manter a sua capacidade de influenciar o projecto europeu e de nele afirmar os seus interesses específicos.

É com este objectivo que o Governo se apresenta hoje à Assembleia da República, disposto a conjugar os interesses nacionais com os ideais europeus. A nossa postura negocial não peca por timidez nem por temeridade; resulta antes do conhecimento das realidades portuguesa e europeia e da certeza de que as nossas propostas são construtivas e exequíveis e não meros exercícios retóricos.

A partir do Conselho Europeu de Turim, poderemos ter uma percepção porventura mais nítida da vontade dos Estados membros da União e do rumo que a revisão do Tratado de Maastricht irá tomar. Mas, desde há muito, em matéria europeia, a nossa própria vontade é inequívoca e somos, e seremos, suficientemente claros e coerentes para sabermos que Portugal se fará ouvir e respeitar nesta nova e decisiva etapa do grande debate europeu.

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente: — Inscreveram-se, para pedir esclarecimentos, os Srs. Deputados João Amaral, Francisco de Assis, Francisco Torres, Paulo Portas e Lalanda Gonçalves.

De acordo com o consenso a que chegaram os grupos parlamentares, cada um dispõe de três minutos para formular pedidos de esclarecimento, tendo o Sr. Ministro 10 minutos, que gerirá como entender, para responder a todos eles.

Tem a palavra o Sr. Deputado João Amaral.

O Sr. João Amaral (PCP): — Sr. Presidente, Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros, na sua intervenção, come-

cou por situar a importância de um debate sobre a posição portuguesa nas conferências intergovernamentais e procurou assinalar a diferença entre este processo e o que ocorreu a propósito da aprovação do Tratado de Maastricht.

Efectivamente, há alguma diferença, mas gostaria aqui de assinalar, como primeiro ponto, que, para a forma obscura e não participada como ocorreu o debate relativo ao Tratado de Maastricht, também o partido de V. Ex.^a, Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros, contribuiu, tendo largas culpas e responsabilidades.

O Sr. Lino de Carvalho (PCP): — Exactamente!

O Orador: — Esse debate não foi feito como devia ter sido, também porque VV. Ex.^{as}, na altura, se opuseram, designadamente a uma proposta, central e decisiva, que era a da realização de um referendo.

Podemos considerar as formas de participação a vários níveis. Não tenho qualquer dúvida em assinalar que é importante existirem debates na Assembleia, embora eles também possam ter um nível de preparação e de aprofundamento que as baixas estreitas de um debate de urgência não permitem.

Não tenho qualquer dúvida em dizer que é muito importante divulgar — e já vi o magnífico folheto que V. Ex.^a editou em papel azul, um papel adequado ao objectivo —, as posições do Governo português relativas à revisão do Tratado da União Europeia. Isso é tudo muito importante, mas nada pode substituir a forma privilegiada de intervenção que é o voto através do referendo acerca do próprio conteúdo da revisão dos tratados.

Portanto, como ponto prévio, para assinalar claramente o que é uma participação cujo objectivo essencial é «conduzir o pessoal ao redil» e que se traduz numa assunção consciente da problemática em questão, não tenho dúvida alguma em afirmar que essa linha de fronteira passa pela adopção ou não do referendo, com todo o seu conteúdo, isto é, um referendo sobre o próprio conteúdo do Tratado de Revisão.

A segunda questão que quero colocar-lhe, Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros, refere-se ao conteúdo das suas posições.

Como todos nós, sou leitor atento do que o Governo escreve, pelo que li esse conjunto de propostas que constam do documento. Só que, Sr. Ministro, naquele documento há uma questão essencial: ele aceita, incorpora e não critica aquilo que é o modelo basilar do Tratado de Maastricht. O pressuposto essencial daquele documento é o de que esta revisão se faz para aquilo que VV. Ex.^{as} entendem ser progressos, nomeadamente a instituição do II e do III Pilares, e uma necessidade nova, o alargamento, mas não para questionar aquilo que é decisivo para a Europa e para os portugueses, a União Económica e Monetária e os seus efeitos no processo de desenvolvimento, aquilo que é a imposição de uma moeda única, com os seus efeitos em toda a área daquilo que é a evolução do Produto Interno Bruto dos diferentes países e naquilo que é, como dizem VV. Ex.^{as} muito importante, a coesão económica e social, comprometida precisamente por essa União Económica e Monetária, tal como ela é traçada.

Por isso, Sr. Ministro, digo-lhe, o seguinte: V. Ex.^a lançou aqui um desafio aos partidos para que definam as suas estratégias. Ora, o Sr. Ministro, que também é leitor atento do que dizem os outros partidos, sabe que, da nossa parte, há documentos escritos, muito recentes, acerca das

posições a assumir em relação às conferências intergovernamentais. Tem, portanto, uma resposta muito clara da nossa parte. Há uma estratégia muito diferente para abordar a questão das conferências intergovernamentais e essa estratégia é aquela que questiona a própria bondade do Tratado de Maastricht e que procura alterar, de fundo, aquilo que é a União Económica e Monetária, tal como ela se apresenta.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Sr. Ministro, quer responder pergunta a pergunta, a algumas delas agregadas ou a todas no fim?

O Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros: — Respondendo pergunta a pergunta, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Faça favor.

O Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros: — Sr. Presidente, Sr. Deputado João Amaral, aguardo, com grande curiosidade e interesse, a explicitação das posições do seu partido em relação à Conferência Intergovernamental e à própria construção europeia, pois V. Ex.^a, seguramente, tem nisso uma palavra importante.

Gostaria que neste debate as posições não se referenciassem de forma negativa, utilizando segmentos de crítica ao Governo, mas que pudessem ter como referente da parte das formações políticas, designadamente daquela a que V. Ex.^a pertence, posições substantivas sobre o processo de construção europeia, a União Europeia, o Tratado de Maastricht e a própria Conferência para a sua revisão.

O Sr. Deputado referiu um problema que não está em causa no actual quadro constitucional, o de um referendo sobre um tratado, mas, como está aberto um processo de revisão constitucional, V. Ex.^a terá aí seguramente ocasião para fazer difundir pontos de vista congêneres.

Relativamente ao ponto central que focou, o do documento do Governo, que, aliás, está distribuído em papel azul, por se tratar de uma colecção do Ministério dos Negócios Estrangeiros que precede a própria adesão de Portugal à Comunidade Europeia e não por qualquer *fetiche* em matéria de cor, devo dizer-lhe que ele não é um documento de análise à União Económica e Monetária, que, como sabe, não está em causa na Conferência, mas um documento de propostas e de balizas sobre a Conferência Intergovernamental.

O contributo de VV. Ex.^{as} é essencial para este debate. Nós leremos, com toda a atenção, as posições substantivas do PCP no seu empenhamento na construção europeia.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco de Assis.

O Sr. Francisco de Assis (PS): — Sr. Presidente, Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros, permita-me que comece por saudar a intervenção há pouco proferida por V. Ex.^a perante esta Câmara, que revelou uma visão lúcida acerca da contribuição que Portugal pode e deve dar no processo de aprofundamento da União Europeia. Foi uma visão que se estribou em princípios que têm a ver com ambição e, simultaneamente, com cautela em relação a esse mesmo processo dinâmico. Mais uma vez, reiterou a convicção profundamente pró-europeista do Governo português.

Por outro lado, este debate permitiu, de uma maneira muito clara, estabelecer uma fractura, que hoje parece existir no interior do sistema político português, entre aqueles que se reconhecem nesta convicção europeia e *grosso modo* manifestaram convergências profundas nesta matéria e uma espécie de frente de recusa anti-europeia, que integra o nacionalismo cada vez mais comunitarista do Partido Popular, o comunismo cada vez mais nacionalista do PCP e que tem um curioso apêndice ambiental em Os Verdes.

O PSD, por seu lado, deu neste debate uma curiosa contribuição, pelo que o exortamos a prosseguir por esta via da fidelidade às suas convicções de sempre e esperamos que a valorização pontual de qualquer lógica oportunística, tendo em vista a afirmação eleitoral do partido, não venha a pôr em causa esta fidelidade profunda às convicções, que, de resto, olhando para o Sr. Deputado Durão Barroso, encontra plena encarnação física desta opção europeia, a qual me parece ser essencial, decisiva e fundamental para Portugal no contexto actual, dada a importância que a União Europeia tenderá cada vez mais a ter como instância reguladora nos planos político e económico numa sociedade mundial cada vez mais globalizada e no contexto de uma abertura do comércio internacional cada vez mais profunda e ampla.

Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros, a questão que lhe quero objectivamente colocar, para finalizar o meu pedido de esclarecimento, é esta: na sua perspectiva, no âmbito dinâmico do desenvolvimento desta Conferência Intergovernamental, que importância poderá ser dada a dois temas a que nós socialistas portugueses e europeus atribuímos uma particular importância, que são os temas do emprego e das questões de natureza social?

Vozes do PS: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros.

O Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros: — Sr. Presidente, Sr. Deputado Francisco Assis, quero dizer-lhe que, em matéria de Conferência Intergovernamental, a minha expectativa é hoje mais positiva quanto à termatização da problemática do emprego do que era há alguns meses ou anos atrás. É um ponto importante que, seguramente, será aí incluído e que, naturalmente, Portugal, como país com um grau de desenvolvimento menor, terá de saber compatibilizar com as políticas de coesão e de desenvolvimento regional, para que a política social, visando o relançamento do emprego, e a política de apoio à criação de condições e de infra-estruturas nas áreas menos desenvolvidas da Europa marchem a par e não sejam postas em competição orçamental contrária aos nossos próprios interesses.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Lalandia Gonçalves.

O Sr. Lalandia Gonçalves (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros, no que se refere às regiões ultraperiféricas encontra-se no texto publicado uma referência relativamente ao empenho em consagrar no Tratado uma atenção mais substancial às regiões ultraperiféricas.

Como o Sr. Ministro sabe, os termos são demasiado genéricos, na minha interpretação do próprio texto, pela simples e única razão de que o problema fundamental que

se coloca às regiões ultraperiféricas é um reforço da base jurídica, que permita o desenvolvimento de programas específicos e não remeta exclusivamente para o plano dos fundos estruturais o problema das regiões ultraperiféricas.

Há uma longa tradição, uma dinâmica, que tem vindo a ser consolidada, ao longo dos tempos, entre os presidentes das regiões ultraperiféricas, e, inclusive, uma declaração assinada no Funchal, a 14 de Março, onde é feita uma proposta concreta de um artigo novo do Tratado, por isso peço ao Sr. Ministro que esta posição, que me parece uma posição de princípio geral positiva, seja reforçada na própria Conferência e lhe seja dada a prioridade que ela deve ter no contexto da política de revisão do Tratado.

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros.

O Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros: — Sr. Presidente, Sr. Deputado Lalandia Gonçalves, nós não só incluímos essa preocupação no texto que submetemos a este debate, que baliza as posições do Governo, como concordamos com o conteúdo das conclusões dessa cimeira, por isso faremos todo o possível, para incluir na Conferência, ajustada e adequadamente, pretensões que nos parecem legítimas, enquanto Estado que atribui ao desenvolvimento das regiões autónomas um lugar essencial no processo de construção europeia.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Portas.

O Sr. Paulo Portas (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros, ou V. Ex.^a está muito ministro ou prepara-se para ter poucos negócios estrangeiros.

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

O Orador: — Porque já o vi muito mais combativo! Vio hoje com um discurso muito defensivo, naturalmente porque, uma de duas: ou não acredita muito no papel, em azul, que o seu Ministério fez distribuir ou está um pouco desprido por ter nesta Câmara a muleta do PSD para o apoiar nesta causa, porque, como sabe, o PSD defende tudo o que o Sr. Ministro defende, ao dobro.

O Sr. Jorge Ferreira (CDS-PP): — Muito bem!

O Orador: — Mas, em todo o caso, Sr. Ministro, quero fazer-lhe três perguntas concretas.

Em primeiro lugar, diz que o seu documento não é um ponto de chegada mas, sim, um ponto de partida. Assim sendo, quero fazer-lhe uma pergunta muito concreta: depois deste debate, se os partidos da oposição, designadamente o Partido Popular — pelos outros cada qual responderá —, lhe fizerem chegar as suas posições sustentadas sobre a revisão, quer quanto à agenda, quer quanto ao conteúdo, estão ou não o Ministério dos Negócios Estrangeiros, o Sr. Ministro e o seu Governo dispostos a fazer uma versão diferente do documento oficial do Governo para a revisão do Tratado de Maastricht, acolhendo o que entende e não acolhendo o que não entende?

O Sr. Jorge Ferreira (CDS-PP): — Muito bem!

O Orador: — Aceita ou não fazer um documento corrigido, ou inovador ou, se quiser, reformado?

O Sr. Jorge Ferreira (CDS-PP): — Muito bem!

O Orador: — É porque assim talvez transforme o documento em documento de Estado ou de representação nacional, caso contrário é apenas um documento do Governo.

O Sr. Jorge Ferreira (CDS-PP): — Muito bem!

O Orador: — Em segundo lugar, ouvi-o falar de emprego, e não lhe farei a maldade de citar abundantemente a entrevista dada ontem pela sua colega Ministra para a Qualificação e o Emprego. E, de duas uma: ou a sua colega está contra a convergência ou está contra a criação de emprego, porque ela diz que a convergência, ou seja, a obsessão com a queda da inflação por más razões, está a destruir o emprego e V. Ex.^a diz que a União Económica e Monetária continua inalterada, que a data da entrada em vigor da moeda única não se muda e que a política de convergência também não se muda.

Ora, se está tão preocupado com o emprego, diga-me uma coisa, Sr. Ministro: o emprego é ou não o 5.º critério de convergência, que sempre deveria ter existido, mas nunca existiu? E se quer, efectivamente, pôr a Europa a pensar no emprego, é ou não mais honesto e mais frontal reformar os critérios de convergência para que questões como o emprego e a produtividade, pelo menos, lá sejam consideradas?

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

O Orador: — Por outro lado, quero perguntar-lhe, porque não o ouvi falar nessa matéria, o seguinte: em termos de emprego, qual é a definição e o entendimento que o Sr. Ministro tem da expressão e do conteúdo da «preferência comunitária»?

A propósito da democracia na União Europeia, gostava de saber porque é que o Governo de V. Ex.^a quer alterar o sistema de eleição do Presidente da Comissão Europeia. V. Ex.^a, neste momento, tem um modelo, em que o Conselho designa o Presidente da Comissão e o Parlamento Europeu apenas se limita a aprovar, em termos quase ratificativos, essa escolha, mas propõe-se fazer uma coisa espantosa, que é o Conselho passar a indicar apenas uma lista, competindo ao Parlamento Europeu a eleição do Presidente da Comissão.

Então, sou obrigado a fazer-lhe esta pergunta: conhece algum parlamento do mundo que eleja um director-geral? Mas se o Presidente da Comissão não é um director-geral, então, é um verdadeiro presidente de governo?! A que propósito é que o Presidente da Comissão Europeia há-de ir buscar a sua legitimidade essencial não aos Estados mas ao Parlamento Europeu?

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

O Orador: — Por fim, Sr. Ministro, temo que o seu discurso sobre o referendo esteja a evoluir de mansinho para a sua não existência efectiva porque já percebi que o Sr. Ministro diz que esta revisão vai ser minimalista, que não se vão discutir grandes questões essenciais.

O Sr. Jorge Ferreira (CDS-PP): — Está mal!

O Orador: — Depois, o Partido Socialista diz que só haverá referendo sobre questões concretas se forem importantes. Mas como os senhores consideram que as ques-

tões essenciais não estão lá, daqui a seis meses estão a dizer-nos que não há referendo. Queria que me desmentisse esta convicção.

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros.

O Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros: — Sr. Presidente, Sr. Deputado Paulo Portas, V. Ex.^a não me surpreendeu hoje com a divulgação de uma carta aberta da imprensa!

Risos.

Mas V. Ex.^a, a insistir tanto na sua intervenção anterior e agora nesta sobre a temática do emprego, está, seguramente, a surpreender a direcção do seu partido em relação à interpelação sobre o emprego.

O Sr. Jorge Ferreira (CDS-PP): — Verá que não! Verá que não!

O Orador: — A posição do Governo em matéria de atenção ao emprego é clara, está suficientemente explícita, é assumida desde a nossa participação no Conselho Europeu de Madrid, será assumida no Conselho Europeu extraordinário de Turim e está a fazer o seu caminho. Portanto, nesse caso V. Ex.^a tem razão para poder estar tranquilo.

Em relação ao problema que coloca da «preferência comunitária», devo dizer-lhe que, como sabe, temos chamado a atenção e, inclusive, temos vindo a pugnar nas instâncias comunitárias pela realização de um debate sobre as relações comerciais externas da União Europeia, e batemo-nos não só por comércio livre...

O Sr. Paulo Portas (CDS-PP): — Comércio justo!

O Orador: — ..., como também por comércio justo. É um ponto que está inserido na nossa agenda e que, seguramente, virá a constituir também um tópico do debate europeu muito em breve. Estamos a ganhar adeptos nessa direcção. Pode V. Ex.^a também estar tranquilo.

Em relação ao problema da escolha do Presidente da Comissão, é uma opção que nós, hipoteticamente, simulamos.

O Sr. Paulo Portas (CDS-PP): — Ah, não é uma posição, é uma simulação!

O Orador: — Como V. Ex.^a sabe, é uma das opções possíveis. Neste momento, o Parlamento Europeu confirma o Presidente da Comissão, o que já é, digamos, uma responsabilização efectiva nesse domínio, e o método que sugerimos visa reforçar essa responsabilização. E devo dizer-lhe que se há área onde o controle do Parlamento Europeu em relação à Comissão é matéria que deve ser considerada, é da parte de todos aqueles que querem introduzir controles democráticos...

O Sr. Paulo Portas (CDS-PP): — Nacionais!

O Orador: — ... sobre o funcionamento da Comissão, quer da parte do Conselho, quer da parte do próprio Parlamento Europeu.

O Sr. Paulo Portas (CDS-PP): — Nacionais!

O Orador: — Mas V. Ex.^a sabe que nós af temos uma visão distinta da sua e não poderá, naturalmente, fazer-nos convalidar um ponto de vista que é inteiramente diferente, porque a defesa da soberania que V. Ex.^a faz é, por vezes, tão enfática que a consequência extrema da adopção da sua posição seria a saída de Portugal das Nações Unidas,...

O Sr. Paulo Portas (CDS-PP): — Não! Não confunda!

O Orador: — ... o abandono do GATT, para onde entrámos em 1962.

V. Ex.^a teria sido, em 1949, um dos críticos da adesão de Portugal à NATO, da entrada de Portugal para a EFTA...

O Sr. Paulo Portas (CDS-PP): — Olhe que as decisões são por unanimidade!

O Orador: — ... porque V. Ex.^a tem uma posição tão autárquica que a sua margem de debate, mesmo no passado, ficaria um pouco limitada. Um dia poderemos discutir sobre esses pontos!

O Sr. Paulo Portas (CDS-PP): — Exactamente!

O Orador: — Depois, gostava de lhe dizer que, em matéria de referendo, a posição do Governo é clara no seu Programa. Nós admitimos poder realizar um referendo sobre temática europeia. Como V. Ex.^a sabe, a actual Constituição tem limitações expressas quanto à ratificação de tratados.

Está aberto um processo de revisão constitucional, não cabe ao Governo, que não propõe qualquer projecto, dissentir sobre essa matéria. Mas, de qualquer forma, gostava de lhe dizer, para o tranquilizar completamente, que o resultado da Conferência Intergovernamental será um Tratado de Revisão do Tratado de Maastricht, e que, naturalmente, não havendo no quadro constitucional existente a possibilidade de o aprovar por referendo, esse Tratado será sempre aprovado pelo Parlamento nacional, pelo Presidente da República e, quiçá, fiscalizado pelo Tribunal Constitucional. Se a revisão constitucional se orientar noutra direcção, V. Ex.^a terá a oportunidade, então, de, num referendo, pugnar não pelo referendo mas, sim, pela essência das suas verdadeiras posições sobre o tema europeu.

Também aguardamos um dia fazer esse confronto democrático.

O Sr. Paulo Portas (CDS-PP): — Sr. Ministro, e o segundo documento? Aceita rever?

O Orador: — Nós acolhemos, naturalmente, os vossos pontos de vista e tomamo-los em conta, sobretudo tendo em consideração a posição do Governo quanto à sequência desta negociação e à aprovação futura do Tratado revisto. Naturalmente que o Governo tem uma orientação. V. Ex.^a poderá passar das «cartas abertas» e das intervenções muito dinâmicas à elaboração de um documento, sustentando no seu partido, sobre o problema europeu. Devo dizer que, enquanto cidadão, aguardo por uma explicitação positiva das posições do PP sobre a temática europeia, que ainda hoje não está produzida de uma forma coerente. Aguardo! Mas há uma coisa que V. Ex.^a compreenderá: não pode haver um documento de Estado que envolva os órgãos de soberania, isto é, o Governo, o Presidente da República, o Parlamento e os tribunais...

O Sr. Paulo Portas (CDS-PP): — Não!...

O Orador: — ... porque tal é verdadeiramente impossível num sistema político moderno.

Aplausos do PS.

Neste momento, assumiu a presidência o Sr. Vice-Presidente João Amaral.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Torres, dispondo de 1 minuto e 30 segundos.

O Sr. Francisco Torres (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros, penso que ficou provado neste debate de urgência que a urgência passou ao lado. Isto é, o Governo devia, talvez em melhor hora, ter apresentado ou proposto a discussão do seu próprio documento, em vez de esperar pelo debate de urgência pedido pelo PP.

Folgo com as posições assumidas aqui pelo Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros e com a abertura demonstrada relativamente à eventual produção de linhas estratégicas por parte dos vários partidos. Penso que o meu partido tem produzido esses documentos de linhas estratégicas sobre a matéria, o Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros terá dito mesmo que no seu Ministério terão ficado muitos documentos sobre essas mesmas linhas estratégicas, que, de certa forma, veiculam a opinião do partido que suportava o anterior Governo e do Governo anterior, mas não deixo de estar atento à produção de novas linhas estratégicas.

Penso que o meu partido vai colaborar de forma construtiva na discussão destes assuntos não só em sede de Comissão parlamentar de Assuntos Europeus mas também em Plenário e, directamente, terá oportunidade de enviar as mais diversas sugestões a V. Ex.^a e ao Governo.

Porém, penso que temos de ir um pouco mais longe na discussão destes temas.

Estão por discutir as questões da democraticidade das instituições comunitárias. O Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros tem falado muito no défice democrático da Comissão, ponto em que estou de acordo consigo. As instituições supranacionais devem ser mais responsabilizadas, de preferência por órgãos também eles supranacionais, como o Parlamento Europeu, mas também pelos Parlamentos nacionais.

O Banco Central Europeu, que é um tema omitido do Tratado, de acordo com as propostas enunciadas pelo Governo de V. Ex.^a, deve ser responsabilizado perante o Parlamento Europeu, resta saber em que moldes é que isso pode ser feito. Mas o mais difícil, o grande desafio desta União — ainda não percebi a opinião ou as propostas do documento do Governo —, é como responsabilizar o Conselho perante os parlamentos nacionais e como compatibilizar esse facto com uma Europa a várias velocidades.

O Sr. Presidente (João Amaral): — Sr. Deputado, peço-lhe que termine.

O Orador: — Sr. Presidente, penso que ainda tenho um pouco mais tempo, se der a mesma benevolência que deu...

O Sr. Presidente (João Amaral): — Sr. Deputado, o PSD apenas dispunha de 1 minuto e 30 segundos. Sou muito tolerante, mas...

O Orador: — Sr. Presidente, por acaso dispunha de um pouco mais, mas, para chegar aos 5 minutos, pediria mais dois.

O Sr. Presidente (João Amaral): — Faça favor de continuar, Sr. Deputado.

O Orador: — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Penso que o grande desafio é, de facto, a conciliação dessas várias velocidades com uma base comum, que não necessariamente o acervo comunitário, que já existe, de cooperação, sem a qual não poderá funcionar o mercado interno nem uma Europa sem conflitos que vise a criação de estabilidade política, social e económica. E, para isso, não é apenas necessário debater a nossa posição na Conferência Intergovernamental mas a implementação das políticas que daí resultem, relacionadas com o fomento à criação do emprego, ao combate ao crime ou ao da cidadania. A este nível existem medidas internas, que o Governo pode implementar, que têm a ver com a aplicação do *Livro Branco* proposto sobre o crescimento, o emprego e a coesão social.

O Sr. Presidente (João Amaral): — Para responder, tem a palavra o Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros.

O Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros: — Sr. Presidente, Sr. Deputado Francisco Torres, começo por agradecer a sua intervenção e dizer que, em matéria de inserção e de articulação dos Parlamentos nacionais com o processo europeu, há hoje mecanismos que, do meu ponto de vista, são insuficientes. A COSAC, por exemplo, é um mecanismo interessante, mas insuficiente.

O grupo de reflexão procurou abordar esta temática, mas não produziu grandes pistas, porque há diferentes tradições nacionais de inserção. Devo dizer que não vejo outro mecanismo que não o de os parlamentos nacionais, de forma crescente, envolverem os seus próprios governos no acompanhamento constante das políticas europeias.

Por isso, em minha opinião, o que estamos todos a fazer na Assembleia da República, neste domínio, incentivando a troca de opiniões entre o Governo, a Assembleia, a Comissão de Assuntos Europeus, é absolutamente imprescindível e estruturante de um percurso que temos de realizar, para que os Parlamentos nacionais, como efectivos órgãos de controlo dos seus governos, o sejam também enquanto eles integram o Conselho Europeu.

Creio que, em Portugal, estamos a trabalhar na direcção certa, sendo, aliás, este debate a expressão disso.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Sr. Presidente (João Amaral): — Srs. Deputados, não havendo mais inscrições, dou por encerrado o debate de urgência, requerido pelo CDS-PP, sobre a posição de Portugal na revisão do Tratado da União Europeia e, em consequência, o período de antes da ordem do dia.

Eram 18 horas e 40 minutos.

ORDEM DO DIA

O Sr. Presidente (João Amaral): — Srs. Deputados, vamos dar início ao período da ordem do dia com a apreciação conjunta da proposta de lei n.º 19/VII — Define as bases da política florestal nacional, e dos projectos de leis n.ºs 91/VII — Lei do desenvolvimento florestal (PSD) e 78/VII — Lei de bases do desenvolvimento florestal (PCP).

Para uma intervenção, na qualidade de relator do projecto de lei n.º 91/VII, tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Neto.

O Sr. Carlos Neto (CDS-PP): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Tendo em conta ser esta a minha primeira intervenção nesta Casa após ter assumido funções, gostaria de saudar V. Ex.ª, bem como a Mesa, os Srs. Membros do Governo e os Srs. Deputados.

O Sr. Presidente (João Amaral): — Muito obrigado, Sr. Deputado. Transmitirei ao Sr. Presidente da Assembleia da República os seus cumprimentos.

O Orador: — Sr. Presidente, dizia V. Ex.ª que vamos dar entrada no período da ordem do dia, mas se calhar, temos de dizer, como dizia o meu colega de bancada, que vamos dar entrada na «ordem da noite», tendo em conta a hora a que vamos dar início ao debate.

O projecto de lei a que se refere o relatório é subscrito por quatro Deputados do PSD e tem por objecto a criação de uma lei que define os princípios de uma política florestal nacional e a integração e a articulação desta com as políticas nacionais agrícola, industrial, do ordenamento e do ambiente.

O diploma define alguns conceitos para efeitos de aplicação no que lhe está disposto, nomeadamente os de operações silvícolas mínimas, área mínima de intervenção, plano florestal vinculativo, plano de ordenamento e gestão de recursos florestais e plano orientador de gestão.

Relativamente às funções da floresta, o diploma refere-se à compatibilidade das funções económica, ambiental e social, no sentido de salvaguardar a perenidade dos recursos naturais. É feita referência à função supletiva do Estado, contemplando-se a possibilidade de a entidade pública competente fazer executar as operações silvícolas mínimas a que os proprietários estariam obrigados.

No presente diploma é feita referência ainda à prevenção dos incêndios florestais, apontando para uma gestão florestal que integre os modelos de silvicultura preventiva. A reestruturação fundiária é também focada.

O diploma consagra ainda a possibilidade de constituir uma Conta de Gestão Florestal, de carácter compulsivo, decorrente do não cumprimento das operações silvícolas mínimas. É ainda consagrado o seguro obrigatório da arborização, a ser aplicado em todas as áreas florestais que sejam instaladas com recurso a financiamentos públicos.

O presente diploma prevê e incentiva a criação e consolidação de organizações de produtores florestais, prevento também a progressiva delegação de competências da Administração Pública para estas organizações. A constituição de um conselho consultivo florestal está também consagrada neste diploma. Compete a este conselho emitir pareceres sobre as medidas políticas florestais e a sua concretização, as medidas legislativas e regulamentadoras dos instrumentos de fomento florestal, a avaliação de programas de investigação florestal e o estabelecimento excepcional de limites à posse da área florestal.

Entendemos, Sr. Presidente, que a presente iniciativa legislativa respeita as disposições regimentais aplicáveis, logo somos de parecer que o presente diploma está em condições de ser aqui discutido.

O Sr. Presidente (João Amaral): — Para uma intervenção, na qualidade de relator do projecto de lei n.º 78/VII, tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Camilo.

O Sr. Francisco Camilo (PS): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: O projecto de lei n.º 78/VII, Lei de bases do desenvolvimento florestal, é

apresentado pelo PCP. Aliás, já na anterior legislatura o Grupo Parlamentar do PCP apresentara iniciativa semelhante, o projecto de lei n.º 459/VI, para além de outras versando aspectos mais concretos da problemática das florestas, os projectos de leis n.os 81/VI e 82/VI.

É um facto que a floresta desempenha, em geral, um papel preponderante, quer do ponto de vista económico, quer do ambiental, quer ainda na perspectiva do modo de vida das populações rurais.

Quanto ao enquadramento legal do projecto de lei apresentado, a matéria em análise é abordada de forma genérica na Constituição da República Portuguesa, designadamente no seu artigo 96.º, uma vez que se deverá considerar inserida no quadro da definição de uma política agrícola.

Fazendo-se a análise do diploma, este encontra-se dividido em sete capítulos. Começa por desenvolver os princípios e objectivos da política florestal nacional, designadamente ao nível da conservação, valorização do património e ordenamento das unidades de produção florestal, consagra o papel multifuncional dos espaços florestais, demonstra alguma preocupação quanto à prevenção e combate aos fogos florestais — verdadeiro flagelo da nossa floresta —, e elege o ordenamento florestal do território como outra grande área a ter em conta, onde ressaltam essencialmente os chamados planos regionais de ordenamento.

No plano da exploração florestal, o ordenamento das matas e os planos de gestão florestal são definidores de regras básicas importantes na organização daquele tipo de exploração, designadamente no que concerne ao aproveitamento económico dos espaços florestais, à prevenção contra incêndios e à rearborização, cometendo-se a promoção e incentivo de tais medidas não apenas ao Ministério da Agricultura mas igualmente a organizações de proprietários, de produtores florestais e unidades de gestão mista, integrantes de proprietários privados e do Estado.

Em termos de intervenção das estruturas da Administração, o diploma elege ainda o Instituto Florestal como definidor da política florestal aos vários níveis — central, regional e local —, instituindo um conselho consultivo florestal com competência consultiva e composição múltipla, tanto em termos de Governo, como de agentes públicos e privados ligados, directa ou indirectamente, à problemática das florestas.

Insere-se ainda neste capítulo uma preocupação de investigação, destinada predominantemente ao estudo e conhecimento mais aprofundados dos ecossistemas específicos das florestas nacionais.

Em termos de medidas de emergência, o presente projecto retoma, de certo modo, as preocupações plasmadas já nos projectos de lei n.os 81/VI e 82/VI, do PCP, mormente ao nível da prevenção e combate aos fogos florestais e no que concerne à realização do cadastro da propriedade florestal.

Finalmente, esta iniciativa legislativa propõe ainda um sistema de financiamento que passa pela utilização de receitas fiscais geradas pelo sector na criação de um fundo específico, por uma política de incentivos fiscais e por um esquema de autofinanciamento por parte dos produtores florestais ou suas associações.

A presente iniciativa parece-nos respeitar as disposições constitucionais e regimentais aplicáveis e está em condições de subir a Plenário para discussão e eventual votação.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Sr. Presidente (João Amaral): — Srs. Deputados, terminada a apresentação dos projectos, dou, em primeiro lugar, a palavra ao...

O Sr. Francisco Camilo (PS): — Sr. Presidente, falta fazer a apresentação do relatório relativo à proposta de lei n.º 19/VII.

O Sr. Presidente (João Amaral): — Quem é o relator, Sr. Deputado?

O Sr. Francisco Camilo (PS): — Sou eu, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente (João Amaral): — Sendo assim, tem a palavra, para esse efeito.

O Sr. Francisco Camilo (PS): — Sr. Presidente, falta proceder à leitura do relatório da Comissão relativo à proposta de lei n.º 19/VII.

O Sr. Presidente (João Amaral): — Quem é o relator, Sr. Deputado?

O Sr. Francisco Camilo (PS): — Sou eu próprio, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente (João Amaral): — Então, tem a palavra para o efeito, Sr. Deputado.

O Sr. Francisco Camilo (PS): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, Srs. Deputados: A proposta de lei n.º 19/VII define a lei de bases da política florestal nacional.

A presente iniciativa legislativa, apresentada pelo Governo nos termos da alínea d) do n.º 1 do artigo 200.º da Constituição e dos artigos 130.º e seguintes do Regimento, deu entrada na Mesa da Assembleia da República em 22 de Março, tendo, na mesma data, sido admitida e baixado à Comissão de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas para apreciação, nos termos do n.º 1 do artigo 142.º do Regimento.

A regulamentação do sector florestal nacional mencionado na proposta de lei reveste-se de uma importância fundamental, aliás, como no projecto de lei anterior, não apenas pela relevância económica da floresta em si mas também pelo seu papel múltiplo, tanto em termos de preservação ambiental (protecção do solo contra a erosão hídrica e eólica, habitat de fauna e flora específicas, conservação da paisagem, etc.) como de regulação do clima, como, ainda, da perspectiva do modo de vida das populações rurais.

De qualquer forma, é importante não esquecer que a floresta não poderá ser tratada apenas de um ponto de vista economicista mas sim como um sistema multifuncional, objecto de uma estratégia global assente tanto em entidades públicas como privadas, isto é, no âmbito de uma responsabilização colectiva por um bem que, acima de tudo, é uma parte importante do património nacional.

No seu enquadramento legal, a matéria constante da proposta de lei é abordada de forma genérica na Constituição da República Portuguesa, designadamente no seu artigo 96.º, uma vez que a matéria em apreço deverá considerar-se inserida no quadro da definição de uma política agrícola.

Após a análise do diploma, verifica-se que o mesmo está sistematizado em quatro capítulos, integradores de 20 artigos, consagrando o primeiro daqueles quatro capítulos (artigos 1.º a 4.º) os princípios e objectivos enquadradores da política florestal nacional.

Sobressaem ainda, nesta primeira parte do diploma, questões importantes como a da promoção da investigação científica e tecnológica no âmbito florestal, o incremento do

combate aos fogos e a especial atenção que deverão merecer, pela sua especificidade e relevância ecológica, certos tipos de formações florestais.

Relativamente às explorações florestais, o Estado garante o apoio, através de incentivos financeiros e fiscais, à sua constituição bem como ao agrupamento de explorações e ao emparcelamento de propriedades, designadamente quando prosseguidos em termos associativos, ainda que tendo em vista uma real eficácia na sua gestão.

A proposta de lei apresenta-nos também alguns instrumentos julgados convenientes à prossecução das medidas supra referidas, começando por cometer ao Instituto Florestal a responsabilidade directa pelo sector, criando ainda uma comissão interministerial, presidida pelo Ministro da Agricultura, Desenvolvimento Rural e das Pescas. Propõe-se também a criação de um conselho consultivo florestal, com competência meramente consultiva, a concretizar ulteriormente através de diploma próprio.

Confere-se ainda alguma relevância à investigação florestal, procurando, neste aspecto específico, garantir-se uma ampla participação das instituições de ensino e, de uma forma geral, dos agentes da fileira florestal na implementação dos projectos de investigação, experimentação e desenvolvimento.

A proposta de lei não deixa de sublinhar o papel das organizações de produtores florestais, prevendo-se, inclusivamente, a possibilidade de delegação de competências do Instituto Florestal naquelas organizações.

De igual forma, a proposta institui um «fundo financeiro de carácter permanente», essencialmente destinado a apoiar as medidas de fomento florestal e de gestão, conservação e protecção das florestas, prevendo-se ainda incentivos fiscais ao investimento florestal, ao associativismo das explorações e ao emparcelamento.

Finalmente, considera-se a criação de um sistema de seguros florestais, designadamente pela instituição de um seguro obrigatório para a «arborização de todas as áreas florestais que sejam objecto de financiamento público».

Em conclusão, a proposta de lei em análise consagra medidas que o Governo considera válidas para a promoção e defesa da floresta.

Em termos de parecer, a Comissão de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas considera que a presente iniciativa, porque respeitante das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, está em condições de subir a Plenário para discussão e eventual votação na generalidade.

O Sr. Presidente (João Amaral): — Srs. Deputados, passamos agora à apresentação dos diversos projectos de lei.

Em primeiro lugar, para fazer a apresentação do projecto de lei n.º 91/VII, do PSD, partido que marcou este agendamento potestativo, tem a palavra o Sr. Deputado Roleira Marinho.

O Sr. Roleira Marinho (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, Srs. Deputados: As questões florestais assumem uma importância crescente que se traduz na exigência de serem observadas e avaliadas de forma integrada no contexto do desenvolvimento rural e do ambiente, tendo subjacente as suas múltiplas funções.

Com o projecto de lei n.º 91/VII o PSD pretende consagrar os principais eixos da política florestal nacional tendentes a superar lacunas identificadas e a apontar as grandes linhas orientadoras de modernização do património florestal.

Consagra o projecto de lei medidas de sensibilização e informação que potenciem uma maior preparação dos in-

tervenientes no sector para o livre funcionamento dos mecanismos de mercado como actividade produtiva e promoção do redimensionamento das áreas florestais.

Por outro lado, a ocorrência de factos marcantes para a floresta, como sejam a reforma da PAC e o novo quadro internacional saído da Conferência das Nações Unidas para o Ambiente e Desenvolvimento, do Rio Janeiro, e a Conferência Interministerial para a Protecção das Florestas da Europa, de Helsínquia, respectivamente de Julho de 1992 e Junho de 1993, tornaram mais evidente a necessidade de intervir no campo legislativo, redefinindo e dando coerência às regras básicas aplicáveis à floresta nacional.

Com o nosso projecto de lei do desenvolvimento florestal, pretende-se, assim, dar resposta aos novos desafios lançados pelos eventos, internos e externos, como acabámos de referir.

Pretende-se assegurar um quadro legislativo equilibrante e promotor da execução de uma política de aumento e gestão do património florestal, da sua conservação e valorização, enquadrando todas as componentes envolvidas e actuando, quer em áreas públicas quer em áreas privadas da floresta portuguesa, conseguindo um ordenamento jurídico mais completo e adequado à importância do sector florestal.

Sr. Presidente, Sr. Ministro, Srs. Deputados: Todos sabemos dos graves problemas que afectam a floresta portuguesa e temos consciência da urgência em tomar medidas que contribuam para ultrapassar ou atenuar essas dificuldades, que vão desde os fogos florestais que, nos últimos anos, destruíram milhares de metros cúbicos de madeiras bem como imensas áreas de novos povoamentos e contribuíram para o desaparecimento da fauna, da caça, das espécies piscícolas nessas zonas, apressaram a erosão dos solos, provocaram poluição atmosférica e de muitos cursos de água, chegando-se, inclusive, à perda de vidas humanas com tal flagelo. Ao longo dos anos tem havido alguma preocupação com este problema, mas estamos longe de conseguir sustê-lo.

Mais um contributo trazemos, hoje, à Assembleia da República, através do nosso projecto de lei n.º 91/VII, que designamos por «do desenvolvimento florestal».

Uma das dificuldades para protecção da floresta e do seu ordenamento tem a ver com a pequena dimensão dos prédios e a sua dispersão por muitos titulares, o que, desde logo, se traduz numa fraca rentabilidade económica (e, por isso, o nosso projecto de lei aponta também para políticas de emparcelamento a seguir pelos privados, organizações de produtores, autarquias e mesmo pelo Estado), procurando retirar daí uma mais adequada utilização dos solos e alterar aquela subdependência económica.

O projecto de lei n.º 91/VII procura incentivar os proprietários florestais, os produtores florestais, para a realidade da floresta portuguesa, estimulando acções concertadas de todos os agentes envolvidos, de modo a inverter a actual situação de esperar que a floresta produza, mesmo sem dela cuidar.

Procura-se contribuir, no âmbito do ordenamento do território, de uma forma ponderada e tendo em conta as diversas situações, para uma melhor ocupação dos solos, quer sob o ponto de vista económico, quer ambiental, quer social.

Realçamos o facto de apontarmos para a possibilidade do exercício, pelo Estado, do direito de preferência na alienação de prédios florestais em áreas previamente delimitadas e da adopção de medidas conducentes à consolidação dos revestimentos florestais nas zonas adjacentes aos sistemas dunares.

Para garantir o cumprimento de obrigações que devem caber aos proprietários, como sejam as operações silvícolas mínimas (regeneração dos sistemas florestais, limpeza e protecção das matas), aponta-se para a obrigação da constituição de uma conta de gestão florestal, feita através da retenção compulsiva de 5% do valor bruto da primeira transacção das matérias-primas florestais (artigo 34.º).

Por outro lado, aponta-se para a possível institucionalização do «seguro obrigatório» (artigo 37.º) para as áreas florestais que sejam instaladas com recurso a financiamentos públicos, o qual deve garantir o valor necessário à reposição da floresta subsidiada.

Destacamos, ainda, a criação de um conselho consultivo florestal que terá representação da Administração Pública, dos produtores, de associações do ambiente e outros intervenientes, nomeadamente autarquias e universidades, que será veículo de concertação estratégica dos vários agentes e interesses presentes na fileira florestal.

Por outro lado, prevemos a criação de instrumentos financeiros públicos, destinados à beneficiação e fomento do nosso património florestal, nomeadamente através de sistemas de crédito, incentivos fiscais e outras formas de financiamento que venham a considerar-se necessárias e ajustadas.

Dadas as nossas condições climatéricas e as potencialidades ecológicas, podemos ter uma maior percentagem de área florestal, com produtividade superior a muitos países da Europa onde a floresta é fonte de riqueza e desenvolvimento, contribuindo, através de novas plantações, para aproveitamento de áreas de incultos e mesmo de terrenos considerados de baixa potencialidade agrícola e que, no seu conjunto, representarão uma área próxima dos 3 milhões de hectares, pelo que, facilmente, poderemos concluir do seu interesse para a quase duplicação da área florestal existente, promovendo, assim, a ocupação destes terrenos com uma actividade de grande impacto económico, social e ambiental.

Importa referir que no global da área florestal nacional só cerca de 3,5% são pertença do Estado, pelo que a sua intervenção é limitada e só pode exercer-se havendo uma concertação com os privados.

Deveremos referir que algumas espécies florestais, pela sua adaptabilidade às condições específicas de algumas regiões, deverão merecer um esforço prioritário por parte do Estado na recuperação desses povoamentos, como são os casos do sobreiro e do azinho, o que se prevê expressamente no artigo 7.º do nosso projecto de lei.

Sr. Presidente, Sr. Ministro, Srs. Deputados: Concluiria, dizendo que tem havido intervenções válidas na floresta portuguesa, mas há sempre mais a fazer, devendo-se repensar os tipos de arborização por zonas, métodos, sistemas, incentivos e outras ajudas a implementar.

Vale a pena pensar o que representou o PAF (Plano de Acção Florestal), que terá encaminhado para a floresta investimentos da ordem dos 30 milhões de contos, devendo prosseguir-se tal caminho, decerto com algumas rectificações, mas sempre no sentido da modernização/ordenação da floresta portuguesa.

É urgente desenvolver a floresta como ajuda à qualidade de vida das nossas zonas rurais; é urgente desenvolver a floresta como forma de potenciar e modernizar a indústria e a consequente criação de novos postos de trabalho. Já hoje, ao longo da fileira florestal, cerca de 100 000 pessoas estão envolvidas, o que dá conta da sua representatividade no volume de emprego.

É urgente desenvolver a floresta, como novas e atraentes saídas para o turismo rural e para as actividades que

lhe são conexas. É urgente desenvolver a floresta para dar corpo a uma efectiva política ambiental.

É neste contexto de múltiplo uso da floresta — turismo, caça, actividades de lazer, defesa dos solos, captação de águas por infiltração, contenção de cheias, pastorícia, indústria, construção civil — que promoveremos a sua defesa e a sua expansão e a tornaremos mais produtiva e mais procurada.

Não consideramos o nosso projecto de lei como obra acabada mas como um contributo muito positivo para reforço, renovação e modernização da floresta portuguesa e estamos disponíveis para acolher as outras iniciativas legislativas e, em conjunto, trabalharmos o melhor diploma para tão importante sector da economia nacional.

Dado que a proposta de lei só deu entrada na Assembleia da República na passada sexta-feira e porque cumpre submetê-la à discussão pública nos termos das disposições constitucionais, tal como está a decorrer em relação aos projectos de lei do PCP e do PSD, de que se aguardam as devidas tomadas de posição das entidades envolvidas no processo, o PSD irá propor à Assembleia da República a baixa à Comissão de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas dos três diplomas em apreciação, inclusive do apresentado pelo PSD, apesar de estarmos em presença de um agendamento potestativo. Mas, mesmo nestas circunstâncias, entendemos ser importante recolher o maior número de contributos e podermos chegar às melhores formulações para as intervenções que se impõe efectuar para a recuperação da floresta.

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente (João Amaral): — O requerimento a que o Sr. Deputado Roleira Marinho fez referência já deu entrada na Mesa e será distribuído de seguida.

Inscreveram-se, para pedir esclarecimentos, os Srs. Deputados Carlos Neto, Heloísa Apolónia, Miguel Ginestal, Lino de Carvalho e Gavino Paixão.

Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Neto.

O Sr. Carlos Neto (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Roleira Marinho, gostava de colocar-lhe três questões.

A primeira tem a ver com o plano florestal vinculativo. Será que faz sentido aprovar ou aplicar um plano em que a maioria dos proprietários por ele afectados não estão de acordo? Não faria mais sentido criar uma instituição para a qual fosse possível recorrer das decisões da Administração Pública? Estou a pensar, concretamente, no conselho consultivo florestal.

A segunda prende-se com as operações silvícolas mínimas. Se bem entendo, refere-se que é tomada por parte do Estado a posse efectiva da área florestal. Não seria possível pensar noutros meios bem mais eficazes e que não envolvessem a referida posse efectiva? Porque, se não, Srs. Deputados, e julgo que VV. Ex.^{as} conhecem bem o tipo de propriedade que existe no nosso país, o Estado vai ter de fazer muitas operações silvícolas mínimas. Não creio, portanto, que este seja o processo mais eficaz.

Finalmente, o PSD defende a majoração da área florestal na posse de alguns proprietários, o que significa que existem dois tipos de proprietários: os de primeira, que não têm majoração, e os de segunda. Julgo que VV. Ex.^{as}, em relação aos proprietários de segunda, estão a pensar — e falemos claro — nas celuloses. Ora, julgo que a vossa preocupação tem a ver com o possível funcionamento em cartel mas, para isso, existem medidas legislativas que resolvem esse tipo de problemas.

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

O Sr. Presidente (João Amaral): — Sr. Deputado, deseja responder já ou no final de todos os pedidos de esclarecimento?

O Sr. Roleira Marinho (PSD): — No fim, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente (João Amaral): — Então, tem a palavra a Sr.^a Deputada Heloísa Apolónia.

A Sr.^a Heloísa Apolónia (Os Verdes): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Roleira Marinho, como deve estar lembrado, a 21 de Março, Dia Mundial da Florestal, Os Verdes apresentaram no Plenário uma análise relativa à situação da floresta no nosso país, a qual pode resumir-se à destruição da biodiversidade e à destruição progressiva da área florestada.

É evidente que a actual situação das florestas e matas portuguesas não é fruto do acaso nem de qualquer inevitabilidade mas de uma política prosseguida e orientada nas últimas décadas e bem vincada nos últimos 10 anos pelo PSD que, irresponsavelmente, optou por uma política clara de desrespeito pela biodiversidade, por uma concepção desrespeitadora da floresta multifuncional integrada e equilibrada em todas as suas vertentes.

De acordo com o relatório do estado do ambiente da Comunidade Europeia, Portugal foi o país que atingiu o maior nível de erosão e de desertificação. Prosseguindo esta política desastrosa, o PSD, enquanto Governo, prometeu por diversas vezes trazer a esta Assembleia uma proposta de lei florestal. Nunca o fez! Fá-lo agora quando já não tem responsabilidades governativas. Aliás, agora é que o PSD descobriu a urgência. Pois é! É urgente conservar a floresta, mas já o era há muito tempo.

Sr. Deputado Roleira Marinho, para poder perceber o conteúdo, o sentido, a seriedade e a intenção subjacente a este projecto de lei, é preciso, em primeiro lugar, que nos preste um esclarecimento. No diploma em apreço não é reconhecida a situação calamitosa da floresta portuguesa nem que a política do PSD foi a sua causadora. O PSD não assume este estado de coisas? Não assume a crise em que colocou a floresta, este riquíssimo recurso renovável do nosso país? Esta é a questão que gostava de ver esclarecida.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Sr. Presidente (João Amaral): — Tem a palavra o Sr. Deputado Miguel Ginestal.

O Sr. Miguel Ginestal (PS): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Roleira Marinho, quero começar por felicitar o Grupo Parlamentar do PSD por, finalmente, se ter disponibilizado para apresentar nesta Câmara um projecto de lei sobre esta matéria, já que não submeteu à nossa apreciação qualquer iniciativa legislativa sobre o desenvolvimento florestal nas legislaturas em que foi Governo.

O Sr. Joel Hasse Ferreira (PS): — Uma vergonha!

O Orador: — Mais: não fossem os artigos 17.^º e 18.^º da tardia Lei n.^º 86/95, de 1 de Setembro — Lei de Bases do Desenvolvimento Agrário, cuja elaboração se deve muito ao trabalho de pressão do Partido Comunista Português e do Partido Socialista, e não teria sido publicada

sequer uma linha sobre política florestal durante a vigência dos Governos do PSD.

O Sr. Lino de Carvalho (PCP): — É verdade!

O Orador: — Não há dúvida de que a cura de oposição a que os portugueses submeteram o PSD obrigou-vos, nestes cinco meses, a tirar a cabeça da areia, a abrir os olhos, a assumir a realidade, a identificar finalmente os problemas e a agir com celeridade.

Durante os Governos do PSD denunciámos a ausência de uma estratégia coerente de povoamento e ordenamento da floresta, a paralisia e a redução dos rendimentos dos pequenos agricultores, a desertificação humana das zonas rurais, a ineficácia no combate aos fogos florestais e, a tudo isto, o PSD respondeu com o oásis. Bem-vindos ao mundo real, Srs. Deputados! Fica-vos bem assumir o que não fizeram e deviam ter feito. A herança que VV. Ex.^{as} deixaram em matéria florestal exige medidas rápidas, eficazes e mobilizadoras de todos, em particular do mundo rural, sempre esquecido pelo PSD.

Porém, nunca ficaram esclarecidos os motivos e os interesses que impediram os sucessivos Governos do PSD de assumirem nesta Câmara o projecto de lei que hoje aqui trazem.

Neste seguimento, gostaria de colocar as seguintes questões: em primeiro lugar, o que é que se alterou para só agora apresentarem o vosso projecto de lei sobre desenvolvimento florestal?

Em segundo lugar, relativamente ao artigo 14.^º do capítulo IV, onde se diz que, no caso de incumprimento das operações silvícolas mínimas, pode a entidade competente executar essas operações, tornando posse administrativa do respectivo prédio, gostava que explicitasse melhor o seu conteúdo, nomeadamente sobre o método que, em concreto, deve ser utilizado para esse efeito.

Terceira questão: pretendo saber, igualmente, qual o alcance do n.^º 3 do artigo 34.^º — Conta de Gestão Florestal — e que fórmula foi utilizada para definir a retenção compulsiva nos tais 5% do valor bruto da primeira transacção das matérias-primas florestais.

Finalmente, desconheço — e gostava de ser esclarecido — se VV. Ex.^{as} consideram que foram bem utilizados os 30 milhões de contos investidos no PAF.

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente (João Amaral): — Tem a palavra o Sr. Deputado Lino de Carvalho.

O Sr. Lino de Carvalho (PCP): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Roleira Marinho, nesta fase do debate, atravessamo pelo menos uma grande interrogação que seguramente o Sr. Deputado esclarecerá.

É que este projecto de lei apresentado hoje pelo PSD é, no essencial, um documento que tinha sido concluído pelo anterior Governo do PSD desde, pelo menos, 28 de Fevereiro de 1994. O PSD não só esteve 10 anos no Governo sem pôr cá fora uma lei de bases da política florestal como depois de ela ter estado pronta, já lá vão quase dois anos, não conseguiu fazê-la publicar enquanto Governo.

Falou-se na altura que o Sr. Ministro tinha feito um veto de gaveta ao projecto tão acarinhado pelo Sr. Secretário de Estado, hoje Deputado, Álvaro Amaro. Por essa razão ou por outra — mas o Sr. Deputado certamente o esclarecerá —, o Governo do PSD guardou na gaveta este diploma que tinha sido elaborado por um grupo de trabalho cuja nomeação foi

publicada no *Diário da República* e, consequentemente, o país não teve a tempo e horas, como lhe tinha sido prometido, uma lei de bases do desenvolvimento florestal.

Entretanto, o PSD, hoje, na oposição, desenterra o projecto de lei elaborado por esse grupo de trabalho nomeado pelo Governo para submetê-lo hoje a debate.

Sr. Deputado, por que é que isto aconteceu? Por que razão os senhores não publicaram na altura a lei de bases quando há tanto tempo era exigida? Por que é que só agora, na oposição, apresentam este projecto de lei? É este enigma, esta interrogação, que seguramente nos atravessa a todos.

Por outro lado, suscita-se-me uma segunda questão relativa à substância do projecto de lei. Não consegui descobrir no seu texto que tipo de floresta defendem os senhores para Portugal. Talvez uma floresta de uso múltiplo, que privilegie as espécies mediterrânicas ou as nossas espécies autóctones ou ainda uma floresta de produção? Será uma floresta em que, como se pode ler numa parte do projecto de lei, os fins económicos não podem comprometer a perenidade nem os fins sociais da mesma? Ou uma floresta, como consta ainda de outra parte, em que os fins sociais e ambientais devem subordinar-se aos fins económicos? Não sei qual é o sentido essencial do vosso projecto de lei e gostava que o Sr. Deputado também o esclarecesse.

O Sr. Presidente (João Amaral): — Tem a palavra o Sr. Deputado Gavino Paixão.

O Sr. Gavino Paixão (PS): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Roleira Marinho, justifica V. Ex.^a a apresentação do projecto de lei devido — e passo a citar — «à ocorrência de factos novos marcantes para a floresta» é, em seguida, refere-se à reforma da PAC, de 1992, à Conferência do Rio de Janeiro, também do mesmo ano, à Conferência Ministerial para a Protecção das Florestas da Europa, de Junho de 1993.

Ao longo da apresentação do vosso projecto de lei, afirmam ainda que com o presente projecto de lei do PSD, sobre a lei de desenvolvimento florestal, pretende-se dar resposta aos novos desafios lançados pelos eventos internos e externos. VV. Ex.^{as} referem-se, com certeza, ao Regulamento da Comunidade n.º 2080/92, ou então, quiçá, ao Regulamento n.º 1615/89!

Sr. Deputado Roleira Marinho, se me permite a imagem, os senhores chegaram a essa importantíssima temática a passo de caracol e, se me permite mais uma vez, de caracol cocho!

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente (João Amaral): — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Roleira Marinho.

O Sr. Roleira Marinho (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, queria agradecer a atenção que tiveram em relação à minha intervenção e ao projecto de lei do PSD sobre a lei do desenvolvimento florestal e gostaria de dar algumas explicações, tal como foi solicitado.

Apresentámos o nosso projecto e, como dissemos, estamos abertos à sua apreciação conjunta, com todos os Srs. Deputados, para, eventualmente, o melhorarmos e nos batermos por o que entendemos oportunamente e justo para defesa deste sector. Como é evidente, esperamos que os Srs. Deputados, nomeadamente aqueles que, tal como nós, apresentaram projectos, estejam abertos a que as boas soluções sejam encontradas e encaminhadas para o projecto final.

No que diz respeito às operações mínimas de intervenção na floresta por métodos coercivos, é evidente que a acção do Estado é sempre supletiva, ou seja só deve existir quando houver recusa, impossibilidade de intervenção ou, até, de sensibilização dos próprios proprietários para a intervenção que se impõe nessa área. A mata florestal é uma riqueza, um património nacional que podemos pôr em risco por causa da eventual recusa de um pequeno proprietário em fazer as intervenções mínimas necessárias para que não haja uma potenciação de perigos para o conjunto da floresta. Parece-me, portanto, ser perfeitamente admissível que tenhamos incluído uma norma que previne esse tipo de situações.

Por outro lado, quando se fala em majoração da área florestal, em áreas máximas da área florestal referimo-nos, com certeza, a intervenções feitas por entidades industriais. Estamos a procurar que haja, também aí, a fundamentação necessária e não uma intervenção arbitrária do Estado ou de quem quer que seja.

Peço desculpa por não estar a referir, em particular, o nome da cada um dos Srs. Deputados interpelantes, mas irei procurar responder a todos em conjunto, sem esquecer nenhum.

Aos que nos acusam de só hoje termos apresentado este projecto de lei e não antes, lembro que existiram diversas condicionantes, internas e externas.

O Sr. Lino de Carvalho (PCP): — Mais internas do que externas!

O Orador: — O facto de entendermos que a própria lei de bases da política agrícola deveria ser levada em conta foi um dos motivos que fez com que não chegássemos tão depressa a este sector. Mas, em relação a este ponto particular, o Sr. Deputado Álvaro Amaro dará mais explicações.

O Sr. Joel Hasse Ferreira (PS): — Só ele seria capaz de explicar o inexplicável!

O Orador: — Gostaria ainda de dizer que enquanto o Partido Socialista foi oposição produziu aqui muitas intervenções a que hoje não dá corpo. Aliás, na discussão do Orçamento do Estado isso foi mais notório!

Vozes do PS: — Responda às perguntas!

O Orador: — Portanto, não venha hoje o Partido Socialista «lavrar-se» de todas as suas culpas antigas e atirá-las para cima de outros — os senhores sempre foram hábeis em fazê-lo!

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Apresentámos hoje o nosso projecto de lei dentro do princípio de que encontrámos agora a melhor oportunidade para o fazer.

Também afirmamos que na aplicação dos 30 milhões de contos do PAF poderá ter havido, eventualmente, aqui ou ali, alguma menor capacidade de aplicação mais correcta.

Vozes do PS: — Ah!

O Orador: — Aprendemos com o que se passou — com o que correu bem e com o que correu mal — e, portanto, vamos agora procurar melhorar essa situação.

O Sr. Gavino Paixão (PS): — Só lhe fica bem!

O Orador: — Por último, gostava de dizer que é evidente que defendemos uma floresta de uso múltiplo, mas sabemos como é importante a sua participação no valor económico das famílias, sobretudo nos meios rurais, e, nesse sentido, a floresta também terá de contribuir para isso. Muitas vezes, a floresta funciona para as pequenas economias familiares como um pé-de-meia.

Não nos podemos preocupar apenas com os «gigantes» e a floresta industrial, porque esta tem de coexistir, necessariamente, com a floresta ambiental, social, que serve os usos da mini-economia das nossas regiões.

Penso que, no conjunto, terei abordado todas as inter-relações que foram feitas pelos Srs. Deputados. As preocupações agora manifestadas serão analisadas em sede de especialidade, antes de apresentarmos o diploma final.

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — Para fazer a apresentação do projecto de lei do PCP, tem a palavra o Sr. Deputado Lino de Carvalho.

O Sr. Lino de Carvalho (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Finalmente a Assembleia da República tem oportunidade de debater e legislar sobre a floresta portuguesa. Já o podia ter feito, pelo menos há dois anos, quando o PCP apresentou — e fomos a primeira força política a fazê-lo — uma lei de bases para a floresta portuguesa. Ficámos então a aguardar, como nos comprometemos, a muito anunciada proposta do então Governo.

Mas o PSD, enquanto Governo, enredado nas suas próprias contradições internas, desorientado face aos diferentes grupos de interesses que atravessam o universo florestal e que envolviam Secretário de Estado e Ministro, foi incapaz de apresentar uma proposta de lei de bases como era seu dever e promessa, repetidamente anunciada. Mas o que é politicamente significativo é que aquilo que o PSD/Governo não quis ou não foi capaz de dar à luz fê-lo agora o PSD/oposição. Porquê? Será que o PSD o fez agora porque sabe não ser ele a pô-lo em prática?

E será legítimo e eticamente aceitável, Srs. Deputados, que o PSD apresente aqui como seu um projecto de lei elaborado por um grupo de trabalho nomeado para o efeito em *Diário da República*, pelo então Secretário de Estado Álvaro Amaro?

Também o Partido Socialista que não conseguiu, na anterior legislatura, apresentar um projecto de lei florestal, fê-lo agora enquanto Governo a partir de algum trabalho de base elaborado pelo PSD mas, sobretudo, indo buscar muita da estrutura, dos conceitos e das propostas ao projecto de lei de bases de desenvolvimento florestal do PCP, que repusemos e que, portanto, hoje aqui também debatemos.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: A floresta portuguesa abrange cerca de 3,248 milhões de hectares. As exportações de produtos florestais representam 65% das exportações agro-florestais do País e 15% do total da balança de exportações. 100 000 é o número de postos de trabalho ligados à fileira florestal.

Ocupando, só por si, 36,5% do território nacional, a floresta constitui, pela sua importância económica, social e ambiental, um extraordinário recurso renovável do País que há muito necessita de um quadro geral orientador. Mas, apesar da magna importância dos recursos florestais, o que temos tido é uma manta de retalhos, com dezenas de diplomas avulsos, sem um traço comum ou uma base de

referência; o que temos tido é um sector dependente de três ministérios e várias direcções-gerais, muitas vezes sem coordenação efectiva, presa num emaranhado de orientações e contra-orientações e mergulhado numa confusão burocrática.

Não é por isso de estranhar que nunca nada se tenha feito, de estruturante, que apoiasse e orientasse os 500 000 proprietários florestais existentes no País, dos quais 71% detêm explorações com menos de 4 ha, num País que detém uma das maiores taxas de arborização da União Europeia e onde 88% é floresta privada.

Não é, por isso, também de estranhar que na ausência de políticas globais orientadoras a evolução das áreas florestais se tenha processado de acordo com os interesses económicos dominantes em cada momento ou na base da sua regeneração natural ou da sua reconversão artificial para o eucalipto ou ainda repetindo, predominantemente, os povoamentos anteriormente existentes com grandes manchas monoculturais de resinosas. É significativo que o eucalipto tenha sido a espécie que teve um crescimento mais acentuado, traduzindo-se num aumento de 40% da sua área só na última década. Como também é significativo que a composição da floresta portuguesa seja hoje constituída em cerca de 70% por quatro espécies principais: o pinheiro, o sobreiro, o eucalipto e a azinheira.

Ora, esta composição da floresta portuguesa, com relevo para a grande mancha monocultural de resinosas na zona centro, a ausência de orientações e estímulos à sua diversificação e compartimentação, a falta de apoios adequados à plantação de espécies autóctones ou mais resistentes aos fogos florestais e os interesses económicos que se perfilam por detrás da floresta, estão na origem, muitas vezes, da falta de madeira para a nossa indústria de serração e mobiliário e da enorme dimensão que os fogos florestais têm atingido no nosso País, com mais de 1 milhão de hectares percorridos na última década. Estas enormes áreas queimadas, que têm conduzido muitas zonas à mais completa desertificação e a inenarráveis dramas humanos, não têm sido compensadas com a correspondente rearborização pela ausência, também, de políticas e estímulos adequados.

A importância da floresta portuguesa e de toda a sua fileira não se mede somente pela sua dimensão macro-económica mas também pelo seu papel insubstituível na defesa da biodiversidade do País e do planeta, no equilíbrio das condições climatéricas e, particularmente, pelo seu papel como factor de povoamento do mundo rural. Factor de povoamento que se foi perdendo à medida que os incêndios mataram grandes extensões florestais, à medida que os grandes interesses económicos ligados à floresta industrial promoveram a substituição de uma floresta de uso múltiplo por uma floresta industrial de crescimento rápido e estreme, à medida que os agricultores, produtores pecuários, populações rurais foram sendo empurrados para fora da sua floresta, deixaram de colher a «cama» para o gado e de o apascentar, o que funcionava como factor limpeza e de prevenção contra os fogos.

Não nos esqueçamos que a floresta portuguesa se situa maioritariamente no interior do País, em zonas desfavorecidas e de montanha, tendo adquirido, por isso mesmo, uma particular importância como factor de desenvolvimento regional e de fixação das populações.

Acresce que os produtos lenhosos e não lenhosos e os recursos naturais associados à floresta — desde a madeira à cortiça, à resina, à apicultura, à caça, à silvopastorícia, aos frutos secos, ao turismo, ao lazer e, ainda, aos

recursos hídricos — constituem uma multiplicidade de oferta de enorme importância económica, social e ambiental.

Não se pode deixar de condenar o PSD por, ao longo de mais de uma dúzia de anos à frente do Ministério da Agricultura, nunca ter definido uma política global e coerente de defesa e de desenvolvimento da floresta portuguesa, nunca ter elaborado uma lei de bases para o sector, ter feito sempre uma política de navegação à vista, em função dos interesses e dos lucros imediatos, sem uma perspectiva sustentada e de futuro.

Acresce que o alargamento da União Europeia aos países nórdicos, com um forte peso da componente florestal, e, por outro lado, no plano interno, as renovadas pressões das empresas de celulose para uma expansão desregulada das áreas de eucalipto, mais impõem a urgência da aprovação de uma lei de bases, como a que o PCP apresenta.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: A lei de bases do desenvolvimento florestal que o PCP apresenta tem em conta que Portugal é um país, no essencial, de floresta mini-fundiária, privada e absentista onde o Estado dispõe apenas de 2,5% da área florestal total, os baldios cerca de 10%, as empresas industriais 7% e os restantes proprietários privados 80,5%.

O nosso projecto de lei afirma o «interesse público» da floresta e propõe para o País «um desenvolvimento florestal sustentado com base numa floresta de uso múltiplo» que privilegie as nossas espécies autóctones, assegure a protecção das florestas de especial sensibilidade, como os montados de sobre e azinheira, e que contribua «para o aumento do rendimento dos agricultores e dos produtores florestais» e para «o desenvolvimento das actividades humanas que têm por base os recursos florestais».

Impõe-se, e propomos, o ordenamento da floresta portuguesa, a garantia da sua utilização social e a sua defesa contra os incêndios. Para tanto, avançamos com uma medida inovadora: a elaboração de planos regionais de ordenamento florestal — ideia que a proposta de lei do Governo, aliás, retoma — que, entre outros aspectos, contemplem regras sobre a expansão da floresta, em zonas florestais homógeas do País, e sobre as espécies a seleccionar de acordo com os respectivos condicionalismos sócio-ecológicos. A partir dos PROF, propomos a criação de planos de gestão florestal — que o projecto do PSD também retoma —, instrumento básico do ordenamento florestal das explorações.

A reestruturação fundiária e a reestruturação das explorações que permitem corrigir a actual estrutura fundiária e de gestão das explorações com a definição de incentivos de natureza técnica, financeira e fiscal é outra das propostas que o PCP apresenta, a par da dinamização e do apoio a associações de produtores e do apoio às assembleias de compartes e à elaboração de planos integrados de utilização dos baldios.

Gostava de realçar um aspecto particular da proposta, ou seja, o facto de, no quadro do ordenamento florestal, da necessidade de diversificar as espécies e de compartimentar as florestas, muitos produtores florestais terem de ser confrontados com a necessidade, porque se encontram em zonas de risco, de plantar espécies mais resistentes aos fogos, mas menos rentáveis do ponto de vista imediato.

Por isso, entendemos que é lícito que, no quadro da lei de bases, o Governo crie um fundo que permita indemnizar, compensar os proprietários que, no âmbito de uma política geral de defesa e de desenvolvimento florestal de uso múltiplo, sejam constrangidos a plantar nas suas explorações certas espécies, necessárias porque resistentes aos fogos, porque contribuem para a diversificação da floresta e ainda por contribuírem para a defesa contra os fogos

florestais, mas que lhes retira rendimentos imediatos. Daí a necessidade da sua compensação.

Definimos a estrutura da Administração Pública, com base no Instituto Florestal, responsável pela execução da política florestal e criamos um conselho consultivo florestal, largamente participado e também assumido nos dois outros projectos.

Propomos medidas orientadoras para a investigação florestal com base numa estreita cooperação entre os departamentos do Estado e as universidades.

Avançamos com a criação de um fundo financeiro que, entre outros objectivos, seja aplicado no financiamento da política de desenvolvimento, em medidas compensatórias às restrições de natureza sócio-ecológica que decorram da aplicação dos PROF e, ainda, no financiamento de projectos de rearborização florestal.

O projecto do PCP é o único que apresenta um conjunto de medidas de emergência apontadas à definição e implementação de medidas de prevenção, vigilância e de apoio ao combate aos fogos florestais.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: O projecto de lei do PCP, de que nos orgulhamos, é um bom projecto, de tal modo que muitas das nossas orientações gerais e formulações aparecem retomadas na proposta do Governo e no projecto do PSD.

Contudo, a proposta do Governo é surpreendentemente vaga e tímida, muito pouco ousada. A ultra-genérica proposta do Governo será boa ou má conforme for a sua concretização futura na regulamentação a elaborar, cujos prazos aliás não define.

É omisa em aspectos tão importantes como o do «interesse público» da floresta, da reestruturação fundiária e não teve a coragem de definir a origem do fundo financeiro que se propõe criar.

O Sr. José Calçada (PCP): — Muito bem!

O Orador: — O projecto do PSD, sendo até mais concreto e comprometedor para a futura acção do Estado do que o do Governo, é, contudo, voluntariamente omisso numa questão fundamental: que tipo de floresta é que o PSD defende para Portugal. É que, perdido no meio das suas contradições e parecendo querer agradar a todos, o PSD, em vários pontos do projecto, nega à frente o que afirma atrás: ora refere, como tive oportunidade de dizer, que «a utilização da floresta para fins económicos não pode comprometer a perenidade dos recursos naturais e deve ponderar o benefício colectivo (...)» — de acordo! —, ora refere o contrário, ou seja, que «as funções social e ambiental da floresta devem ter em conta os fins especificamente económicos da actividade florestal».

Contudo, somos de opinião que todas as propostas e projectos devem passar à discussão na especialidade e aí encontrar-se um texto único que, recolhendo os contributos de todos, permita elaborar a lei florestal de que o País e os produtores florestais há tanto tempo necessitam e legitimamente aspiram.

Da nossa parte, PCP, que, com a apresentação do nosso projecto de lei, despoletámos o aparecimento das restantes iniciativas, estamos disponíveis para esse trabalho conjunto. Assim o estejam, igualmente, o Governo, o PS e o PSD.

Aplausos do PCP.

O Sr. Presidente (João Amaral): — Inscreveram-se, para pedir esclarecimentos ao Sr. Deputado Lino de Carvalho, os Srs. Deputados Francisco Camilo e Gavino Paixão.

Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Camilo.

O Sr. Francisco Camilo (PS): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Lino de Carvalho, permitam-me que sublinhe o papel importante do Partido Comunista nesta matéria.

O Sr. José Calçada (PCP): — Muito bem!

O Orador: — Mas também é bom referir — e penso que devemos concluir desse modo — que, da parte do Governo, houve uma rapidez e um interesse na apresentação desta proposta que deve ser sublinhado.

O Sr. António Martinho (PS): — Muito bem!

O Orador: — Já constatámos aqui, à evidência, que o Governo anterior, sobre esta matéria, nada disse durante 10 anos de governação, aliás, diria mesmo, durante mais de 10 anos.

As questões concretas que quero colocar ao Sr. Deputado Lino de Carvalho têm a ver com o seguinte: VV. Ex.^{as} propõem a criação do conselho consultivo florestal, aliás, à semelhança do que se verifica na proposta do Governo, bem como a sua composição, e parece-me que, ao longo do projecto, referem muito a questão do ordenamento, mas, talvez por esquecimento, o Ministério do Equipamento, do Planeamento e Administração do Território não foi incluído na composição daquele conselho.

Por outro lado, VV. Ex.^{as} sublinham também que, de entre os elementos que compõem o conselho consultivo, deve ser eleito um presidente, referindo ainda, num artigo seguinte — o artigo 14.^º, que o conselho deve ser convocado pelo ministro.

Pergunto: nesse caso, uma vez que se propõe que o conselho seja convocado pelo ministro, qual seria o papel do presidente?

Outra questão que gostava de suscitar, para nosso esclarecimento, é a seguinte: no artigo 16.^º, alínea c), do vosso projecto, propõe-se a criação de um corpo de bombeiros florestais. Porém, como VV. Ex.^{as} não referem de quem vai depender esse corpo de bombeiros, pergunto se é do Ministério da Administração Interna, do Instituto Florestal ou dos bombeiros locais.

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente (João Amaral): — Tem a palavra o Sr. Deputado Gavino Paixão.

O Sr. Gavino Paixão (PS): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Lino de Carvalho, antes de mais, tem interesse recordar a todos que, ao apresentar a proposta de lei de bases da política florestal nacional, o Governo dá mais um passo importantíssimo no cumprimento de um compromisso quer do programa eleitoral, quer do Programa do Governo. Aquilo que julgávamos prioritário, enquanto oposição, cumpri-lo hoje, no Governo.

O Sr. António Martinho (PS): — Muito bem!

O Orador: — E é fácil imaginar vozes do PSD a alertar os portugueses, em tom surrealista, como se esse não fosse o objectivo principal de todos os governos, «atenção, portugueses, o Governo do Partido Socialista vai, uma vez mais, cumprir uma das suas promessas eleitorais».

Em relação ao projecto de lei do PCP, V. Ex.^{as}, Sr. Deputado Lino de Carvalho, certamente concorda que hoje a

floresta não pode ser encarada como um mero sistema produtivo, deve, sim, ser vista como um espaço destinado a actividades de carácter económico mas também de interesse social, ecológico e de lazer.

O Sr. António Martinho (PS): — Muito bem!

O Orador: — Por isso mesmo, é necessário que nos preocupemos em encontrar um sistema multifuncional e abrangente.

Nesse sentido, gostaria de perguntar a V. Ex.^{as} se concorda ou não com a comissão interministerial para os assuntos da floresta, garantindo, assim, uma efectiva articulação entre as diversas políticas sectoriais que tenham relação com a floresta.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Sr. Antunes da Silva (PSD): — Sr. Deputado Lino de Carvalho, eles não são originais! Isso já existe!

O Sr. Presidente (João Amaral): — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Lino de Carvalho.

O Sr. Lino de Carvalho (PCP): — Sr. Presidente, o PSD não pediu qualquer esclarecimento, pois não?!

O Sr. Presidente (João Amaral): — Não consta, Sr. Deputado.

O Orador: — Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. António Martinho (PS): — Só para registrar!...

O Orador: — Sr. Deputado Francisco Camilo, registo e agradeço o facto de o Partido Socialista ter sublinhado o papel importante que o PCP teve em matéria florestal e no despoletamento destas iniciativas e também não quero deixar de sublinhar o facto de o Governo, no quadro, aliás, do diálogo e dos compromissos assumidos na Comissão de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas, ter apresentado, em tempo relativamente célere, a proposta de lei de bases para a floresta.

O Sr. Joel Hasse Ferreira (PS): — Muito bem!

O Orador: — Quanto à questão do presidente do conselho consultivo e das suas funções, bem como da sua articulação com as responsabilidades do Governo, quero dizer que, em sede de especialidade, teremos oportunidade de acertar as redacções finais dos textos e do articulado. Em todo o caso, o presidente do conselho consultivo deverá ter, efectivamente, algumas funções, não poderá ser um mero presidente formal.

Portanto, em minha opinião, independentemente de o conselho consultivo estar suficientemente explicitado no projecto de lei e sem prejuízo da capacidade do Governo, concretamente do ministro da tutela, para o convocar, se o conselho consultivo vier a ter um presidente e esse presidente não for o ministro é óbvio que também deverá ter poderes para convocar o conselho. Mas, obviamente, o regulamento do conselho, depois, definirá os termos e a forma como o conselho funcionará.

No que diz respeito aos corpos de bombeiros florestais, penso que deverão estar articulados com os corpos de bombeiros voluntários municipais que existem em cada

zona, mas no quadro de uma política geral comum de orientação e especialização para a intervenção na área florestal, que, como sabemos, é uma área muito específica e que exige uma especialização muito particular. Aliás, daí o nosso interesse em que os corpos de bombeiros florestais se vão especializando, sem prejuízo — e aproveito para o dizer — do reconhecimento que deve merecer o esforço heróico e meritório de todos os bombeiros deste país, sem exceção, nos períodos de combate aos fogos, muitas vezes sem meios e sem a especialização necessária para esse efeito.

O Sr. José Calçada (PCP): — Muito bem!

O Orador: — Sr. Deputado Gavino Paixão, é evidente que a floresta tem várias funções e pensamos que importa articular a chamada floresta de produção com a floresta de protecção. Em todo o caso, há lugar, em Portugal, para uma floresta de produção. Aliás, até há lugar para o eucalipto, nós não somos inimigos do eucalipto, da árvore, somos inimigos, sim, do local onde ela é colocada, somos inimigos da falta de ordenamento do território e de ordenamento florestal que levou a esta anarquiação, digamos assim, da expansão florestal em Portugal.

De qualquer forma, entendemos que as funções sociais, ambientais e de lazer, e até de povoamento do mundo rural, que cabem à floresta, e que são essenciais, bem como as funções de protecção dos próprios recursos hídricos, não devem ficar subordinadas aos interesses privados da floresta, sobretudo aos interesses económicos dominantes que atravessam a floresta. Daí termos referido, no nosso projecto, uma fórmula que o Governo não avança, que é a do interesse público da floresta. Esta fórmula, em que estabelecemos que a floresta é de interesse público, encerra a ideia que acabei de referir ao Sr. Deputado.

Relativamente à existência de um conselho interministerial, teremos oportunidade de o definir, mas pensamos que tem de haver uma articulação entre os diferentes departamentos do Governo que intervêm nesta matéria e não o que se verifica hoje, pois há três ministérios e várias direcções-gerais de «costas» voltadas uns para os outros, num emaranhado de burocracias e despachos sucessivos. Isto tem de acabar, na medida em que não ajuda os produtores florestais, não ajuda os agentes que intervêm no sector, não ajuda a uma perspectiva equilibrada do desenvolvimento da floresta portuguesa.

A actuação tem de ser articulada, o Ministério da Agricultura tem um papel fundamental como *pivot* dessa articulação, o conselho interministerial pode ser um instrumento para ajudar a essa horizontalidade. Aliás, tenho a ideia de que essa solução não é inovadora, de algum modo já existe, não sei se institucionalizada ou não, mas, na prática, não tem tido grande eficácia. De qualquer modo, é algo que não pomos de parte, pois pode ser um instrumento para essa horizontalidade, desde que, no quadro das várias competências, o Ministério da Agricultura se assuma como *pivot* das políticas florestais do País, em articulação, naturalmente, com o Ministério do Ambiente, com o Ministério do Equipamento, do Planeamento e Administração do Território — e estou de acordo em que faça parte do conselho consultivo — e com os outros sectores que intervêm neste processo.

No fundo, Srs. Deputados, o que pensamos é que a importância económica, social e ambiental da floresta portuguesa, como recurso natural do País, impõe urgentemente uma lei de bases. Mas — atenção! —, a lei de bases não é a varinha mágica, a lei de bases é um quadro orientador

muito importante, estratégico, que, depois, precisa de ser regulamentado e de instrumentos financeiros para ser posto em prática.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — É este conjunto global que traduzirá ou não uma boa política florestal para o País.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Sr. Presidente (João Amaral): — Tem, agora, a palavra o Sr. Ministro da Agricultura, Desenvolvimento Rural e das Pescas para apresentar a proposta de lei do Governo.

O Sr. Ministro da Agricultura, Desenvolvimento Rural e das Pescas (Gomes da Silva): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Seja-me permitido, ao apresentar a proposta do Governo relativa à lei de bases da floresta, começar por enunciar alguns princípios que consideramos essenciais sobre a fileira florestal no nosso país: a floresta nacional está na base de uma das mais importantes fileiras económicas do País, com especial impacto nas regiões mais desfavorecidas, e contribui decisivamente para o desenvolvimento do mundo rural e para o reforço do povoamento rural; os produtos florestais portugueses têm excelentes condições para serem competitivos na Europa, mesmo depois da adesão dos países escandinavos à União Europeia; o uso florestal da terra, em Portugal, não tem de ser conflitual com outras formas de ocupação do solo; os recursos florestais portugueses actuais estão mal geridos, salvo algumas excepções, e a forma como são explorados põe em risco a sua perenidade; sem viabilidade económica dos investimentos florestais, não será possível motivar a gestão activa das matas existentes nem aumentar a qualidade das florestas futuras; todas as grandes decisões, que importa tomar com urgência, devem ter em conta o papel decisivo do produtor florestal; o actual estado da floresta nacional tem-se prolongado por descoordenação e excessiva multiplicidade dos «fazedores da política florestal» e pela incapacidade de fazerem ouvir a sua voz concertada os «utilizadores da política florestal»; a continuação da tendência actual para a delapidação do património e para a perda de competitividade, na fileira florestal, conduzirá inexorável e rapidamente a um colapso económico de graves dimensões em Portugal.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Não é abusivo afirmar que no estado em que se encontra a floresta portuguesa, ela constitui hoje um importante problema nacional, a merecer consideração e consenso alargados, tanto mais quanto o diagnóstico sobre o sector não nos deixa margem de manobra para, sobre ele, fazermos o discurso ideológico, partidário ou fundamentalista.

Seria, assim, de uma extrema ligeireza que, acerca de uma lei de bases, não chegássemos a um entendimento fundamental sobre as traves-mestras de um diploma que marcará, de forma decisiva, o ordenamento do território, a conservação dos recursos e o bem-estar das populações rurais. As gerações vindouras não nos poupariam, se, porventura, recebessem um património natural e florestal em estado de degradação irreversível.

O Sr. Francisco Camilo (PS): — Muito bem!

O Orador: — Justamente por isso, quero congratular-me com os projectos de lei das bancadas do PSD e do

PCP, cujas preocupações, princípios e objectivos expressam, em geral, precisamente a vontade de iniciar, finalmente, em Portugal, um novo ciclo de desenvolvimento da floresta portuguesa, desta vez ordenado, programado, rigoroso e sustentado. Um novo ciclo que suspenda e inverta a tendência actualmente verificada para a degradação e mesmo destruição dos povoamentos florestais.

A acentuada pressão sobre os recursos lenhosos, que tem levado à descapitalização dos povoamentos de pinho e eucalipto, a lenta mas inexorável mortandade dos montados de sobre e azinho, a extensão dos fogos florestais, diminuindo drasticamente existências e acréscimos, a generalizada insuficiência de instrumentos de planeamento da gestão florestal no património privado ou a ausência efectiva de aplicação de normas silvícolas mínimas, constituem preocupantes exemplos caracterizadores daquela tendência.

O Sr. Joel Hasse Ferreira (PS): — Muito bem!

O Orador: — O estabelecimento de objectivos claros ao nível da fileira, que contemplam, para além da floresta, tudo aquilo que se passa a jusante, seja em termos económicos, sociais ou ambientais, é hoje, assim, uma necessidade claramente sentida por todos os que intervêm no sector.

É consensual, desde há muito tempo, que constituem objectivos orientadores de uma política florestal nacional a valorização do património florestal, com vista à optimização dos bens e serviços que o mesmo pode proporcionar, e a promoção do uso florestal múltiplo dos espaços florestais.

Neste sentido, a política florestal seguida no último século conduziu a um crescimento constante da cobertura florestal do País, sem que, contudo, a este crescimento tenha correspondido a adopção de medidas reguladoras da sua expansão e exploração.

A floresta nacional encontra-se, assim, fortemente diminuída no seu potencial produtivo, em resultado de práticas silvícolas incorrectas ou inexistentes, muito vulnerável em termos de defesa, nomeadamente contra incêndios, com uma gestão que não obedece às mais elementares normas de ordenamento, carente de infra-estruturas de apoio às explorações e marcada pela ausência de uma estratégia nacional consensualmente adoptada e no respeito pelo ordenamento do território.

Como resultado, e para além de condições ambientais preocupantes, a fileira florestal atravessa, porventura, a sua crise mais grave de sempre. São nela evidentes os efeitos sinérgicos de uma crise cíclica de carácter conjuntural de nível mundial e de uma já anunciada, mas sempre recusada, crise estrutural e de origem meramente interna.

É claro que a diferença entre a floresta de hoje — que ameaça falhar o abastecimento das indústrias transformadoras e não satisfazer plenamente as necessidades de uma maior biodiversidade — e a floresta de amanhã, deve ser marcada pela prática de uma gestão florestal activa do património florestal privado.

O enquadramento político, legislativo e administrativo da floresta portuguesa constitui assim tarefa inadiável que se pretende vir a realizar com a lei de bases da floresta, que resultará aprovada por este Parlamento após a discussão das propostas apresentadas.

Com ela pretendemos criar os alicerces para uma revisão global da legislação dispersa, e por vezes contraditória, actualmente em vigor, por forma a obter a base legal que enquadre e dinamize, de modo concertado, o desenvolvimento sustentável da fileira florestal.

O Sr. António Martinho (PS): — Muito bem!

O Orador: — Neste sentido, de resto, a proposta do Governo é intencionalmente uma proposta aberta, sem pretensões, regulamentadoras nesta fase. Trata-se de uma proposta programática, de orientação e princípios, a partir da qual se virá a desenvolver, por regulamentação subsequente, todo o edifício legal para o sector florestal.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Estabeleceu-se como objectivo prioritário fundamental da presente proposta de lei o garantir uma gestão efectiva de toda a área florestal do País. Consideramos que é um aspecto prioritário!

O princípio da responsabilização dos detentores de áreas florestais pela conservação dos recursos naturais que utilizam, de que decorre, naturalmente, a obrigatoriedade da prática de operações silvícolas mínimas consideradas necessárias à conservação desses recursos, ditou: primeiro, a definição da figura dos planos regionais de ordenamento florestal, consagrando, por um lado, a avaliação das potencialidades dos espaços florestais do ponto de vista dos seus usos dominantes e, por outro, a identificação dos modelos de silvicultura e de gestão dos recursos mais adequados; segundo, o estabelecimento de planos de gestão florestal a que se submeterão as matas públicas e as privadas acima de uma determinada dimensão.

No âmbito da conservação e da protecção florestal dois assuntos merecem, pela sua acuidade, particular destaque: o da defesa da floresta contra os incêndios e o da preservação dos montados de sobre e azinho.

As condições climáticas próprias do nosso país são factor determinante e incontornável da ocorrência dos incêndios florestais. A dimensão que actualmente eles assumem encontram, no entanto, explicação numa multiplicidade de factores, dos quais ressalta a situação particular do nosso mundo rural, caracterizada pelo gradual abandono da actividade agrícola, pelo despovoamento e pelo envelhecimento da população remanescente, que por sua vez explicam, pelo menos parcialmente, o seu quase total alheamento da defesa activa da floresta.

A estrutura florestal minifundiária, a sua reduzida diversidade específica e a quase generalizada ausência de práticas de condução resultam em risco de incêndio acrescido.

Alguns destes factores de risco poderão e deverão ser ultrapassados através de uma política florestal efectiva, que responsabilize os detentores das áreas florestais pela execução de práticas activas de gestão florestal e de uma silvicultura preventiva, e pela acrescida diversidade dos ecossistemas florestais. Os planos de ordenamento florestal consagrados nesta proposta de lei deverão constituir instrumento essencial dessa mudança.

Trata-se, naturalmente, de uma resposta de cariz estrutural que, embora seja premente, só permitirá efeitos de longo prazo, razão por que se não pode de forma alguma descurar o combate imediato a este grave problema com que o País se confronta todos os verões.

Tendo o problema dos incêndios florestais atingido a dimensão e a gravidade que hoje se verificam, que claramente apontam para a ineficácia do actual modelo de organização da administração em matéria de defesa contra incêndios, nesta proposta são estabelecidos os princípios que conduzem à redefinição das competências dos diversos órgãos com responsabilidades nesta área, bem como da estrutura organizativa vigente.

Para tal, considera-se essencial: a criação de uma estrutura de planeamento e coordenação da defesa contra os incêndios florestais, com órgãos hierarquicamente definidos, funcionando no âmbito do Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e das Pescas, como afirmação da

estreita ligação entre a política florestal e as medidas de defesa contra incêndios, enquanto suas componentes; a mobilização das comunidades rurais e de variadas organizações sociais ao processo de defesa activa da floresta contra incêndios, alterando a situação que hoje se verifica, em que assumem um papel mais de espectadores do que de actores.

Quanto aos montados de sobre e azinho, eles são ecossistemas agrários de particular importância sócio-económica e ambiental, particularmente afectados por pressões de origem antropogénica que determinaram o seu preocupante declínio. E estabelecido nesta proposta de lei um plano específico de conservação e desenvolvimento, visando a definição de uma estratégia de gestão sustentável destes ecossistemas, numa óptica de produção de bens, de fixação de populações e de conservação da sua biodiversidade.

No âmbito do fomento florestal, e reafirmando uma estratégia continuadamente prosseguida nas últimas décadas, o Estado apoiará as diversas iniciativas que se enquadrem numa orientação de valorização e expansão do património florestal, para o que se estabelecem os necessários instrumentos financeiros adequados aos horizontes temporais inerentes ao investimento florestal.

Para a prossecução destas ações estão previstos: um fundo financeiro permanente, destinado a apoiar medidas de fomento florestal e a financiar projectos de rearborização de áreas percorridas por incêndios; um quadro de incentivos fiscais de estímulo ao associativismo e ao emparcelamento florestal e, ainda, ao auto-financiamento; um seguro florestal obrigatório da arborização, aplicável a todas as áreas florestais que sejam objecto de financiamento público, posteriormente extensível, de forma gradual, a todas as arborizações.

Por último, e no que se refere à reorganização florestal do Estado e com a finalidade de garantir a efectiva articulação das diferentes entidades da administração bem como promover a participação dos diferentes grupos sociais e profissionais, é proposto, por um lado, a criação de uma comissão interministerial para os assuntos da floresta, coordenada pelo Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e das Pescas, com a finalidade de garantir uma efectiva articulação entre as diferentes políticas sectoriais com incidências no sector florestal e, por outro, a criação de um conselho consultivo florestal que, integrando representantes de todas as organizações e instituições com interesses ligados ao sector florestal, garanta a sua participação na concepção e concretização das medidas de política florestal.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: A leitura das três propostas de diploma apresentadas a esta Câmara leva-me a concluir que todos damos por adquiridos alguns princípios e conceitos essenciais para a estruturação de uma lei de bases da floresta. Permitam-me que sublinhe os seguintes: primeiro, a unidade do quadro legislativo e regulamentar que esta lei irá, necessariamente, suscitar; segundo, a floresta de uso múltiplo, o reforço da biodiversidade, a diversificação e a pluriactividade, a fixação da população rural, a complementariedade de rendimento, como princípios básicos a defender e a promover no espaço rural; terceiro, o estabelecimento de um «código de boa conduta» em matéria de ordenamento, gestão, conservação e práticas silvícolas amigas do ambiente; quarto, a opção por instrumentos de política florestal em matéria de ordenamento, gestão e conservação, como são os planos regionais de ordenamento florestal e os planos globais de gestão, enquanto instrumentos de uma gestão florestal activa do

património florestal; quinto, a promoção da fileira florestal como objectivo de política e como quadro orientador para a organização interprofissional do sector; sexto, a opção pelos instrumentos de crédito, financeiros, fiscais e seguradores como elementos constituintes dos respectivos sistemas de incentivos; sétimo, a promoção de um quadro institucional e sócio-organizativo que privilegie e favoreça o associativismo, a parceria público-privado, os contratos-programa de assistência técnica e investigação florestal, devidamente orientados, os programas de educação ambiental e florestal para a defesa e prevenção dos riscos florestais;

O Sr. António Martinho (PS): — Muito bem!

O Orador: — ... e, por último, a atenção especial dirigida para problemas específicos da nossa floresta, a merecerem tratamento cautelar e medidas de urgência, como são o montado e a reposição do património florestal delapidado pelo fogo, entre outros.

Estes são, a traço grosso, os elementos que podem fazer o consenso entre as três propostas apresentadas, dado que eles resumem, em nossa opinião, o essencial das linhas programáticas do seu conteúdo.

O Sr. António Martinho (PS): — Muito bem!

O Orador: — Tendo-os por base, acreditamos ser possível construir uma lei de bases da floresta que constitua o quadro legal imprescindível e hoje inexistente para o desenvolvimento sustentado da fileira florestal em Portugal.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: A terminar, gostaria de sublinhar a relevância crescente da floresta enquanto bem público de utilidade social e ambiental irrecusável, apelando para a responsabilidade colectiva dos seus detentores, públicos ou privados.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — A floresta produz bens, serviços e o que poderíamos designar de «amenidades». Ao Estado e à Administração compete zelar pelo equilíbrio desta pluralidade de funções. Para este efeito, é necessário, igualmente, que façamos uma lei-quadro simples e clara, assente em princípios e objectivos que todos possam entender e aceitar.

Uma lei-quadro deve pretender fazer pedagogia. Só assim conseguiremos que os diplomas regulamentadores sejam igualmente simples e transparentes. Por isso, apelo mais uma vez ao consenso em torno do fundamental, manifestando, desde já, a minha abertura para, em conjunto, podermos salvaguardar os aspectos essenciais que garantam a correcta utilização da floresta portuguesa e permitam à sua manutenção como património para as gerações vindouras, com a consciência plena de que não somos os donos da terra mas apenas os viajantes a quem ela foi emprestada por algum tempo.

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente (João Amaral): — Sr. Ministro, inscreveram-se, para pedir esclarecimentos, os Srs. Deputados Carlos Neto, Lino de Carvalho, Carlos Duarte e Heloísa Apolónia.

Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Neto.

O Sr. Carlos Neto (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, Srs. Deputados: Permitam-me que refira que foi dito

há pouco uma coisa que, no mínimo, considero muito complicada. O Sr. Deputado Roleira Marinho, quando questionado sobre a exequibilidade de uma medida contemplada no seu projecto de lei, disse, grossó modo, o seguinte: «também aqueles senhores...» — e apontava para a bancada do PS — «..., no passado, diziam e propunham coisas que nem sempre tinham exequibilidade». Entendemos, Srs. Deputados, que esta não é a forma mais correcta de fazer política.

O Sr. António Martinho (PS): — Eles andam muito esquecidos!

O Orador: — Sr. Ministro, em relação aos seguros florestais, gostaria de lhe colocar a seguinte questão: pensa V. Ex.^a apoiar financeiramente os proprietários para permitir que eles venham a fazer seguros florestais? É que não acredito que do rendimento das florestas consigam sair meios que permitem pagar os prémios que as seguradoras vão pedir.

Há pouco, o Sr. Deputado Lino de Carvalho referiu-se ao fundo financeiro para a área da floresta e, de facto, a proposta de lei do Governo diz como se gastam as verbas mas não diz de onde é que elas vêm.

Sr. Ministro, Portugal é dos países que tem uma das maiores taxas de área ardida da Europa, qualquer coisa como 2,5%/ano. Uma das medidas que V. Ex.^a propõe é dar ao Ministério da Agricultura competências de «planeamento e coordenação das acções de prevenção, detecção e combate aos incêndios florestais». Pensa V. Ex.^a que esta medida, juntamente com as outras que referiu, são suficientes para acabar com este flagelo que são os incêndios? Será que o caminho também não passa pelo aumento das penas dos criminosos que são capturados?

O Sr. Presidente (João Amaral): — Dado que o Sr. Ministro deseja responder em conjunto às questões colocadas, tem agora a palavra o Sr. Deputado Lino de Carvalho.

O Sr. Lino de Carvalho (PCP): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, sublinho a abertura que manifestou para, com base naquilo que enunciou, no seu entendimento, serem os pontos de consenso, se encontrar uma lei de bases que sirva os interesses da floresta portuguesa, dos produtores florestais, em suma, do País. Sublinho-o, mas obviamente outra coisa não se podia esperar dado que o Partido Socialista só por si, sozinho, não pode fazer uma lei de bases da floresta portuguesa, aqui, neste hemiciclo, sem procurar esse consenso e essa abertura com as outras forças políticas.

De qualquer modo, Sr. Ministro, uma proposta aberta, como referiu, e um documento — para citar o que leu — assente em princípios e objectivos claros, que todos possam entender, não tem de ser, necessariamente, uma proposta tão genérica que, a certa altura, esteja esvaziada, na prática, de orientações principais e que possa até ser contrariada em sede de regulamentação, sobretudo se esta não assumir a forma de decreto-lei, como não está proposto no texto apresentado pelo Governo.

E há, de facto, aspectos que, para além de genéricos, são omissos. O Sr. Ministro sublinhou, no seu discurso, a importância da floresta enquanto bem público de utilidade social. Quero, no entanto, recordar-lhe que este conceito de interesse público da floresta que, quanto a mim, é fundamental para depois definir as políticas que se vão implementar, não está na proposta de lei apresentada pelo Governo. Portanto, parto do princípio de que, usando o Sr. Ministro essa expressão que não está na proposta de

lei, este seja um dos pontos em que, não havendo os tais consensos, há contudo disponibilidade do Governo para o introduzir no texto final que será elaborado.

A segunda questão tem a ver com uma outra omissão que consideramos muito importante, que está quer no nosso projecto quer no do PSD mas não está na proposta de lei apresentada pelo Governo, e que tem a ver com a reestruturação fundiária da floresta portuguesa, que é diferente da reestruturação das explorações. São duas coisas diferentes, como o Sr. Ministro bem sabe.

É evidente que trabalhar para reduzir esta pulverização da floresta portuguesa — que não é nada fácil — através de medidas de emparcelamento, de dimensionamento fundiário... Quero, pois, perguntar ao Governo se esta é uma das questões para a qual seja possível também estabelecer, em sede de especialidade, pontos de consenso para que, a par da reestruturação das explorações, a reestruturação fundiária seja também um elemento a fazer parte da lei final que venha a sair da Assembleia da República.

O Governo também não faz referência, na sua proposta de lei, a um elemento importante da vida florestal nacional, que são as comunidades de baldios. Refere-se às matas comunitárias, enquanto submetidas a projectos de ordenamento, mas depois não o faz mais à frente quando fala nas organizações e no estímulo às organizações. Penso que esta é uma omissão não só na vossa proposta mas também na do PSD e que é necessário dar maior importância aos conselhos de baldios.

Há ainda uma outra questão que já foquei na minha intervenção, e que foi igualmente referida pelo Sr. Deputado do CDS-PP, que é a seguinte: cria-se um fundo financeiro, mas o Governo não diz onde é que vai buscar esse fundo financeiro, qual é a origem desse fundo. São receitas fiscais? É, como propõe o PSD, o resultado de uma intervenção compulsiva do Estado em explorações florestais onde é necessário intervir, no quadro dos planos regionais de ordenamento?

Por último, Sr. Ministro, o Governo também fala nestes planos regionais de ordenamento mas nunca nos diz qual é o seu carácter vinculativo. Para o PCP e para o PSD, no quadro de um diálogo e de uma articulação com os produtores, são vinculativos. Isto é, os produtores regionais têm de subordinar-se a esses planos regionais de ordenamento, partindo do princípio de que eles também são feitos com base no diálogo com as partes interessadas. O Governo não refere esta questão, pelo que quero saber qual a natureza, o grau de vinculação que, no seu entender, os planos regionais de ordenamento devem ter no quadro da lei florestal.

Estou convencido de que se em relação a esses pontos que o Sr. Ministro não enunciou for possível encontrar respostas abertas será possível termos uma lei final feita por consenso.

O Sr. Presidente (João Amaral): — Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Duarte.

O Sr. Carlos Duarte (PSD): — Sr. Presidente, antes de colocar uma pergunta ao Sr. Ministro quero dirigir-me à bancada do Partido Popular no sentido de esclarecer que aquilo que o Sr. Deputado Carlos Neto disse em relação às afirmações do meu colega não corresponde à verdade. O Sr. Deputado adulterou um pouco o sentido, o contexto e as palavras proferidas.

Quanto ao seguro obrigatório, saiba V. Ex.^a que no nosso projecto de lei o seguro só é obrigatório quando

há financiamento público, quando há apoio público ao investimento privado.

O Sr. Carlos Neto (CDS-PP): — Mas depois vai estender isso ao resto!

O Orador: — Sr. Ministro, não posso deixar de realçar e registar a intervenção que hoje aqui fez. O equilíbrio, a fundamentação, a correção da sua intervenção merece da nossa parte registo e fazemos votos para que a bancada do Partido Socialista a tenha ouvido. Penso que isso foi extremamente importante para que possam aprender alguma coisa no futuro, no sentido de se enquadrar aquilo que pode ser um grande consenso nacional em relação a algumas prioridades estratégicas no sector agrícola e também no sector florestal.

Não é por acaso que o Partido Socialista, desde 1987/1988, nunca mais apresentou projectos relativos a esta área. Depois dos projectos apresentados pelo Professor Azevedo Gomes, condenados por expectativa...

Vozes do PS: — Isso não é verdade!

O Orador: — No ano passado apresentou um projecto de lei de bases da política agrícola que nem sequer se referia à floresta, ao contrário da proposta de lei apresentada pelo governo da altura e do projecto de lei do PCP.

Ainda bem, pois, que o Governo apresentou esta proposta, que, sendo demasiado vaga e genérica, necessita de ser aperfeiçoada em sede de especialidade na comissão. Na nossa perspectiva, o Governo, uma vez apresentado o projecto de lei do PSD, apressou-se a elaborar esta proposta de lei e daí não ter eventualmente aprofundado todas as vertentes deste sector. Penso que seria importante que o Governo, aquando da discussão pública que a Comissão de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas vai desencadear, contribuísse com aquilo que entender como necessário para que a lei seja o mais equilibrada possível e corresponda àquilo que são as necessidades do sector, o que já é consensual entre as várias forças políticas.

Entretanto, quero colocar duas perguntas. A primeira prende-se com a Comissão Interministerial para os Assuntos Florestais. Sr. Ministro, essa Comissão está criada pelo Decreto-Lei n.º 118/88, de 20 de Abril, portanto já existe há oito anos. Penso, pois, que é relutante mantê-la nesta proposta de lei.

A segunda pergunta tem a ver com o fundo financeiro mencionado na proposta de lei. Gostaria de saber quem é que financia esse fundo e quem o gere. Tal como em outras situações referidas na proposta de lei, creio que esta também é demasiado genérica e vaga e que precisa de alguns esclarecimentos.

O Sr. Joel Hasse Ferreira (PS): — Sr. Presidente, peço a palavra.

O Sr. Presidente (João Amaral): — Para que efeito, Sr. Deputado?

O Sr. Joel Hasse Ferreira (PS): — Para exercer o direito de defesa da honra e consideração da minha bancada.

O Sr. Presidente (João Amaral): — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. Joel Hasse Ferreira (PS): — Sr. Presidente, não só apoiamos o discurso do Sr. Ministro como registamos que há Deputados do PSD que estão de acordo com ele

mas que se esqueceram de o aplaudir. Registamos essa abertura de espírito, esse aplauso, mas vamos ainda mais longe: até interpretarmos esse aplauso como autocritica face à inacção dos anteriores governos do PSD na área da agricultura.

O Sr. Presidente (João Amaral): — Para dar explicações, tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Duarte.

O Sr. Carlos Duarte (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Muito rapidamente, quero apenas dizer que não foi feita nenhuma defesa da honra mas registo que o Partido Socialista considera uma ofensa quando reconhecemos que um membro do Governo conhece os assuntos, os *dossiers*, ao contrário do que acontecia tradicionalmente com pessoas dessa bancada. Ou seja, o Partido Socialista está habituado a que haja outra postura por parte dos seus agentes políticos.

Para nós é normal criticarmos quando temos de criticar...

O Sr. Joel Hasse Ferreira (PS): — O vosso azar é que este Ministro sabe de agricultura.

O Orador: — ..., quando temos de elogiar e realçar a intervenção de qualquer agente político, seja ou não da nossa bancada, também o fazemos.

O Sr. Joel Hasse Ferreira (PS): — Mas não o aplaudiram!

O Orador: — Nesse sentido, registamos a ofensa da honra que o Sr. Deputado Joel Hasse Ferreira agora expressou.

O Sr. Presidente (João Amaral): — Ainda para pedir esclarecimentos ao Sr. Ministro, tem a palavra a Sr.^a Deputada Heloísa Apolónia.

A Sr.^a Heloísa Apolónia (Os Verdes): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, face à florestação indiscriminada, ao desrespeito pelas características do nosso clima e dos nossos solos, ao desrespeito sucessivo pelos impactes ambientais de uma área eucaliptizada de cerca de 650 mil hectares, quando até parte significativa dessa área é da reserva agrícola nacional e da reserva ecológica nacional, à substituição intensiva de áreas de florestação tradicional, não é de descutar também um dado significativo: parte da área plantada ou substituída na euforia do eucalipto está hoje completamente abandonada porque não deu para ser rentabilizada para a produção de pasta de papel.

Perante estes factos, na nossa perspectiva era preciso esclarecer o que é previsível em termos de medidas concretas para o equilíbrio florestal e para a recuperação das nossas espécies autóctones. É que a proposta de lei avança, como já aqui foi referido, com princípios gerais com os quais concordamos — dos quais, aliás, é difícil discordar — mas que não passam de princípios gerais, não sendo portanto esclarecedora nestas questões.

Devo até dizer que uma referência feita nas Grandes Opções do Plano à exploração económica da floresta, numa evidência de floresta industrial, nos causa algumas preocupações.

Gostava ainda que o Sr. Ministro nos esclarecesse claramente se se vai pôr um fim efectivo ou se continuam a abrir-se portas para a plantação intensa de espécies de crescimento rápido como os industriais das celuloses reivindicam.

O Sr. Presidente (João Amaral): — Tem a palavra o Sr. Ministro da Agricultura, Desenvolvimento Rural e das Pescas para responder aos pedidos de esclarecimento.

O Sr. Ministro da Agricultura, Desenvolvimento Rural e das Pescas: — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Agradeço as vossas questões, a que tentarei responder caso a caso, mas duma maneira geral há um aspecto genérico que me parece constante em todas as intervenções e em relação ao qual não posso deixar de fazer um reparo geral também. Refiro-me ao problema de que se fazem afirmações vagas, de princípio, genéricas, etc... Do meu ponto de vista, uma proposta de lei de bases é efectivamente isso, uma proposta de princípios, e estes são o que são e essencialmente não são regulamentadores nem são muito mais do que o enunciado de questões que depois virão a ser regulamentadas.

O trabalho em comissão especializada poderá, no limite — quanto a mim, de uma forma que não seria a melhor —, vir quase que a transformar esta lei de bases numa lei já regulamentada. E digo que não seria a melhor forma porque o problema da floresta, da sua condução e das medidas que lhe são necessárias não é um problema que possa resolvê-se com uma lei e que assim fique resolvido para sempre. Penso que a lei tem um papel fundamental, mas, mais do que uma lei muito concreta e muito específica, o que falta entre nós é uma lei-quadro que permita produzir um sistema legislativo coerente e de acordo com as necessidades sentidas, momento a momento, pela floresta nacional.

É por isso que, como eu disse, o Governo apresenta uma proposta de lei aberta e não regulamentadora, em relação à qual não vemos necessidade de baixar ao pormenor, preferindo que a regulamentação seja feita posteriormente e possa vir a ser alterada, até mais facilmente, de acordo com as necessidades que a floresta, como elemento vivo, vier a apresentar.

Relativamente às perguntas colocadas pelo Sr. Deputado Carlos Neto, diria que é evidente que os seguros florestais só poderão funcionar se houver algum apoio financeiro. Mas isso é tão evidente que o problema já se colocava na legislação publicada sobre seguros agrícolas que esta acabou de ser regulamentada.

O Sr. António Martinho (PS): — Bem lembrado!

O Orador: — O problema florestal é, indiscutivelmente, ainda mais complicado e, portanto, certamente que por maioria de razão, qualquer regulamentação de seguros florestais terá de ter em conta um apoio financeiro para que o custo do prémio seja compatível com a capacidade económica gerada pelo próprio bem.

No que se refere aos incêndios, é evidente que, para os combater, nenhuma medida é suficiente, mas, em meu entender, não será um aumento das penas que resolverá esse problema. E não será, pela simples razão, diria, de que nunca vi que fosse encontrado qualquer incendiário de um incêndio florestal. Será um exagero de linguagem e algumas vezes acontece que se noticia que foram encontrados dois ou três indivíduos, que tinham isto e mais aquilo e foram levados pela Guarda Nacional Republicana ao posto local. A verdade é que não acredito que o aumento das penas resolva o que quer que seja do ponto de vista do incêndio florestal. Não é fácil determinar, identificar e responsabilizar o incendiário, admitindo — o que não é lícito — que todos os incêndios ou a sua maioria resultem de actos de fogo posto, o que é diferente de dizer que possam resultar, em muitos casos, de actos irreflectidos ou de menos cuidado no trato humano com a floresta. Mas, sinceramente, não creio que o aumento das penas viesse resolver grande coisa. Penso, sim, que, do ordenamento

florestal e de uma política de ensino de tratamento do homem com a floresta, poderemos colher um controle mais acentuado dos fogos florestais.

Agora, como eu disse há pouco, não nos iludamos: o nosso clima e as características das nossas florestas serão sempre, normal e naturalmente, propícias ao aparecimento do fogo.

Ao Sr. Deputado Lino de Carvalho, um pouco a título de graça pessoal para consigo, diria que não seria de esperar outra coisa quanto à abertura do Governo, porque o Partido Socialista sozinho não pode fazer uma lei. Mas já agora autorize-me a dizer que também não seria de esperar outra coisa de uma proposta feita pelo Ministro da Agricultura, mesmo que o Partido Socialista tivesse a maioria absoluta nesta Câmara. Mas este é apenas um cumprimento simpático, não é mais do que isso.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Sr. António Martinho (PS): — Esta é a diferença de comportamento!

O Orador: — No que se refere ao conjunto dos seus comentários, não tenho dúvida nenhuma em dizer que, face a todos eles, a posição do Governo é aberta e de considerar as propostas finais que vierem a ser realizadas. Nomeadamente, gostava de referir o problema da estrutura fundiária e o dos baldios, que são efectivamente dois pontos importantes.

É claro que há uma dificuldade enorme em mexer na estrutura fundiária florestal, ainda mais do que na estrutura fundiária agrícola — e visitei há bem pouco tempo o Vale do Mondego onde se está a fazer um trabalho notável de emparcelamento e que, ao fim de um esforço enorme, se conseguiu uma parcela com um hectare e meio, como aquela em que tive a honra de ser protagonista na entrega a um agricultor —, mas o que poder ser feito penso que o deve ser. Em todo o caso, creio sinceramente que, no domínio florestal, conseguiremos mais rapidamente obter resultados pela agregação da exploração florestal, isto é, pela utilização das organizações de produtores que associam as suas diversas parcelas sem fazer qualquer alteração no domínio da propriedade. Mas estou totalmente aberto a ter uma hipótese de consideração de emparcelamento na área florestal.

Quanto aos baldios, é uma questão indiscutivelmente importante que pode vir a ficar referida.

Em relação ao bem público, digo, sinceramente, que é uma questão meramente semântica, é talvez a simpatia por uma ou outra forma de dizer, porque quando se refere no diploma que se trata de visar a satisfação das necessidades presentes e futuras da sociedade num quadro de ordenamento do território, se isto não é, efectivamente, o bem público, não é outra coisa. Não vejo grande problema nesse aspecto, mas penso que o trabalho que resultar da discussão final será, certamente, aceite.

Não gostaria, em todo o caso — e peço-vos, Srs. Deputados, que o considerem no momento da redacção final do texto —, que a designação de bem público possa resultar numa desresponsabilização dos privados, isto é, de todos nós, na articulação e na gestão de um determinado bem. Em Portugal, há uma certa tendência para pensar que o que é público é dos outros, nunca é nosso, em última análise que é do Estado e ao Estado compete. Se me permitem a sugestão — e é uma intromissão nos vossos trabalhos, mas faço-a com plena consciência e, portanto,

peço-vos desde já que só como sugestão a considerem — , diria, antes, que é um bem colectivo, um bem de todos nós e não tanto um bem público, na terminologia que é normal usar em Portugal.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Quanto ao fundo financeiro, do meu ponto de vista é claramente um problema de regulamentação. Penso que há várias formas de atingir o fundo financeiro e que deve ser estudado, analisado e legislado em sede regulamentar, para, inclusivamente, poder adaptar-se às possibilidades que, momento a momento, possam surgir. E é, de forma indiscutível — não vale a pena escondê-lo — , uma das situações difíceis, porque, quando se trata de verbas, normalmente elas não abundam e têm prioridades muito divergentes.

Quanto à vinculação dos planos, penso que eles devem ser...

O Sr. Presidente (João Amaral): — Sr. Ministro, peço-lhe que tenha em atenção o tempo.

O Orador: — Com certeza, Sr. Presidente.

Como estava a dizer, quanto à vinculação dos planos, penso que eles deverão ser também definidos em sede regulamentar, mas creio que alguma vinculação terá de existir, sob pena de serem totalmente inúteis.

No que se refere às questões levantadas pelo Sr. Deputado Carlos Duarte, direi que não foi por termos apresentado à pressa a proposta de lei que ela não foi aprofundada; ela estava, aliás, perfeitamente pronta. Só que teríamos tido um *timing* diferente: fá-la-famos ainda passar pelas associações principais interessadas, antes de a apresentar, mas não há qualquer problema porque a discussão pública far-se-á a seguir. Penso que a comissão ministerial deverá ser redefinida, principalmente para ser centrada no Ministério da Agricultura — esse é um aspecto fundamental da nossa proposta.

Quanto ao fundo financeiro, a resposta já foi dada ao Sr. Deputado Lino de Carvalho.

À Sr.^a Deputada Heloisa Apolónia direi que é indiscutível que o equilíbrio florestal é um aspecto importante, que, aliás, vem referido ao longo da proposta de lei. No entanto, repetiria as palavras do Sr. Deputado Lino de Carvalho: não sou contra os eucaliptos mas, sim, contra a forma como eles são utilizados em certas condições.

Portanto, não sou capaz de dizer, neste momento, que se põe um fim efectivo às espécies de crescimento rápido. Penso que não é uma forma de tratar o problema e que deveremos, na forma regulamentar, preservar os aspectos relacionados com a agressão ambiental que qualquer espécie florestal possa provocar, mas não criar soluções absolutas à partida.

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente (João Amaral): — Sr. Ministro da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas, durante a sua resposta, o Partido Socialista cedeu ao Governo algum do tempo de que dispunha, pelo que, se pretender, poderá usar de novo da palavra.

Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado António Martinho.

O Sr. António Martinho (PS): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.^{as} e Srs. Deputados: O debate que

hoje tem lugar verifica-se com um atraso significativo, se tivermos em conta a verdadeira realidade do sector florestal em Portugal, com a descaracterização e o abandono a que foi votado nos anos recentes, por um lado, e a sua importância para a economia nacional, por outro.

Uma leitura mais ligeira das três iniciativas legislativas poderia levar-nos a concluir que há um certo consenso nas mesmas. Todavia, numa análise mais cuidada, vemos que não é bem assim, pois as premissas são diferentes, bem como a atitude face ao diagnóstico.

Na verdade, o PSD deixou sempre as coisas como estavam, enquanto o PCP teve, nesta matéria, agora como ontem, uma atitude construtiva. O Governo foi coerente. Feito o diagnóstico, avança com soluções, partindo da convicção da importância da floresta para o desenvolvimento do País. O que o Governo do PSD não soube ou não quis fazer em 10 anos, fez este Governo em 5 meses,...

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — ... em coerência com o programa eleitoral do PS e com o Programa do Governo apresentado a esta Câmara.

Ali se diz que «O PS erigirá o aproveitamento e gestão dos recursos hídricos e a valorização e desenvolvimento da fileira florestal como primeiras prioridades da política agrícola». A publicação de uma lei-quadro do desenvolvimento florestal é uma das primeiras medidas previstas. Esta é uma opção política diferente, demonstrativa, também ela, de uma nova política para a agricultura e o desenvolvimento rural.

Facilmente se aceita a importância deste recurso, por sinal, renovável, para o País, pela área que ocupa, pelo valor na produção da riqueza nacional, pelas implicações ambientais e sociais que a ela estão ligadas. Não pode esquecer-se que, no mundo rural, a floresta é uma importante fonte de rendimento das populações e o seu papel ambiental justifica plenamente que a correcta conservação, valorização e desenvolvimento do património florestal constitui uma expressão da solidariedade entre o mundo rural e o mundo urbano.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Os números exprimem bem a importância da floresta na Europa comunitária. A superfície arborizada, há poucos anos atrás, aproximava-se dos 55 milhões de ha, o que equivalia a 40% da superfície agrícola cultivada. Por outro lado, a União Europeia é o segundo consumidor mundial de matérias-primas florestais, com uma taxa de auto-suficiência de apenas 50%.

Esta é uma razão acrescida para a procura de soluções que levem ao melhor aproveitamento possível dos poucos mais de três milhões de hectares de áreas florestais existentes em Portugal.

Desta realidade, mas também do reconhecimento dos riscos a que a floresta está sujeita — incêndios, doenças e pragas que atacam os nossos ecossistemas —, assim como da constatação da existência de um conjunto de constrangimentos de ordem social e económico, tais como uma floresta pulverizada por cerca de 500 000 proprietários, na sua maioria não verdadeiramente produtores florestais mas absentistas, e a ausência de apoio técnico à gestão privada, resulta a premência de medidas conducentes a:

Aumentar quantitativa e qualitativamente a produção de bens florestais no contexto de uma política de uso múltiplo da floresta;

Criar condições que permitam levar mais longe o processamento industrial dos programas florestais, com vista à obtenção de emprego na indústria e comércio, proporcionando também um aumento nos saldos da balança externa dos produtos desta origem;

Definir uma nova orientação, alicerçada no diagnóstico da situação actual, na avaliação das potencialidades naturais das nossas diversas regiões, na projecção dos valores de consumo interno e externo, estudando, a partir daqui, modelos alternativos para o desenvolvimento florestal e para o parque industrial com ele correlacionado;

Promover o aproveitamento progressivo e racional da energia da radiação solar, do ar, da água e do solo, de forma a garantir a melhoria da produção de bens renováveis e da prestação de serviços relacionados com o desenvolvimento florestal;

Contribuir para um maior desenvolvimento rural, designadamente em zonas de montanha, melhorando o bem-estar dessas comunidades e, assim, estancar ou até inverter o processo de desertificação, ao mesmo tempo que se facilita a conservação da diversidade e a qualidade do meio natural.

Por último, urge criar um quadro institucional dinâmico e inovador, que abranja o conjunto das intervenções sobre o território e onde se integrem as diversas formas de participação consideradas necessárias e imprescindíveis a uma boa política florestal.

São estas e outras medidas que se encontram contempladas na proposta de lei n.º 19/VII, que o Governo apresentou à Assembleia.

Assim, no capítulo I da proposta de lei, constata-se que «A floresta, pela diversidade e natureza dos bens e serviços que proporciona, é reconhecida como um recurso natural renovável, essencial à manutenção de todas as formas de vida, cabendo a todos os cidadãos a responsabilidade de a conservar e proteger».

A floresta é, pois, um bem de todos, necessário a todos e que exige a co-responsabilização de todos. Reconhece-se a necessidade da gestão, de modo sustentável, dos recursos florestais e dos sistemas naturais associados, numa perspectiva de solidariedade intergeracional e num quadro de desenvolvimento rural integrado. Reconhece-se, ainda, o carácter multifuncional da floresta, assim como se adere aos princípios da parceria e da contratualização na definição e concretização da política florestal.

A proposta de lei avança, depois, com as medidas de política florestal, medidas consideradas fundamentais ao desenvolvimento e concretização dos principais objectivos definidos antes. Assim, é clara a opção pelos planos regionais de ordenamento florestal, em articulação com os planos regionais e locais de ordenamento do território. De facto, também neste domínio, a realidade do País é diferenciada.

Avança-se de um modo claro para «a constituição de explorações florestais com dimensão que possibilite ganhos de eficiência na sua gestão», referindo-se o modo de conseguir tal desiderato — incentivos fiscais e financeiros, agrupamento de explorações, emparcelamento de propriedades e desincentivo ao fraccionamento, assim como apoio ao associativismo.

O fomento florestal, a conservação e protecção das florestas são de igual modo contempladas com medidas adequadas. Destaco, neste âmbito, «a instituição de uma estrutura regional e sub-regional com funções de planeamento e coordenação das acções de prevenção, detecção e combate dos incêndios florestais» e o incentivo à participação activa das comunidades rurais, das associações representativas dos produtores e das autarquias nesse

tipo de acções, «assim como o apoio a iniciativas que visem a educação e a sensibilização pública para a importância da floresta».

No que concerne aos «instrumentos de política», remete-se ao Instituto Florestal a responsabilidade directa pelo sector, cria-se uma comissão interministerial «com a finalidade de garantir uma efectiva articulação entre as diferentes políticas sectoriais com incidências no sector florestal» e de avaliar as consequências das medidas tomadas. De igual modo se prevê a criação do Conselho Consultivo Florestal, medida que, associada às que, por exemplo, prevêem a criação e o reforço das organizações de produtores florestais, procura responder à necessidade de garantir a democraticidade das decisões, respeitar a representatividade dos diversos interesses e fomentar a participação e responsabilização dos diferentes parceiros interessados.

A proposta de lei cria também um «fundo financeiro de carácter permanente», que se destina, essencialmente, a apoiar as medidas de fomento florestal e de gestão, conservação e protecção das florestas. Prevêem-se, de igual modo, incentivos fiscais e um sistema de seguros florestais.

Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: A aprovação da lei de bases da política florestal vem de encontro a uma necessidade há muito sentida e põe cobro a uma grave lacuna.

O Governo foi tão rápido quanto possível na elaboração da sua proposta. Dois outros projectos de lei estão em debate sobre a mesma matéria.

Não fosse a pressa, difícil de compreender, do PSD e os contributos seriam, neste momento, mais e potenciadores de enriquecimento do documento final.

A nossa disponibilidade para o diálogo não está em causa. Reconhecemos, no entanto, que as semelhanças e aproximações entre os vários documentos em análise são de nível diferente. O que é preciso é que se avance, tal como o PS e o Governo desejam, para que não se perca mais tempo.

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente (João Amaral): — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Neto.

O Sr. Carlos Neto (CDS-PP): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Estamos perante uma iniciativa legislativa sobre um sector que reputamos de essencial para a vida do País — o sector florestal.

Ao abordar esta matéria, temos de ter a noção exacta de que o que está aqui em jogo não é apenas mais um sector de actividade económica, é, muito mais do que isso, uma matéria com profundas implicações ao nível ambiental, social e cultural.

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

O Orador: — Na verdade, estamos a lidar com um sector particularmente sensível e complexo, o que obriga a um diálogo permanente com todas as entidades que se movimentam nesta área. A falta desta dialéctica deu maus resultados no passado e, para o recordar, aí estão algumas das belas páginas de Aquilino Ribeiro. Esperemos que não se cometa, hoje, o mesmo erro.

O País tem uma vocação claramente florestal e para o concluir não era necessário o estudo Michael Porter. A realidade é a seguinte: hoje, a superfície ocupada pela floresta representa cerca de 37% do território nacional, mas,

segundo alguns estudos, deveria duplicar, através da recuperação de terrenos incultos e marginais para a agricultura.

Temos, no entanto, caminhado no sentido inverso, isto é, a floresta nacional diminui anualmente 40 000 ha, fruto de uma exploração não sustentada dos recursos e dos incêndios que, ciclicamente, assolam as nossas matas.

A manter-se a actual evolução, a floresta e todo o sector nacional de madeira, estarão em ruptura em meados do próximo século. O País passou, assim, de potencial exportador a importador.

No que diz respeito ao regime fundiário, a floresta portuguesa é predominantemente privada, embora 71% dos proprietários disponha, em média, de menos de quatro hectares.

A jusante da produção florestal temos um sector industrial que é constituído por dois importantes núcleos: o primeiro, a indústria da serração, dos aglomerados e da cortiça, situado no interior do País; o segundo, constituído pela indústria da celulose, de capital intensivo, concentrado em sete unidades de produção, localizadas fundamentalmente no litoral.

Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Face ao presente quadro, a concepção de uma política florestal nacional é uma necessidade premente. Perante os grandes desafios que hoje se colocam ao sector florestal, quer a nível interno, quer a nível externo, exige-se uma estratégia que aponte com clareza objectivos e que estes se traduzam num crescimento da área florestal, mas com qualidade, no aumento da eficiência do sector e na conquista da opinião pública para esta causa.

Qualquer política para esta área, no nosso entendimento, jamais poderá pôr em causa a biodiversidade das espécies, a dimensão e qualidade dos recursos aquíferos e a sustentabilidade da exploração florestal.

O Sr. Manuel Monteiro (CDS-PP): — Muito bem!

O Orador: — No entanto, julgamos que o desempenho de tais funções, particularmente no domínio privado, terá de ser objecto de uma compensação equitativa por parte do Estado, sempre que se traduzam em restrições compulsivas à sua normal exploração económica.

Impõe-se, de facto, um enquadramento político-legislativo, que acabe com a produção avulsa de legislação conjuntural, que, dispersa actualmente por seis ministérios, se tem mostrado incapaz de promover um correcto ordenamento florestal do País. Os cidadãos não têm de pagar por via burocrática as ineficiências da máquina do Estado.

A gestão do património florestal deve ser enquadrada por adequados instrumentos de intervenção, que contribuam para o ordenamento, conservação e exploração das florestas, assumindo esta intervenção o estatuto de planos de âmbito regional e local.

Mas para planificar é necessário ter um profundo conhecimento da realidade. Deverá proceder-se, portanto, à actualização dos registos de propriedade e efectuar-se o registo geométrico das mesmas.

Em termos globais, e dado o peso do sector privado, o desenvolvimento do sistema florestal passa necessariamente pelo apoio à floresta privada, nomeadamente às associações de produtores florestais, primeiros agentes de qualquer mudança que se queira operar no sector e que tantas vezes têm sido relegados para segundo plano.

Um outro interlocutor privilegiado para este sector terão de ser as autarquias locais, uma vez que são estas quem mais perto se encontra das populações e, como tal, maior influência pode ter junto dos agentes locais que se movimentam nesta área.

Tendo em conta o regime fundiário existente, torna-se urgente a definição de acções de natureza técnica, fiscal e financeira, que estimulem o redimensionamento das explorações.

É necessário, no entanto, ter em linha de conta as implicações de tais medidas no tipo de povoamento do interior do País, quando este padecer já de uma profunda desertificação humana.

O combate aos incêndios deverá ser uma prioridade. Sobre esta matéria, o Estado tem de ter uma postura clara e incisiva, devendo a aposta ser na prevenção, revitalizando o corpo de guardas florestais e apostando no reordenamento florestal.

Impõe-se, obviamente, uma postura claramente mais dura para os criminosos que «assassinam» as nossas matas.

Nesta estratégia, a limpeza das florestas por parte dos seus proprietários, incluindo o próprio Estado, é algo de fundamental. Há, no entanto, que criar condições para que estas acções não ponham em causa a sustentação do rendimento dos agricultores.

A actividade florestal é uma actividade, na maioria dos casos, de carácter intergeracional, que envolve, como se sabe, grandes riscos. Assim sendo, o seguro de arborização deve ser tendencialmente generalizado a todas as explorações, devendo o Estado garantir uma comparticipação que torne possível a sua realização.

A investigação florestal assume uma relevância estratégica no contexto do desenvolvimento florestal, pelo que urge imprimir um salto qualitativo nesta actividade científica.

Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: A matéria-prima por excelência do nosso país é o produto que sai das nossas matas. Depende de nós a sua correcta utilização, como factor de desenvolvimento de toda uma região, de todo um país.

Aplausos do CDS-PP.

O Sr. Presidente (João Amaral): — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado António Martinho.

Vozes do PSD: — Outra vez!...

O Sr. António Martinho (PS): — Sr. Presidente, os Srs. Deputados do PSD um bocado nervosos por já serem 21 horas, mas nós não temos culpa de a discussão destes diplomas ter sido agendada para hoje, quando já estava agendado um debate tão importante como este, da iniciativa do Partido Popular. Mas, como consideramos, hoje como ontem, que a política florestal é importante para o País, aqui estamos a debatê-la em Plenário.

O Sr. Deputado Carlos Neto fez uma intervenção que me suscitou duas questões muito simples. Como não há uma iniciativa legislativa da parte do Grupo Parlamentar do CDS-PP, quero dizer-lhe, neste momento, que nós, naturalmente, desejamos que o seu grupo parlamentar, também participe no debate na especialidade, até porque tem alguns bons quadros a esse nível, para elaboração da lei de bases do desenvolvimento florestal.

O Sr. Nuno Abecassis (CDS-PP): — Não é por favor, pois não?!

O Sr. Lino de Carvalho (PCP): — É por necessidade de maioria!

O Orador: — É um convite que fazemos, sem favor, Sr. Deputado! Nós não fazemos favores, estamos abertos ao diálogo e dizemo-lo num espírito de convivência democrática, num Parlamento como o nosso que tem um quadro real.

O Sr. Joel Hasse Ferreira (PS): — Até têm uma Sr.^a Deputada de Aveiro que é perita em florestas!

O Orador: — Sr. Deputado Carlos Neto, V. Ex.^a falou no apoio à floresta privada e é um facto que, em Portugal, grande percentagem da floresta é privada, havendo ainda 12 ou 13% de floresta integrada em baldios.

Por isso, pergunto-lhe: quais são as propostas concretas, para além das que já estão aqui referidas na proposta de lei, que VV. Ex.^{as} têm para apoio aos privados nesta situação?

No que se refere ao combate aos incêndios, quero dizer que ele é para nós uma prioridade, como, aliás, já foi aqui referido pelo Sr. Ministro, e a proposta de lei tem aspectos específicos e concretos nessa matéria.

Não está provado, Sr. Deputado, que a maior parte dos incêndios seja de origem criminosa.

O Sr. Antunes da Silva (PSD): — Mas também não está provado o contrário!

O Orador: — O seminário que a Comissão de Agricultura e Mar organizou na legislatura anterior tem comunicações em que isso é afirmado por técnicos, e não por políticos.

O que é importante — e nós constatámo-lo aqui e sublinhamo-lo — é que se faça um trabalho de prevenção de incêndios e que, desde muito cedo, nas escolas junto das nossas comunidades rurais, se faça um trabalho de educação para a prevenção dos incêndios, com o espírito de que a floresta é um bem comum para todos os portugueses, quer vivam no meio rural, quer no meio urbano.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Sr. Presidente (João Amaral): — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Neto.

O Sr. Carlos Neto (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr. Deputado António Martinho, venho de um concelho do interior deste país — o concelho de Maçao —, que, em três anos, perdeu 50% da sua área florestal, e está aí o Sr. Deputado António Reis que o pode testemunhar.

Portanto, desafio V. Ex.^a a ir ao concelho de Maçao e a perguntar às pessoas, que conhecem bem a realidade, porque é que há incêndios. Se calhar, tirará conclusões ligeiramente diferentes daquelas que referiu!

Em relação ao apoio aos produtores florestais privados, há uma questão quer é básica: V. Ex.^a entende que o Estado cuida bem das suas florestas?

Quase não era necessário dizer mais, mas, de qualquer forma, na Comissão, V. Ex.^a verá as nossas propostas e verificará que vão dar um incentivo à produção florestal privada.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Sr. Presidente (João Amaral): — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Álvaro Amaro.

O Sr. Álvaro Amaro (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Diria que, praticamente, está tudo dito e consensualizado naquilo que é possível consensualizar.

Começo por felicitar o Sr. Ministro pela síntese que fez e, ao mesmo tempo, por pedir, em nome do sector flores-

tal, que evite aquilo que eu próprio talvez não tenha conseguido num passado não muito distante. Infelizmente, este sector foi demasiadas vezes «levantado como bandeira» de combate político e, como o Sr. Ministro disse e eu subscrevo, vale a pena termos todos os combates políticos a bem da convivência democrática, mas, como muitas vezes chegou, infelizmente, num passado não muito distante a acontecer, não se confunda a árvore com a floresta.

O Sr. Ministro também disse que estaria tudo dito, não fosse o caso de eu próprio, ter de afirmar hoje aqui, em nome da minha boa consciência política, que sou o primeiro a lamentar quer esta proposta de lei de desenvolvimento florestal só hoje esteja a ser debatida.

Vozes do PSD: — Muito bem!

Vozes do PS: — É uma autocrítica!

O Orador: — Não é uma autocrítica. Tivemos uma política florestal definida, em 1987, tivemos um pacote legislativo, onde se definiam claramente três eixos para a política florestal: valorizar o património florestal, expandir o património florestal e preservar o património florestal.

A questão é que podemos fazer todas as leis boas, todas, mas o Sr. Ministro também o disse, e eu gostaria de o sublinhar — apesar de haver quem não entenda que temos hoje, em Portugal, uma floresta que importa preservar, porque há uma, muito cara, que é feita sem regras e outra nova, que nós fomentámos —, que é preciso vincular os proprietários ou as suas associações, e eu sou defensor desta tese. Por isso eu dizer, com algum humor, que o nosso projecto de lei até passa o PCP pela esquerda, não sei se o Sr. Deputado Lino de Carvalho gostará ou não de ouvir isto,...

O Sr. Joel Hasse Ferreira (PS): — É o tal «guerilheirismo»!

O Orador: — Mas é assumido. É assumido nesta circunstância, apenas nesta, bem entendido!

Uma das causas da falta de desenvolvimento florestal é, como todos o reconhecemos, o absentismo florestal, já que mais de 80% dos proprietários florestais não cuidam do seu solo florestal.

E, Sr. Ministro, na minha opinião, respeitando o direito sagrado de propriedade, como não podia deixar de ser — por isso, há pouco, a observação do Sr. Deputado Carlos Neto foi bem formulada, mas está aqui no nosso projecto —, face ao absentismo, que é da nossa história recente, à ausência ou desinteresse do proprietário. O Estado tem, a nosso ver, reconhecendo o interesse que a floresta tem na economia agrária, diria mesmo na economia nacional, de chamar a si, sem recorrer a qualquer forma de expropriação, o cuidar dessa mancha florestal. É este um dos propósitos deste projecto de lei.

Ora, eu disse que era o primeiro a lamentar o facto de só hoje estarmos a discutir esta lei, e não há dois anos atrás, porque, recordo, em Novembro de 1995,...

O Sr. Lino de Carvalho (PCP): — Em 1992.

O Orador: — Exacto, em Novembro de 1992, nomeei por despacho, tal como o Sr. Deputado Lino de Carvalho disse, uma equipa para fazer um projecto de diploma mas, na altura, como o quisemos consensualizar o mais possível, entendemos que era importante debatê-lo. Por essa razão,

também comprehendo que o Governo o queira debater; caso contrário, o Parlamento não prestará o melhor serviço à causa florestal.

Por último, Sr. Ministro, deixo uma nota que será retomada na discussão, na especialidade, na Comissão respectiva.

Há duas estratégias diferentes, se assim posso entender: uma, a que o Governo propõe, outra, a do Partido Social Democrata e, de algum modo, também o Partido Comunista Português.

O Governo propõe uma lei de bases e, nesse contexto, aceito a inclusão de alguns conceitos genéricos para depois serem regulamentados, como o Sr. Ministro referiu. A nossa opção é a de que, nesta altura, vale a pena ir além do conceito de lei de bases e, por isso, lhe chamámos lei do desenvolvimento florestal, o que não foi por acaso. É que se nos quedarmos — decisão que o Parlamento tomará — pela opção da lei de bases, clara e inequivocamente, teremos de utilizar conceitos mais genéricos; se formos um pouco mais além, penso que, com os ensinamentos do passado, a Comissão especializada em razão da matéria e, depois, a Câmara, estarão em condições de explicar correctamente, em sede legislativa, a utilização dos instrumentos, pois uma coisa é dizer que vai ser criado um determinado instrumento cuja aplicação há-de ser regulamentada quando há alguns instrumentos que, no quadro actual, poderiam constar já do diploma. Daí a diferença de opção política mas entendo que, na discussão na especialidade, poderá ultrapassar-se essa questão.

Amanhã, poderemos consensualizar, na medida do possível, esta matéria, tendo em conta que não é a melhor lei, seja ela de bases ou do desenvolvimento florestal, que vai ultrapassar as três questões referentes à floresta: primeira, preservação da floresta velha, o que é importante porque se trata não só de uma riqueza particular mas também do país; segunda, fomentar a floresta nova e daí as operações silvícolas e os planos vinculativos, porque, a não ser dessa forma, assistiríamos à introdução de planos de orientação e de gestão não vinculativos e que, no futuro, revelar-se-iam negativos; terceira e, a meu ver importante, não se combate sem mais a estrutura fundiária e recordo que 56% da propriedade florestal portuguesa é ocupada por propriedades até quatro hectares, que correspondem, todavia, apenas a 13% da área.

Não são as melhores leis que poderão dar uma solução a este problema, embora tenhamos obrigação de as elaborar de acordo com a melhor utilização dos instrumentos que sejam postos à disposição, como a possibilidade que temos, não apenas de sensibilizar os proprietários mas também o papel que o Estado, na minha opinião, não pode deixar de ter neste sector — e só neste — e nas circunstâncias que referi, sob pena de continuarmos a adiar o seu desenvolvimento.

O Sr. Presidente (João Amaral): — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Miguel Ginestal.

O Sr. Miguel Ginestal (PS): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Álvaro Amaro, gostava de deixar-lhe apenas duas notas sobre o que acabou de referir. Em primeiro lugar, sublinho a linha de concordância da sua intervenção relativamente às preocupações que o Sr. Ministro aqui trouxe, que não diverge da política que este Governo, ao contrário do anterior, em tão pouco tempo quer concretizar sob a forma de lei.

Em segundo lugar, compreendemos a razão por que o Sr. Deputado, Secretário de Estado durante duas legislaturas,

não legislou sobre matéria de desenvolvimento florestal. É que todos sabemos, não só neste Plenário como em termos públicos, que o passatempo predilecto do Sr. Deputado não é propriamente a floresta mas, sim, a caça.

O Sr. Joel Hasse Ferreira (PS): — Muito bem!

O Sr. Antunes da Silva (PSD): — Não misture as coisas, Sr. Deputado!

O Sr. Presidente (João Amaral): — Sr. Deputado Álvaro Amaro, tem a palavra para responder.

O Sr. Álvaro Amaro (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Miguel Ginestal, na política temos convicções e somos sérios. Ora, não posso discordar da linha estratégica do discurso do Sr. Ministro, porque ele também não discordou da linha estratégica do projecto de diploma do PSD que foi apresentado ainda antes da proposta de lei do Governo, pelas razões que explicou.

Por isso, repito, não posso discordar quando o Sr. Ministro também não discorda das linhas gerais do projecto de lei apresentado pelo PSD.

Depois, permiti-me dizer, com toda a sinceridade e honestidade, que há uma discordância quanto a saber se vai ser feita uma lei de bases ou se será uma lei do desenvolvimento florestal, coisa que o Sr. Deputado não percebeu.

Quanto ao mais, devo dizer-lhe que é verdade que adoro a caça.

Mas, Sr. Deputado, ainda o senhor estava longe de sonhar em falar sobre o desenvolvimento florestal e já eu próprio tratava destas matérias, já me preocupava em fazer o melhor pela floresta...

O Sr. Miguel Ginestal (PS): — Não demos conta!

O Orador: — Sr. Deputado, o senhor não deu conta porque não conhece o país florestal. Leia o despacho de 1992 para perceber que lá estão contidos todos os fundamentos para uma nova lei de desenvolvimento florestal, na sequência da reforma da política agrícola comum e na sequência da Lei de Bases do Desenvolvimento Agrário.

Nessa altura, o Sr. Deputado andava era a treinar outras coisas e, por isso, também lhe desculpo essa sua última observação.

O Sr. Presidente (João Amaral): — Sr. Deputado Miguel Ginestal, pediu a palavra para que efeito?

O Sr. Miguel Ginestal (PS): — É para uma interpelação à Mesa, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente (João Amaral): — Tem a palavra.

O Sr. Miguel Ginestal (PS): — Sr. Presidente, através da figura de interpelação à Mesa, vou prestar mais um esclarecimento ao Sr. Deputado Álvaro Amaro, dizendo-lhe que nós sabemos das suas boas intenções. Mas, Sr. Deputado, «de boas intenções está o Inferno cheio». Na verdade, na anterior legislatura, V. Ex.^a veio dizer, não como Deputado mas como governante deste país, que já estava em preparação, em estudo, uma lei de desenvolvimento florestal mas, na prática, VV. Ex.^a não fizeram rigorosamente nada.

Ora, a lição que o actual Governo vos dá, em apenas cinco meses, é a de implementar, na prática, uma lei de bases do desenvolvimento florestal...

O Sr. Presidente (João Amaral): — Sr. Deputado, sou obrigado a interrompê-lo para chamar-lhe a atenção: pelo menos, vire-se para a Mesa enquanto faz a sua interpelação.

O Orador: — Peço desculpa, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente (João Amaral): — Em segundo lugar, creio que já todos percebemos o essencial do seu pensamento.

O Orador: — Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente (João Amaral): — Tem agora a palavra o Sr. Deputado António Martinho, para intervir pela segunda vez neste debate.

O Sr. António Martinho (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Serei muito breve.

Apesar de não haver imprensa na Sala, é necessário precisar algumas situações e que não se façam acusações de ânimo leve.

É que foi aqui feita uma acusação de que o projecto de lei apresentado pelo PS não fazia referência à floresta. Assim, aconselho o Sr. Deputado Carlos Duarte a lê-lo de novo.

Em segundo lugar, foi dito que o Partido Socialista não apresentava há muito tempo projectos de lei sobre matérias relativas às florestas e foi ainda dito que, já em 1988, o PSD tinha apresentado propostas a esse nível. Quero recordar os projectos de lei n.os 413/II. e 417/II., apresentados em Dezembro de 1984, os projectos de lei n.os 26/IV e 27/IV, de Dezembro de 1985 e, finalmente, em 1987, os projectos de lei n.os 39/V e 40/V, todos da iniciativa do Partido Socialista.

O Sr. Joel Hasse Ferreira (PS): — Muito bem!

O Sr. Presidente (João Amaral): — Srs. Deputados, não há mais inscrições, pelo que está encerrado o debate.

Deu entrada na Mesa um requerimento relativamente ao qual há consenso de todas as bancadas no sentido de ser votado. Assim, tem a palavra o Sr. Secretário para proceder à leitura do mesmo.

O Sr. Secretário (João Corregedor da Fonseca): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, é o seguinte:

Ao abrigo do disposto no artigo 156.º do Regimento da Assembleia da República, os Deputados abaixo assinados requerem a V. Ex.ª a baixa à Comissão de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas, antes da votação na generalidade, dos seguintes projectos de lei e proposta de lei: projecto de lei n.º 78/VII — Lei de bases do desenvolvimento florestal (PCP); projecto de lei n.º 91/VII — Lei do desenvolvimento florestal (PSD); proposta de lei n.º 19/VII — Define as bases da política florestal nacional.

O Sr. Presidente (João Amaral): — Srs. Deputados, vamos passar à votação deste requerimento.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

Srs. Deputados, a sessão de amanhã terá lugar pelas 15 horas, com a seguinte ordem de trabalhos: período de antes

da ordem do dia, seguido de período da ordem do dia que constará da discussão conjunta da proposta de lei n.º 16/VII- Estabelece um processo de regularização da situação dos imigrantes clandestinos e dos projectos de lei n.os 19/VII — Determina a abertura de um novo processo de regularização extraordinária de imigrantes (Os Verdes) e 116/VII — Regularização extraordinária da situação dos cidadãos que residam em Portugal sem autorização legal (PCP).

Srs. Deputados, nada mais havendo a tratar, está encerrada a sessão.

Eram 21 horas e 20 minutos.

Entraram durante a sessão os seguintes Srs. Deputados:

Partido Socialista (PS):

Fernando Alberto Pereira de Sousa.
Gonçalo Matos Correia de Almeida Velho.
Joaquim Moreira Raposo.
José Carlos Correia Mota de Andrade.
José Manuel Santos de Magalhães.
Pedro Ricardo Cavaco Castanheira Jorge.
Rita Maria Dias Pestana Cachuxo.
Sérgio Paulo Mendes de Sousa Pinto.

Partido Social Democrata (PSD):

Gilberto Parca Madail.
José Macário Custódio Correia.
Luís Carlos David Nobre.
Maria Teresa Pinto Basto Gouveia.
Pedro Manuel Mamede Passos Coelho.

Faltaram à sessão os seguintes Srs. Deputados:

Partido Socialista (PS):

José Manuel de Medeiros Ferreira.
Manuel Alberto Barbosa de Oliveira.

Partido Social Democrata (PSD):

António Fernando da Cruz Oliveira.
João Bosco Soares Mota Amaral.
João Calvão da Silva.
José Augusto Gama.
Luís Maria de Barros Serra Marques Guedes.
Maria Eduarda de Almeida Azevedo.

Partido do Centro Democrático Social — Partido Popular (CDS-PP):

António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier.
Rui Manuel Pereira Marques.

Partido Comunista Português (PCP):

Carlos Alberto do Vale Gomes Carvalhas.
Ruben Luís Tristão de Carvalho e Silva.

A DIVISÃO DE REDAÇÃO E APOIO AUDIOVISUAL.

**DIÁRIO
da Assembleia da República**

Depósito legal n.º 8818/85

IMPRENSA NACIONAL-CASA DA MOEDA, E. P.

1 — Preço de página para venda avulso, 9\$00 (IVA incluído).

2 — Para os novos assinantes do *Diário da Assembleia da República*, o período da assinatura será compreendido de Janeiro a Dezembro de cada ano. Os números publicados em Outubro, Novembro e Dezembro do ano anterior que completam a legislatura serão adquiridos ao preço de capa.

3 — O texto final impresso deste *Diário* é da responsabilidade da Assembleia da República.

PREÇO DESTE NÚMERO 450\$00 (IVA INCLUIDO 5%)